

CAMILLA FERNANDES MARQUES

**DISPOSITIVO DE CATEQUIZAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE UMA
NOVA POLÍTICA DE GESTÃO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE – MS
2020**

CAMILLA FERNANDES MARQUES

**DISPOSITIVO DE CATEQUIZAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE UMA
NOVA POLÍTICA DE GESTÃO**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia, com ênfase em Saúde Universidade Católica Dom Bosco - UDCB. Orientadora: Dra. Anita Guazzelli Bernardes.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE – MS**

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

M357d Marques, Camilla Fernandes
Dispositivo de catequização: a emergência de uma nova
política de gestão/ Camila Fernandes Marques; orientadora
Prof.* Dr.* Anita Guazzelli Bernardes.-- Campo Grande,
MS : 2020.
134 p.: il.;

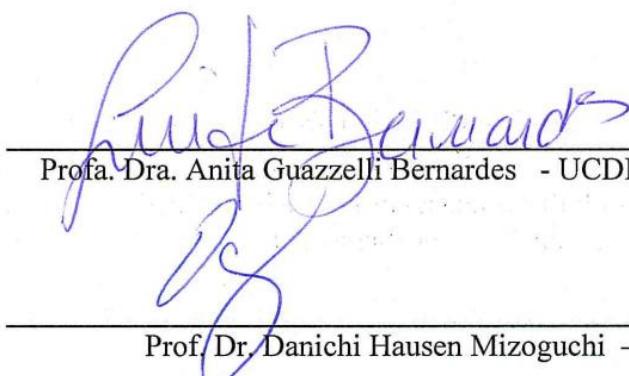
Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Católica
Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2020
Inclui bibliografia da p. 122 até a p. 133

1. Psicologia social - Políticas públicas. 2.
- Evangelização - Aspectos sociais e políticos. 3.
Neoliberalismo - Aspectos teológicos. I.Bernardes,
Anita Guazzelli. II. Título.

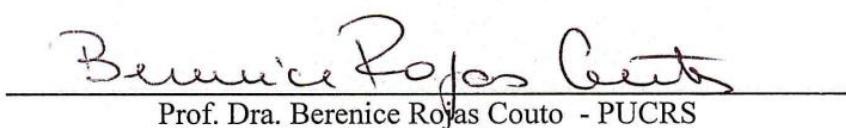
CDD: Ed. 21 -- 301.1

A Tese apresentada por **CAMILLA FERNANDES MARQUES**, intitulada “DISPOSITIVO DE CATEQUIZAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA POLÍTICA DE GESTÃO”, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor (a) em PSICOLOGIA, à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....
aprovada

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes - UCDB (orientadora)



Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi – UFF



Prof. Dra. Berenice Rojas Couto - PUCRS



Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi – UCDB

Campo Grande - MS, 27 de fevereiro de 2020.

DEDICATÓRIA

*A todos àqueles que acreditam nas
Políticas Públicas como direito.
Em especial, ao meu amigo
Rafael Medina Araújo Savério que
acreditou e se dedicou às Política de
Assistência Social (In memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os encontros que se tornaram possíveis pela história desta tese e, de maneira especial, àqueles que deixaram seus rastros em minha existência, transponho meu agradecimento em algumas palavras.

À CAPES pelo fomento deste doutoramento, se não fora por ele este momento não existiria. Agradeço, em especial, pelo subsídio do Doutorado Sanduíche em Barcelona, ali foi possível experienciar diferentes formas de produção de conhecimento.

Aos POBICS da Universitat Autònoma de Barcelona - UAB coordenado pelo querido Prof. Dr. Francisco e aos colegas que pude partilhar mais de perto, Diego, John, Joanna e Miguel que me acolheram nessa experiência de internacionalização, promovendo não somente um crescimento profissional e intelectual, mas, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento desta tese, além de proporcionar a composição de novas parcerias acadêmicas.

Às amigas da UAB Luiza, Renata, Joyce, Emilene com as quais pude partilhar momentos não só na academia, obrigada por uma das viagens mais divertidas da minha vida. E aos amigos que pude fazer nesta temporada em Barcelona Raquel, Wael, Anastasia, Thiago, Letícia, Marta, Salvador e Amélia deixando os dias mais divertidos, em especial, para Flávia pela paciência, companheirismo e amizade nos quase 5 meses de vizinhança de quarto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Mestrado e Doutorado, por acolher e impulsionar o meu processo de formação, aos professores e aos funcionários, em especial Walkyria, meu muito obrigada!

À Banca, aos professores externos Prof. Dr. Danichi Mizoguchi e a Profa. Dra. Berenice Roja, que aceitaram meu convite em qualificar esta tese, a Professora interna Dra. Neuza Guareschi que nos diversos momentos de orientação me deixava perdida e exposta em um campo aberto, ao dizer a cada encontro que, ainda não era aquela minha questão para tese, me possibilitando um olhar suspenso e atento até chegar, realmente, no ponto que interessava. Ao Prof. Francisco que esteve comigo no período de Doutorado Sanduíche e me auxiliou a compreender elementos importantes para o desenvolvimento da tese

À Luciana Fukuhura por toda atenção, cuidado, disponibilidade e parceria ao meu lado nas atividades do PPGPSI-UCDB, não somente neste período de doutorado, mas pelos 8 anos que estivemos juntas ali.

A todos que, nestes 10 anos, passaram pelo Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade. Foram diferentes grupos que, com suas singularidades, contribuíram de alguma forma para o meu processo de crescimento intelectual e profissional.

Em especial àquelas(es) que se fizeram presentes por mais tempo comigo e pelas trocas permitiram uma outra modalidade de existência, agradeço à Suzanir, Jeferson, Bruna, Pri Lorenzini, Débora, Ariane, Tati e também a Giovanna que, mesmo compartilhando pouco tempo, os momentos foram singulares. Meus mais que especiais agradecimentos para àquelas que me possibilitam me ver não apenas como pesquisadora, mas como docente, com vocês, Júlia, Gabrielly, Vitória, Amanda e Quézia, despertei para a doce paixão da docência.

À Cassia, minha irmã, sempre presente em toda minha existência me apoiando incondicionalmente em todas as minhas escolhas.

A todos aqueles que em 2016 compraram minha rifa para que eu pudesse me matricular neste Doutorado.

À Anelisa Santana que se fez amiga em um momento tão necessário e inesperado, meus sinceros agradecimentos por partilhar todos os dias da nossa existência. Obrigada por existir na minha vida, hoje!

À Carol Rezek e ao Eurides Aoki que não me deixaram só, quando a distância se fazia presente, que com poucas palavras e gestos me fazem sentir o tamanho de vossa amor.

Às amigas que durante todos esses anos de dedicação aos meus estudos foram compreensivas com as minhas ausências e desculpas, Cícera, Pri Orro, Laíza, Sônia é sempre muito bom poder partilhar com vocês. Um agradecimento especial àquela que no período que estive fora de casa, foi meu porto, minha casa brasileira na Europa, Marilena obrigada por todas as mensagens de apoio, por me fazer sentir em casa e em família com a sua família.

Aos meus amigos de equipe da época em que trabalhei na Política de Assistência Social, Rafael (In Memoriam), Jéssica, Thiago, Ellen, Luís, Silva Daise, Marilena (de novo), Aretha e Well, com vocês compartilhei muito aprendizados. À Giovana Hollender e Débora Soares pelo acolhimento, pelos nossos encontros com conversas intermináveis. À Elaine, Marcela,

Sueli, Inês, Kris Lucca que me deram apoio, confiaram em mim para que eu pudesse desenvolver o trabalho de gestão no CRAS.

À Anita por me parar nos corredores da universidade, em 2009, e criar a possibilidade de mudanças nos rumos da minha vida e do meu modo de existir no mundo. Palavras não são suficientes para demonstrar minha gratidão pela relação construída nesses 10 anos de trabalho, parceria, amizade, investimento, cuidado e confiança. Que a duração desse encontro se estique no tempo e faça da vida o espaço de acentualização das nossas existências!!!

À Giovana (Go) que permaneceu comigo em todos os momentos, mesmo diante da imposição da distância, esteve presente; e com seu jeito duro e dramático soube recriar espaços de amor, ternura e acolhimento. Obrigada pelo carinho, cuidado, companheirismo, óculos embaçados e demonstrações de amor diário. Que a nossa felicidade seja verde de sol!!

RESUMO

Marques, C. F. (2020). *Dispositivo de Catequização: A emergência de uma nova política de gestão*. 134f. (Tese Doutorado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.

A presente tese tem como objetivo de investigação demonstrar, por meio de uma grade de inteligibilidade sobre políticas sociais e políticas de gestão, especialmente, no campo da assistência social, o modo de composição do dispositivo de catequização e certas formas de produção de subjetividade. A problematização que se engendra, apoiando-se nesse objetivo, formula a seguinte pergunta de pesquisa: a partir de um cotidiano virtual capaz de fazer emergir dispositivos, como se torna possível forjar o dispositivo da catequização proveniente de práticas da política de assistência social e políticas de gestão? Esse objetivo e questão de pesquisa situam a produção de conhecimento em Psicologia no âmbito de uma preocupação com as diferentes formas de subjetivação que compõem a nossa atualidade. Objetivo e problema de pesquisa auxiliam uma trajetória de investigação que se faz possível no campo da Psicologia, a partir de um diagnóstico do presente que aproxima a disciplina de uma questão maior sobre como nos tornamos o que somos e o que estamos em vias de deixar de ser, ou seja, uma ontologia do presente. Essa ontologia do presente, na área de concentração do Programa em que a tese se desenvolve, é feita por meio da necessidade de, na saúde, considerar-se aquilo que se produz como formas de subjetivação, mediante diferentes arranjos sociais, tais como as formas de gestão da vida da população. Essas considerações, na tese, permitiram percorrer a relação entre as lógicas neopentecostais e neoliberais visibilizadas em parcerias público-privadas na operacionalização de práticas de gestão no âmbito das Políticas Públicas brasileiras de Assistência Social. O método cartográfico, no qual a tese é posta para funcionar, auxilia-nos no percurso de rastrear e acompanhar as práticas cotidianas no campo das políticas sociais, e nos permite articular nossa caixa de ferramentas conceituais para análise e apresentação do dispositivo de catequização, pautadas em autores pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Giorgio Agamben, partindo também de algumas inspirações baseadas em Walter Benjamin. A análise das práticas em um cotidiano diagrama, possibilitou-nos visualizar um contraste entre práticas filantrópicas/assistencialistas e de direito/políticas no âmbito das políticas públicas, e compreender que sua proveniência e emergência se dão pela amalgamento das lógicas neopentecostais e neoliberais que torna possível a formação do dispositivo de catequização. A partir do percurso investigativo foi possível a desterritorialização da catequização enquanto uma prática de conversão da fé, e a reterritorialização da catequização enquanto tecnologia de gestão da vida e da morte nas políticas públicas brasileiras, operando como forma de produção de estratégias de condução da conduta da população que demarcam e desqualificam vidas, tornando-as passíveis de morte para um melhor gerir do Estado através de práticas fascistas que produzem formas de subjetivação como o cidadão de bem e o sujeito de privilégios.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Dispositivo de Catequização, Política de Gestão, Neoliberalismo, Neopentecostalismo.

ABSTRACT

Marques, C. F. (2020). *Catechization Device: The Emergence of a New Management Policy.* 134f. (Doctoral Dissertation in Psychology), Dom Bosco Catholic University - UCDB, Campo Grande, MS.

This thesis aims to demonstrate, through a grid of intelligibility on social policies and management policies, especially in the field of social assistance, the mode of composition of the catechization device and certain forms of production of subjectivity. The problematization that is engendered, based on this objective, formulates the following research question: from a virtual daily life capable of making devices emerge, how does it become possible to forge the device of catechization coming from practices of social assistance policy and management policies? This objective and research question situate the production of knowledge in Psychology in the scope of a concern with the different forms of subjectivation that compose our actuality. Objective and research problem help a research trajectory that is possible in the field of Psychology, from a diagnosis of the present that brings the discipline closer to a bigger question about how we become what we are and what we are in the process of ceasing to be, that is, an ontology of the present. This ontology of the present, in the area of concentration of the Program in which the thesis is developed, is built through the need, in health, to consider what is produced as forms of subjectivation, through different social arrangements, such as the forms of management of the life of the population. These considerations, in the thesis, allowed us to go through the relationship between neopentecostal and neoliberal logics visualized in public-private partnerships in the operationalization of management practices in the scope of the Brazilian Public Policies of Social Assistance. The cartographic method, in which the thesis is put to work, helps us in the path of tracking and monitoring daily practices in the field of social policies and allows us to articulate our conceptual toolbox for analysis and presentation of the catechization device, based on post-structuralist authors such as Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, and Giorgio Agamben, also drawing on some Walter Benjamin-based inspirations. The analysis of practices in a daily diagram, allowed us to visualize a contrast between philanthropic/assistencialist and legal/political practices in the scope of public policies, and to understand that their provenance and emergence are due to the amalgamation of neopentecostal and neoliberal logics that makes possible the formation of the catechization device. From the investigative course, it was possible to deterritorialize catechization as a practice of conversion of faith and to reterritorialize catechization as a technology for managing life and death in Brazilian public policies, operating as a means of producing strategies for conducting the conduct of the population that demarcate and disqualify lives, making them passive of death for a better management of the State through fascist practices that produce forms of subjectivation as the citizen of good and the subject of privileges.

Keywords: Public Policies, Catechization Device, Management Policy, Neoliberalism, Neopentecostalism.

SUMÁRIO

SOBRE A TESE	11
1. A CONSTRUÇÃO DE UMA TESE	16
1.1 Política Pública de Assistência Social: Forjando o Campo Problemático	27
2. “DIAGRAMA DE FORÇAS: DAS URGÊNCIAS QUE COMEÇAM A SE ENCONTRAR...”	43
2.1 Emergência do diagrama na Política de Assistência Social	56
2.2 Composições do Diagrama enquanto Dispositivo de Catequização	61
3. INDÍCIOS DE URGÊNCIA – CATEQUESE E CATEQUIZAÇÃO COMO REGIME DE VERDADE	64
3.1 Planos de composições da catequese.....	66
3.2 Planos de composições para a catequização	70
3.3 Novas composições cristãs: A emergência do neopentecostalismo amalgamado ao neoliberalismo	75
4. COMPOSIÇÕES DAS EMERGÊNCIAS E PROVENIÊNCIAS: O DISPOSITIVO DE CATEQUIZAÇÃO	82
4.1 A cidade como espaço de materialização do cotidiano: emergência da operacionalização do dispositivo de catequização	84
4.2 A produção do borramento do sujeito de direitos das políticas públicas pelo dispositivo de catequização	100
4.3 Política de vida e política morte? : a que se presta o dispositivo de catequização	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	122

SOBRE A TESE

A (os) leitoras (es), este texto é um convite a percorrer conosco neste processo investigativo de doutoramento em Psicologia, acontecimentos micropolíticos que nos possibilitaram transitar de forma transversal pelo campo das Políticas Públicas, encontrando-se, especialmente, com as Políticas de Assistência Social. Contudo, antes de apresentar em termos gerais do que e como se trata o desenvolvimento desta tese, necessitamos deixar o (a) leitor (a) ciente de uma primeira escolha política-epistemológica-ética e estética, já que no decorrer do texto, dar-se-á conta de que a escrita na primeira pessoa do plural prevalece. E talvez se perguntam: Onde se está de fato a pesquisadora nesse processo de escrita, produção e transformação que se coloca como necessário no doutoramento?

E digo a vocês a lucidez de quem já passou quatro anos neste processo. Ao final deste relatório de pesquisa, sim sou eu, doutoranda, quem tenho que defender e recebo o título de doutora e, por mais que em alguns momentos possamos nos sentir em um caminho meio que solitário, principalmente nos instantes criativos de escrita, não estamos, pois as estratégias utilizadas para a composição de pensar uma tese de doutoramento estão forjadas a partir de arranjos. Isso significa que sua composição se torna possível a partir de conexões de acontecimentos e a estas não referimos apenas as articulações engendradas por materiais de pesquisas produzidos pelos percursos metodológicos e ferramentas conceituais, os quais lhes apresentaremos em breve.

Os arranjos referidos se tratam das construções a partir da rede de apoio de pesquisa que nesta ocasião são: o Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e Subjetividade coordenado pela professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes e o Laboratório de pesquisa Portraits of Bios in the Contemporary Societie (POBICS) do professor Dr. Francisco Javier Tirado Serrano da Universitat Autònoma de Barcelona – UAB o qual tive oportunidade de integrar durante um ano de estágio doutoral. Ademais, fazem parte desse arranjo os grupos de estudos, estágio de docência, até as distintas bancas de orientações de projeto, preliminares e oficial. Mas por que chamamos de arranjos? Porque são nesses e a partir desses espaços dedicados a pensar o pensamento mediante uma construção coletiva, que se produz e se produziram as interpelações desta tese. Por esse motivo você (a), leitor (a), irá se deparar com o pronome e conjugações verbais na primeira pessoa do plural, pois a forma de pensar esta pesquisa é ressonância dessa produção coletiva. A primeira pessoa do singular aparecerá somente quando inevitável, devido ao atrelamento específico da vivência individual, mas que a partir do momento que a comunico e compartilho, torna-se coletiva.

Posto que estamos falando de formas de escrita e apresentando a tese, aproveitamos para apontar a relação da Psicologia, especialmente com a Psicologia da Saúde e a tese, já que assumimos que não há uma relação de obviedade entre ambas. A proposta de investigação situa a produção de conhecimento em Psicologia no âmbito de uma preocupação com as diferentes formas de subjetivação que compõem a nossa atualidade, e a forma como colocamos em discussão objetivo e problema de pesquisa auxiliam uma trajetória de investigação que se faz possível no campo da Psicologia, a partir de um diagnóstico do presente, que aproxima a disciplina de uma questão maior sobre como nos tornamos o que somos e o que estamos em vias de deixar de ser, ou seja, uma ontologia do presente. Essa ontologia do presente, na área de concentração do Programa de Pós-Graduação em que a tese se desenvolve, é feita por meio da necessidade de, na saúde, considerar-se aquilo que se produz como formas de subjetivação, mediante diferentes arranjos sociais, tais como as formas de gestão da vida da população.

Retomando, então, a apresentação deste relatório de pesquisa, referíamo-nos aos encontros com os acontecimentos cotidianos do campo das políticas públicas que nos permitiram compor um plano de contrastes entre práticas vinculadas à garantia de direitos e à filantropia, em um jogo de sobreposição de práticas que operam engendradas ao campo da Política de Assistência Social produzindo assim uma zona de indiscernibilidade.

Considerando esse jogo indiscernível de práticas, tomamos como objetivo da investigação demonstrar, por meio de uma grade de inteligibilidade sobre políticas sociais e políticas de gestão, especialmente, no campo da Assistência Social, o modo de composição do dispositivo de catequização e certas formas de subjetivação. Esse objetivo é percorrido e acompanhado, na tese, de forma rizomática das processualidades/materialidades do campo das políticas públicas, quais sejam, notícias, reportagens, vídeos, fóruns, blogs, experiência profissional, bem como, acompanhamento de eventos públicos como conferências, congressos, simpósios, dentre outros. Tais elementos sobrepostos nos permitiram visualizar descontinuidades e rupturas históricas, assim como a produção de um novo dispositivo de governo da população: o dispositivo de catequização. E é a partir de um jogo de contraste entre as materialidades percorridas que nos interpelamos por uma questão de pesquisa: A partir de um cotidiano virtual capaz de fazer emergir dispositivos, como se torna possível forjar o dispositivo da catequização proveniente de práticas da Política de Assistência Social e políticas de gestão?

Lançamo-nos para uma rede de compreensão advinda das Políticas Públicas, em especial, a Assistência Social, não somente porque dizem respeito a uma série de práticas de gestão da população, mas principalmente devido a forma como vem se configurando a administração política da população no cenário brasileiro, em que vivenciamos um período progressivo de desmantelamentos das Políticas Públicas Sociais por parte de ações governamentais. Um movimento que nos coloca a refletir sobre a forma como temos sido governados, assim, através das práticas de gestão, dentre as quais a Política da Assistência Social nos permite outros vestígios, fazer um diagnóstico do presente de como práticas cotidianas micropolíticas tem se amalgamado e constituído uma política de gestão da população por meio de um dispositivo de catequização.

Para lhes mostrar como esse dispositivo de catequização vai sendo forjado no cenário brasileiro, assumimos um itinerário cartográfico de pesquisa que nos permite, a partir de uma singularidade situada, rastrear indícios por meio da transversalidade das materialidades supracitadas, acompanhando as processualidades que envolvem as Políticas Públicas a partir de uma sensibilidade do olhar e reconhecimento atento de elementos que produzem formas de governo da vida que tornam possível pensar a história. É a partir da tomada desses elementos articulados às ferramentas conceituais, pautadas em autores pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Giorgio Agamben, partindo também de algumas inspirações baseadas em Walter Benjamin que buscamos estratégias de articulação e análise que se compõe um plano de consistência produzidos por relações de poder e verdade nas práticas cotidianas das Políticas Públicas de Assistência Social para emergência do dispositivo de catequização.

Para isso organizamos a tese em quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, você leitor (a), percorrerá de modo rizomático junto aos nossos escritos, como certos eventos foram compondo um campo problemático e se tornando um problema de pesquisa. Metodologicamente verá como entendemos que se torna imanente a produção de um dispositivo em termos foucaultianos por meio das práticas cotidianas da Política Pública de Assistência Social e de que modo é possível pensar isso em termos de um regime de verdade que conduz uma determinada forma de governo da população e já trazendo indícios do contraste entre práticas asseguradas por direitos sociais e as filantrópicas, o que nos abre espaço para o processo de pensar um dispositivo de catequização.

Em um segundo momento, colocamos em questão as práticas cotidianas, essas que são fundamentais para a problematização da tese. Discutimos desde uma perspectiva não habitual que descreve o cotidiano como acontecimento ocorrido, pois capturamos o cotidiano como um diagrama, enquanto um elemento virtual, potente em sua condição de se dirigir e se tornar qualquer coisa, dando-nos conta do acontecimento ocorrido somente quando este deixa de ser pura força, e passa a ser matéria forma com função formalizada. O cotidiano como diagrama nos auxilia enquanto ferramenta metodológica conceitual para compreender como práticas distintas e distantes fazem parte de um plano imanente do dispositivo de catequização.

O terceiro capítulo da tese é uma proposta para compreender o plano de composição da catequese como um regime de verdade engendrado na doutrina católica cristã, assim como entender como, pelo atravessamento de alguns indícios de urgência, produziu-se em nosso pensamento uma bifurcação que possibilitou a desterritorialização do termo catequização da doutrina católica e a reterritorialização deste enquanto um dispositivo de catequização como regime de verdade amalgamado à doutrina religiosa neopentecostal e o neoliberalismo como forma de condução da conduta da população.

Por último, materializamos a proveniência e a emergência do dispositivo de catequização enquanto um regime de verdade que produz formas de condução da conduta da população, forjando uma política de gestão.

Fechamos com as considerações finais, discutindo de forma geral a proposta desta tese, marcando a Psicologia campo de pensamento enquanto uma das disciplinas que estuda as modalidades de subjetivação, bem como deixando rastros dos desafios para a Psicologia diante da problematização desta tese, neste ínterim de compreensão do dispositivo de catequização como política de gestão.

1. A CONSTRUÇÃO DE UMA TESE

Quando chegamos no processo de doutoramento sabemos que devemos propor uma tese e teremos que defendê-la. Nesse processo, uma das primeiras coisas que nos perguntamos e que nos perguntam é: o que é uma tese? Qual é sua tese? Claro, parece-nos que são questionamentos importantes, necessários e de relevância neste momento, o qual é composto por vários elementos dentre eles a composição de um caminho mais independente, bem como um maior aprofundamento no campo da investigação científica.

Campo este que, atualmente, tem sido o das Políticas Públicas, especificamente, a da Assistência Social, mas que se relaciona com a área da Psicologia a medida que esta tese situa a produção de conhecimento em Psicologia no âmbito de uma preocupação com as diferentes formas de subjetivação que constituem a nossa atualidade. A trajetória de investigação aqui proposta permite um diagnóstico do presente, situando a Psicologia no campo das discussões sobre uma ontologia do presente: como nos tornamos o que somos e o que estamos em vias de deixar ser. O avizinhamento dessa ontologia do presente com a área de concentração do Programa de Pós-Graduação, Psicologia da Saúde, em que a tese se desenvolve, é realizada por meio da necessidade do campo da saúde considerar aquilo que se produz como formas de subjetivação, mediante diferentes arranjos sociais, tais como as formas de gestão da vida da população.

É por esse largo percurso de pesquisar, e aqui não nos referimos somente ao processo de se doutorar, mas à toda trajetória realizada até aqui. Trajetos esses que não somente criam condições de composição das investigações, mas, sobretudo, tornam possível a composição do estudante-pesquisador. E é derivado desse processo de se tornar estudante-pesquisador que as perguntas supracitadas nos incomodam, interpelam-nos, pois nos parece que há algo a mais nesse caminho para que simplesmente se pergunta sobre o que é uma tese, e qual é minha tese.

E é justo por esse ponto que gostaríamos de iniciar, pois essas composições fazem parte do devir estudante-pesquisador, assim como do percurso pelo qual nos interpelamos que é: como produzir uma tese. O produzir é problemático! Pode ser que para alguns leitores esta palavra ainda ressoe apenas como um problema, em mal sentido. Mas aqui, o problemático, eu diria, direciona-se como uma estratégia que busca não criar problema mal colocado, ou como afirma Bergson (Deleuze, 1999/2012) falsos problemas, isto é tomar problemas como evidências.

Trazer o produzir como problemático, ou seja, como produto de uma problematização é se retirar de uma perspectiva que se apoia e se fundamenta em condições apriorísticas na qual o objeto já está dado e a nós, enquanto sujeitos do conhecimento, cabe apenas evidenciar a verdade sobre o objeto. Por esse motivo, distanciamos-nos de contestar o que é uma tese e fazemos uma aposta política-epistemológica, incorporada ao processo de se doutorar que é marcado por uma política de pesquisa que se refere a uma estética da existência e a uma ética; é dizer que há uma implicação consigo mesmo no que concerne aos procedimentos e técnicas empregadas nesse percurso e que permite, sobretudo, um transformar no modo de ser, agir, pensar e conhecer. Por isso, o posicionamento de interpelação desta escrita é outro, de como produzir uma tese, isto significa mostrar como certos conjuntos de práticas se tornam problemas, como esses arranjos determinam certa forma de governo e modalidades de existências da população a partir de jogos de verdades.

É como Foucault (1966/2007) nos diria: como coisas se tornam problemas. E a problematização que buscamos nesta escrita é lhes mostrar como, neste processo de doutoramento, foi possível produzir uma tese, e como nesse itinerário de pesquisa vamos produzindo e transformando objetos, sujeitos, problemas, conhecimento e pensamentos, não somente no que diz respeito ao outro, mas principalmente com relação a nós mesmos. Faremos isso percorrendo uma certa trajetória rizomática, pautada no método cartográfico, pelo campo das Políticas Públicas de Assistência Social.

Para isso, é necessário se deixar levar pela lógica foucaultiana discutida no livro *As palavras e as coisas*: temos que rachar as palavras e as coisas (Foucault, 1966/2007), desnaturalizar, procurar onde as coisas se amaram, ou então, tomá-las por “onde elas crescem, pelo meio” (Deleuze, 1992/2013, p. 113), significa dizer que procuraremos situar como a assistência social se torna um problema buscando entender como faz parte de uma estratégia de compreensão da nossa atualidade; ou melhor dizendo, como, ao se tornar um problema, a Assistência Social nos auxilia a fazer um diagnóstico do presente? “Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de *a atualidade*” (Deleuze, 1992/2013, grifo do autor, p. 113). É por meio de eventos que se passam no cotidiano que buscamos indícios que nos permitem compreender a nossa atualidade.

Como Política Pública, à Assistência Social concerne uma série de práticas de gestão da população, a partir de estratégias de esquadrinhamento, fazendo com que sejam

direcionados, por parte do Estado, direitos específicos para otimização das formas de administração da vida. Antes, contudo, de colocar em questão tais práticas de gestão, faz-se necessário situar o presente, e estamos nos referindo ao atual cenário brasileiro, principalmente no que diz respeito aos quatro últimos anos. Temos visto nesse período um progressivo processo de desmantelamentos das Políticas Públicas Sociais por parte de ações governamentais. Um movimento que nos coloca a refletir sobre quais direitos, de fato, o Estado nos está assegurando? Já que o desinvestimento em termos de condições de vida tem se feito persistentemente presente.

É o que podemos ver com a Proposta de Emenda à Constitucional – PEC nº 241/2016, aprovada no Senado como PEC nº 55/2016, configurando-se na Emenda Constitucional nº 95/2016, que se refere ao congelamento de gastos públicos nos próximos 20 anos. Também conhecida publicamente como a PEC do fim do mundo (PEC nº 241, 2016), parecia ser o anúncio de uma série de acontecimentos que viria a compor um desmantelamento das Políticas Públicas, criando condições de possibilidades para emersão de novas práticas que se associam a um projeto de sociedade que visa a reestruturação política-econômica-social no que diz respeito ao direito da população. E não é referência a qualquer direito e de qualquer população. Estamos falando do direito social, que surge direcionado a um determinado conjunto da população.

Mas a que direito nos referimos? Que população é essa? Que tipo de população se beneficia com o não investimento em saúde pública, segurança social, educação? Que outra ação pode conectar PEC, direito e população? Uma série de interrogações que são provocadas e nos provocam diante de tal contexto, questões às quais certamente encontraremos possibilidades de compreensão. Pois, além da busca do “porquê” e “para quem”, encontramo-nos em uma reflexão que nos interpela: em quais condições certos discursos nos distanciam dos nossos direitos e se fazem possíveis hoje? Como esses discursos e práticas são sustentadas e sustentam uma racionalidade de gestão que permite a legitimidade da retirada de direitos que pareciam já garantidos? E por último, mas sobretudo como ponto central para pensar esse cenário de que sujeitos nos tornamos, que relações são essas que buscam legitimar e justificar ações que podem violentar o espaço, o direito, a vida e as condições de viver do outro?

São questionamentos que se fazem ou deveriam se fazer presentes quando nos deparamos com abordagens como a do governador do Rio de Janeiro, que sobrevoou a região de Angra dos Reis com um grupo de elite da polícia altamente armado com o objetivo de

“acabar a bagunça e botar fim na bandidagem” (Freitas, 2019, para. 2). Tiros foram disparados contra a população da periferia, uma diligência que não buscava especificamente apreensão de algo ou o cumprimento de algum mandado. Mas que nos lança para uma rede de compreensão de como vem se configurando a administração política da população no cenário brasileiro, e isso se faz ver por meio de práticas de gestão, dentre elas a Política da Assistência Social que nos permite, assim como outros vestígios, fazer um diagnóstico do presente, em que práticas de fazer e de deixar morrer têm sido paulatinamente empreendidas no governo da vida.

Empreender tais análises demanda que não consideremos as práticas como isoladas, únicas e homogêneas, mas sim que partamos da compreensão de atualidade enquanto possível mediante acontecimentos heterogêneos. Por isso, nessa contextualização também aparecem questões relacionadas à Segurança Pública, e não somente à Assistência Social. Isso nos permite fazer considerações mais amplas das razões para a escolha dessa Política Pública como disparadora e não outra?

Primeiramente, não podemos esquecer que há uma transversalidade nas Políticas Públicas, isso nos diz que o fato de escolher uma determinada política não significa deixar as outras de lado, tornando evidente apenas emergências provenientes do campo de saber da política elencada. É necessário considerar tal transversalidade que emerge tanto em sua operacionalidade estratégica quanto conceitualmente, então, o campo da Assistência Social borra fronteiras com outras políticas como a de saúde, segurança, habitação e, neste percurso de tese, poderemos ver como essas fronteiras se avizinham e vazam, possibilitando a tentativa de uma construção de atuação coletiva e ética dentro das Políticas Públicas.

Por segundo, foi nas Políticas de Assistência Social, ou melhor, foi no cotidiano com as práticas desta política que algumas interpelações se tornaram possíveis e que acabaram por produzir um certo desconforto e inquietação quanto ao que nos tornamos. Desse modo, o campo da Assistência Social permitiu com que eu me interrogasse sobre o nosso presente, de modo a considerar como coisas, eventos, fenômenos cotidianos se tornam problemas tanto para o pensamento quanto, especialmente, para os modos de viver. Essas interpelações que engendraram interrogações pelo campo da Assistência Social, aproximou a pesquisa de dois elementos que se amalgamam e que são relevantes para o desenho que constrói esta tese: cotidiano e prática. São conceitos que emergem e são operacionalizados conjuntamente no encontro com a política quando, na cidade de Campo Grande – MS, deparei-me com o campo

de Assistência Social – que aqui se compõem como elemento de rastreio das processualidades. Ainda sem me dar conta de toda sua dimensão ética-política, recordo-me que em primeiro contato me foi dito, enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em agosto de 2015, que ‘a assistência é a prima pobre da saúde’. Esse acontecimento discursivo, naquele espaço ainda pouco habitado por mim, não correspondia simplesmente a um ato de fala sobre o campo em questão.

Essa enunciação tornou possível compreender uma série de práticas, e por prática entendemos um certo conjunto de acontecimentos que emergem em um determinado espaço e tempo forjado pela relação de poder e verdade, podemos tomar diferentes elementos como narrativas, documentos, imagens, fotografias, vídeos, panfletos, notícias, reportagens, como um conjunto de práticas. Então, tal enunciado sobre a política não se trata simplesmente de um ato de fala em que está em jogo o sujeito que agencia a linguagem, o foco está nas condições de possibilidades pelo qual esse enunciado, enquanto prática, apresenta-se. Isto é, compreender as regiões de inteligibilidades em que se encontram aquilo que é dito e, portanto, o que se produz como domínios de experiência e de verdades, para assim entender um certo arranjo histórico.

No entanto, para isso é necessário um percurso que, para mim, ainda não existia, qual seja estar imersa no cotidiano do campo da Assistência Social. Mas não creiam que cotidiano aqui se trata somente de relatar questões/interpelações do dia-a-dia, ou de conhecer as experiências que se fazem presentes na rotina do campo de atuação. Aqui o cotidiano se apresenta mais do que um espaço pelo qual se torna possível circular, sobretudo, mostra-se como o espaço se torna um efeito produzido pelas ações que constituem modalidades de subjetivação. A Assistência Social se torna aquele espaço no qual é possível habitar, passa a ser um lugar praticado, um espaço operacionalizado por movimentos que se cruzam e o integram, associado a uma história que forja um campo composto pela experiência, pelos modos de subjetivação, um espaço existencial, e não simplesmente um lugar no qual se reduz a uma prática de *estar-aí*, como um corpo inerte no mundo (De Certeau, 1990/1998).

Minha prática profissional na Assistência Social emerge como um disparador para a articulação desses dois conceitos em que, a princípio, o cotidiano se constitui como um lugar praticado, um espaço de acontecimentalização, um espaço possível de circulação de práticas heterogêneas e controvérsias. Naquele momento, vivenciar a Política de Assistência Social criou condição de possibilidade de tomar a prática a partir da sua não naturalização, é dizer,

objeto como algo evidente, natural através do tempo, mas como um certo espaço que permite fazer aproximações de diversas práticas vizinhas que emergem, “correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que objetivam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única” (Veyne, 1978/2008, p. 280). O cotidiano, neste instante, mostra-se como algo já configurado e concreto, permitindo circular por um espaço de forma situada; ou seja, o cotidiano permite com que um espaço se torne um lugar do vivido de modo localizado em razão às práticas que ali se efetuam.

Por isso esses dois conceitos amalgamados, prática e cotidiano, tornam-se importantes tanto para o caminho que foi percorrido, quanto para o desenho que buscamos produzir nesta tese, pois não se trata de construir a história da política de assistência social a partir de uma experiência privada, não se trata de comunicar algo que penso sobre o que foi vivido/experienciado, mas sim, por meio do acompanhamento de certas práticas cotidianas, dar forma a um plano de composição que torna possível compreendê-la em termos de campo histórico, forjado por diversos agenciamentos. Isso significa compreender como um objeto pode emergir de diferentes formas e conexões e quais são seus desdobramentos, de modo a nos permitir um diagnóstico do presente, quando o situamos como uma experiência coletiva.

Situarmos em uma experiência coletiva é a possibilidade de construir uma certa experiência-limite (Foucault, 1980/2010a) na qual escrever ou produzir o que se sabe implica se arriscar no deixar de ser o que se é. No entanto, não se trata, nessa experiência-limite, de um saber particular, é uma experiência coletiva porque são experiências que ao mesmo tempo produzem conhecimento e o próprio sujeito que conhece, estão no mundo que habitamos. Dessa forma, conhecer é sofrer o próprio efeito do que se conhece, é fazer multiplicar e se multiplicar. É uma experiência coletiva porque também se torna possível em um campo, no qual se situam modos de produção de verdades que podem ser verificadas e constatadas como domínios práticos e, por isso, trabalharemos aqui com a análise de práticas cotidianas.

O *arriscar-se* diz mais a respeito de produzir com um não saber, e devido a isso buscar escrever com, com objetivo de transformar aquilo que se sabe e a nós mesmos. Considerando que a prática coletiva dessa experiência se fez em relação para aquele que escreve, mas também para aquele que a lê, no qual ambos têm a possibilidade de saírem transformados e transformando saberes, nesta esteira, faz-se uma experiência coletiva. Assim, a produção desta tese é um convite, para os (as) leitores (as) que aqui me acompanham, a cruzar com as experiências e aproximações de certos processos históricos que foram sendo acompanhados e

atravessá-los de novo, permitindo não somente a transformação de zonas de saberes, mas, sobretudo, de subjetividade, compondo também certas estratégias de resistências e negociações.

Experienciar esse cotidiano no campo da Assistência Social me possibilitou não apenas conhecer e criar diferentes formas de intervir no campo prático, mas permitiu, no caminhar pelas práticas cotidianas, com que me deparasse com aquilo que me levaria a ser interpelada para pensar a problematização desta tese.

Ao iniciar a escrita, comentei-lhes sobre a produção do campo problemático, este pequeno percurso até aqui integra esse produzir, contudo chega o momento de começar a apresentar e situar melhor a partir de quais regiões de enunciabilidade e dizibilidade certas coisas/questões/práticas do cotidiano passam a ser constituídas como problema, ao mesmo tempo que passam a compor uma experiência de cotidiano, uma experiência coletiva que produzirá ambos: objeto e o sujeito que responde a esse objeto. Um problema de pesquisa que se constitui não por meio de uma ciência de evidências, mas sim, por uma ciência do rastreio que nos permite acompanhar processualidades de um plano de composição do que denominamos de dispositivo de catequização.

Esta tese tem como proposta construir, através de um caminho cartográfico, como se dá esse plano de composição do dispositivo de catequização dentro do cotidiano de práticas da Política de Assistência Social e seus atravessamentos. E é de extrema relevância neste início reiterar que, por práticas do cotidiano, não estamos compreendendo uma certa experiência privada enquanto atuação no campo, isto é, a discussão aqui agenciada vai além dos dois anos – 2015/2017 – em que estive de fato na atuação profissional na Assistência Social. Esse foi um momento disparador e que constitui parte importante do processo de compreensão deste trabalho, mas não só.

Para entendermos como a proposta de tese vai se configurando por meio de composições transversais de práticas micropolíticas, necessitamos considerar multiplicidades de práticas que não somente a da Política de Assistência Social, mas também as práticas vizinhas que atravessam e ancoram, tais como as da saúde, economia, segurança, gestão entre outros, e é diante desses atravessamentos amalgamados na Política de Assistência Social que se torna possível analisar o conjunto de ações que permite a emersão do dispositivo de catequização.

Ao propor discutir a emergência de um dispositivo dentro do campo das políticas públicas de assistência social, devemos considerar alguns pontos, já enunciado por Foucault (1979) que este é: composto por um conjunto de elementos heterogêneos, conjuntos de práticas discursiva e não-discursiva que se relacionam e historicamente surge para responder a uma urgência. Considerar esses eixos pode dar a impressão que se trata de algo bem abstrato, mas não é. Pois é algo que encontramos sendo operacionalizado em nosso cotidiano, o fato é que muitas vezes tornamos tais dispositivos como objetos dados e naturalizados na sociedade e esquecemos de nos perguntar como sua proveniência e sua emergência se fizeram possível.

Há dois pontos que gostaríamos de ressaltar acerca do conceito de dispositivo. O primeiro é que Foucault não foi o único a propô-lo como objeto de investigação. Autores como Gilles Deleuze e Giorgio Agamben, os quais nos auxiliarão com outras de suas ferramentas conceituais a pensar a tese, também problematizaram conceitualmente o dispositivo da seguinte forma.

Deleuze (1996) refere-se a análise do dispositivo a partir de diferentes linhas que atuam como vetores para o estabelecimento de funcionamentos, de relações, de composições de certa modalidade de existência no dispositivo, diante de cada período histórico. Essas quatro linhas são pensadas em um plano imanente por Deleuze no que compõe o dispositivo, sendo elas: linhas de visibilidade se definem por estabelecer o visível do invisível a partir de um feixe de luz, o que cria condições para o aparecimento de um objeto e sua história. Consiste também em linhas de enunciação, um conjunto de práticas discursivas que organizam formas de dizer de distintos elementos, como sujeito, objeto, definições conceituais entre outros no campo de enunciação. De modo tangencial a essa duas linhas descritas, visibilidade e enunciação, comporta-se as linhas de força que, em movimento de dobra incessante, fazem com que se estabeleçam conexões entre o ver e o dizer, tecendo então possibilidade do saber. As articulações permanentes dessas linhas se configuram nas relações de poder e saber que se reafirmam. Afinal, dispõem-se as linhas de subjetivação que sugerem a existência de vetores que escapem aos jogos de forças impostos pelo próprio dispositivo, é justo o ponto no qual atua e consiste as linhas de subjetivação, como ação de resistência, deflagrando um processo de redobrar e recuar tais forças, voltando para si mesma, escapando tanto dos saberes, poderes, sujeito e objetos composto no dispositivo. A subjetivação se trata, então, de uma linha de fuga que provoca fissuras, ou “linhas de fraturas” como diria Deleuze (1996, p. 86), que podem romper o dispositivo, produzindo novas

subjetividades, capazes de fornecer novas relações de poder e saberes que podem configurar outro dispositivo.

Agamben (2009) retoma a definição foucaultiana de dispositivo para, nesse movimento, produzir certas rupturas com as mesmas. De fato, admite que se trata de um elemento importantíssimo no pensamento de Michel Foucault, demarcando, especialmente, a função do dispositivo na produção de possibilidade de governo. Isto é, para Agamben (2009) o dispositivo é, além daqueles elementos indicados por Foucault (1979), tudo aquilo que pode capturar, modelar e orientar os gestos e condutas dos seres viventes. Portanto, em um mesmo plano teríamos os seres viventes e os dispositivos; o efeito do encontro entre esses dois elementos seria, para Giorgio Agamben, o sujeito. Assim, sendo, o dispositivo, na concepção agambeniana, é uma máquina que produz subjetivação, consequentemente, uma máquina de governo (Agamben, 2009).

O segundo ponto é que ambos autores supracitados não apenas tomam o dispositivo proposto por Michel Foucault (1979), mas produzem outra definição de modo que, muito embora seja o mesmo termo, enquanto operador teórico o conceituam de outra maneira. E por entendermos que nesta tese estamos propondo a emergência de um dispositivo, decidimos tomar como derivada a compreensão que Michel Foucault nos coloca do dispositivo. Destacamos que certamente a forma como Gilles Deleuze e Giorgio Agamben problematizam o conceito de dispositivo nos traria outras formas de agenciar o dispositivo de catequização aqui proposto, contudo, optamos neste momento de pensar com Michel Foucault.

Poderíamos explorar um pouco desse conceito através do dispositivo das prisões, da sexualidade, da maternidade entre outros, porém os dois primeiros Foucault (1975/2009a, 1988/2010b, 1984/2009b, 1984/2009c) já o fez, o segundo Marcello (2003, 2004) coloca em desenvolvimento. Então, a escolha que fazemos aqui são pelas Políticas Públicas, não pelo fato de não a terem tomado antes em alguma análise, mas desse modo podemos iniciar a apreensão da montagem desse objeto como forma de situar o campo problemático que se forja nas Políticas de Assistência Social, e que nos permite considerar uma ontologia do presente. Pensar em termos de montagem é seguir rastros que certas práticas vão constituindo como cotidiano, como domínios de experiência, que fazem com que as condições de emergência e proveniência desapareçam. Operar, assim, com o conceito de dispositivo é uma aposta em uma analítica do poder que permite situar um determinado objeto como um acontecimento, de modo a tornar possível um diagnóstico do presente.

O objetivo não é fazer uma genealogia das Políticas Públicas, e sim demonstrar como esta pode ser pensada pelo conceito de dispositivo. Façamos uma breve pausa para situar o que nos permitiu escolher o conceito de dispositivo e não outro. Em primeiro lugar, quando trabalhamos com pesquisa científica, principalmente na área das ciências humanas, somos interpelados e apoiamos-nos em um campo epistemológico/conceitual do qual partimos para pensar nossas pesquisas, bem como para fundamentarmos nossas análises. Perante isso, as ferramentas conceituais que nos auxiliam neste percurso de construção problemática, incluso a escolha deste conceito, compõe uma caixa de ferramentas que agencia grades de inteligibilidade, assim como nos posiciona política e epistemologicamente.

Por conseguinte, eleger tal conceito como um dos disparadores para problematização desta tese não se deu de modo *a priori*. Por que é importante evidenciar isso? Porque a forma com que buscamos construir a discussão neste relatório de pesquisa não é pela aclimatação de conceitos, isto significa que não é aplicar e sobrepor um conceito e outro sob as práticas a serem analisadas.

Nesta direção a pergunta que se faz então é: como o conceito de dispositivo nos ajuda na problemática desta tese? Bom, vejamos, antes de marcar porque este e não outro, é necessário situar uma série de questões. Estamos tratando de discutir práticas do campo da Assistência Social que não permanecem iguais através dos tempos e que se amalgamam com outros campos de saber. É dizer que devemos considerar certos arranjos que vem sendo modificados dentro desse campo social.

O que nos interessa é pensar com essas fissuras, essas rupturas que nos possibilitam não simplesmente conhecer ou fazer a “História da Assistência Social”, mas que diante dessas descontinuidades possamos nos ocupar de certas zonas de opacidade que em determinado momento vão ganhando luminosidade de modo a produzir uma ontologia do presente. E isso só se tornar possível mediante análise de certos acontecimentos micropolíticos, não quer dizer que estamos ou vamos ignorar/negligenciar parte da história linear, ao contrário, esses eventos também criam zonas de visibilidade que nos permitem ver o que tem se passado em uma determinada época.

Esses espaços de visibilidades que se criam, não emergem ao acaso. E aqui temos um ponto de extrema relevância, não somente na construção do arranjo para situar a escolha do conceito de dispositivo, mas, principalmente, porque é derivado da relação entre dois elementos que tornam possível ver e falar sobre os acontecimentos da história.

Referimo-nos ao que Michel Foucault, no decorrer de seus trabalhos, nomeou de verdade e poder. É importante uma ressalva para continuarmos. Quando nos dirigimos a essas duas ferramentas conceituais a partir desse autor, estamos tratando de um campo imanente, o que significa que não há uma sobreposição hierárquica entre verdade e poder. O que temos é uma relação entre um certo conjunto de verdades de um determinado espaço e tempo, e um conjunto múltiplo de forças que se relacionam com outras forças. A imanência na relação verdade-poder produz atualização, significa que conjuntos de ações sobre outras ações possíveis de forças produzem novas formas, ou seja, verdades, estas se relacionam com outros conjuntos de forças, e assim vão se atualizando e produzindo acontecimentos (Deleuze, 1986/2014).

Mas como essa operacionalização conceitual que parece ser tão abstrata, principalmente quando relatamos sobre jogos de forças, permite-nos pensar nosso campo social e o dispositivo?

1.1 Política Pública de Assistência Social: Forjando o Campo Problemático

Buscaremos forjar um plano de consistência colocando em articulação e transversalizando acontecimentos para desenhar essa relação. Para isso, recorreremos a acontecimentos da literatura, na qual podemos ver que a assistência social tem mais de 25 anos desde sua primeira lei, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, 1993), que emerge somente depois da Constituição Federal de 1988. De fato, sabemos que a Assistência Social nem sempre existiu como lei, e como já mencionado são as fissuras que nos interessam, é a partir desses espaços descontínuos entre o processo de se tornar uma Política Pública que se criam as condições de possibilidades para que vejamos tais elementos, relações de poder e verdade em prática.

Nesse sentido, a própria história não somente marca/registra grandes modificações de práticas assistencialistas, mas é produzida como história, como espaço/tempo de acontecimentos justamente por um conjunto de práticas que nos situam historicamente. Portanto, a Assistência Social assume densidade durante um período que compreende até os anos de 1930, como ações assistenciais e filantrópicas, com a primazia, a princípio, da igreja -

católica, e depois com uma intervenção mínima pelo Estado, uma vez que as questões sociais não se caracterizavam como função pública.

O público para o qual se direcionavam as ações assistenciais se constituía pela população marginalizada e abandonada com o objetivo de dar suporte a essa parcela da população predominantemente composta por pessoas que se encontravam desempregadas, idosos, deficientes e crianças.

Podemos ver, nessa época, a igreja tida como espaço de acolhimento às demandas daqueles que necessitavam, isso significa que o campo de visibilidade no qual se podia encontrar e dizer sobre a Assistência Social, eram nos desdobramentos das ações filantrópicas vinculadas, sumariamente, à igreja católica. Ainda hoje vemos igrejas realizando ações voltadas para comunidades/populações que se encontram em situação de desproteção e vulnerabilidade, mesmo que, atualmente, entenda-se que essa atenção deve ser desenvolvida pelo Estado em uma lógica de acesso e garantia de direitos atrelados à cidadania.

O que de fato está em jogo e tem movido o pensamento na construção desta tese, são essas modificações que não ocorreram e não ocorrem de modo direto. Entre os elementos assistência, população, igreja e Estado foram se estabelecendo relações que tomaram diferentes formas em termos de incidência no cotidiano e produção de práticas. Tais relações tensionam as perguntas feitas anteriormente neste texto sobre as condições que permitem a suspensão dos direitos que nos são, a princípio, garantidos e, também, sobre os modos como os discursos sustentam e legitimam essas suspensões.

A partir desses jogos de forças se estabelecem diferentes verdades: as práticas assistenciais voltadas para as pessoas que necessitavam se encontravam circunscritas em um campo de visibilidade e dizibilidade - as ações filantrópicas das igrejas, e não na figura do Estado. Isso implica considerar que apesar do problema das populações estar correlacionado e emergir conjuntamente com a conformação dos Estados, a governamentalidade opera de modo a responder a essa problemática – Assistência Social - por meio de uma política não pública, mesmo se encontrando como uma questão pública, em termos de respostas a certas urgências sociais.

As relações de poder, esses jogos de forças que vão se constituindo só são possíveis mediante relação na qual se tem liberdade, ou seja, essas produções de verdades de uma época são forjadas a partir de lutas agonísticas. O poder ao qual nos remetemos não diz respeito a relações hierárquicas ou violentas, não se caracteriza pela punição, repressão ou contradição,

estamos tratando poder como um conjunto de ações que se relacionam, que produzem, incitam.

Por um lado, ainda temos a Assistência Social atrelada à benesse na figura das igrejas, no entanto, vemos aparecer outros espaços de lutas que nos mostram outros jogos de relações e formas emergindo, como em 1938, após a promulgação da Constituição Federal de 1937 que declara direitos trabalhistas para regular as relações entre capital e trabalho, temos a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

Neste ponto, as intervenções do Estado se dão na forma de regulação, organização e coordenação, bem como de ações no que diz respeito à educação, além de intervenções no que concerne a ações repressivas, bem como a oferta de serviços sociais e mecanismos de regulação econômicos em razão das modificações relacionadas ao crescimento do proletariado. O CNSS tinha como objetivos realizar investigações sobre os problemas sociais, além de controlar as ações que partiam de iniciativas públicas e privadas (Cruz & Guareschi, 2014).

Vemos, então, atualizações desse jogo, no qual o Estado passa de algum modo a operar práticas direcionadas ao serviço da Assistência Social, mesmo que ainda sejam realizadas por outras instituições. Podemos ver que os mecanismos de intervenção aparecem de formas diferentes, sobre outro campo de visibilidade como em 1942 quando foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com objetivo de dar assistência aos soldados brasileiros que foram recrutados para a guerra, bem como às suas famílias, e para coordenar as ações da assistência em âmbito nacional, nesse período temos a institucionalização do primeiro-damismo.

O primeiro-damismo que emergiu com função estratégica, buscou responder a uma urgência com relação aos problemas sociais, operando como um mecanismo, um dispositivo não vinculado ao governo, mas organizado e dirigido pelas esposas dos presidentes do Brasil desde o governo de Getúlio Vargas, buscando programar e realizar ações filantrópicas/assistencialistas, no que se refere às questões sociais (Torres, 2002). O primeiro damismo amarra a Assistência Social ao Estado, em uma relação de fronteira, ao mesmo tempo que está dentro, pela figura das primeiras damas, está fora, pelas ações filantrópicas/assistencialistas.

Através desses pontos da história, é possível ver as modificações que vão compondo o campo da Assistência Social, os modos como a cada arranjo desses jogos atualizam as

práticas, os campos de visibilidade e dizibilidade. Então, já não temos mais só a figura da igreja, por mais que as práticas ainda estivessem a elas vinculadas, temos o elemento Estado presente executando ações de regulação. Em verdade, é possível afirmar que em termos de administração das existências, Estado e igreja possuem uma íntima vinculação. Novos mecanismos de intervenções vão produzindo outras rationalidades de condução do sujeito, bem como diferentes formas de governar as práticas para esses sujeitos que se tornam foco da Assistência Social.

Esses novos arranjos vão engendrando cada vez mais a Assistência Social dentro de práticas vinculadas a ações do governo, uma nova Constituição Federal é promulgada no ano de 1946. Esta mantinha os direitos sociais já estabelecidos pelas Constituições anteriores e que estão presentes até a atualidade no que diz respeito aos direitos do trabalhador. Foi durante o governo do ex-presidente da república Juscelino Kubitschek que o Congresso aprovou a Lei Orgânica da Previdência Social (LOAS) com a posterior centralização da administração da previdência com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O período que compreende 1961 a 1964 foi de turbulência e modificações político-sociais, incluindo nesse período o início do regime militar que durou até o ano de 1985.

As duas constituições anteriores à Constituição Cidadã (Constituição Federal, 1988/2017) foram criadas e promulgadas durante o regime militar nos anos de 1967 e 1969. Essas constituições refletiam o contexto político-econômico de restrições no que diz respeito ao campo dos direitos políticos (Cruz & Guareschi, 2014). As mudanças em relação ao que se tomava como Assistência Social no Brasil se dão com a promulgação da Constituição Federal de 1988. É a partir desse momento que a Assistência Social, assim como a saúde e a previdência social, passam a figurar como a base da seguridade social. As questões caritativas e de benesse não seriam mais operacionalizadas no campo da assistência, mas esta se constituiria enquanto âmbito de acesso e garantia de direitos.

Cabe pontuar que mesmo com a atualização dos jogos de verdade, isto é, desse campo de saber e poder que se atualiza trazendo a assistência social como garantia de direitos e não mais como benesse social, não vem excluir as práticas filantrópicas e assistencialistas. Elas continuam a existir, vão compartilhar espaços, público e até mesmo eventos como poderemos ver mais adiante. Considerar que certa verdade que emerge não exclui a anterior, é não pensar dentro de uma perspectiva estruturalista que busca analisar os elementos a partir de condições apodícticas e como verdades absolutas. Como já enunciado, consideramos que essas verdades

que emergem a partir de relações de forças, são entendidas enquanto forças em sua pluralidade e multiplicidade capaz de diferentes jogos de verdades ao mesmo tempo.

Mesmo com as ações filantrópicas sendo operacionalizadas por diversas obras caritativas, temos em jogo em 1993, depois de uma Constituição Federal que prevê a instauração da assistência, saúde e seguridade social como forma de garantia de direito a população, as condições para a constituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742, 1993) que se configurou, nesse aspecto, como um dispositivo voltado para combater a desigualdade social, tendo como objetivo a proteção da família, sendo este seu foco de atenção, através da vigilância socioassistencial visando “analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimização e danos” (Lei nº 8.742, 1993, Art. 2º). Em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaborou o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social com o objetivo de estabelecer um sistema público descentralizado. No ano de 2005 o Sistema Único de Assistência Social é instituído. Sendo legitimado com a aprovação da Lei nº 12.435 no ano de 2011, alterando a Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Essas breves demarcações nos abrem para um campo de visibilidade e enunciabilidade sobre como podemos ver as diferentes práticas voltadas para o que atualmente podemos nomear de Assistência Social, mas especialmente, alguns elementos que se engendram, de modo a produzir novas conexões e, portanto, novas formas de objetivação e subjetivação, que permitem considerar a Assistência Social como parte da nossa atualidade, mesmo que os desinvestimentos que tem sido feitos visam a fragilização dessa existência. Também nos permite interpelações tais como: se as práticas filantrópicas não foram excluídas com a emergência da Assistência Social enquanto Política Pública assegurada por um direito cidadão, como elas emergem no cenário atual? De que modo podemos ver práticas assistencialistas operando junto a práticas da assistência enquanto garantia de direitos? Quais ações que podemos ver, atualmente, que nos sugere um rompimento ou aproximação entre garantia de direitos e assistencialismo? O que entra em jogo, em termos de práticas sociais, que permite considerar a assistência social como parte de nosso presente?

Tais questões se fazem presentes como inquietude de uma experiência de práticas que nos mostram que a Assistência Social ser tomada como benesse social aparece com uma outra forma do direito funcionar dentro da Política de Assistência Social, operando junto a um

estado de direito. De fato, não podemos mais falar de um primeiro-damismo como o que se iniciou na era Vargas, pois os jogos de poder e saber foram atualizados, de modo que o presente ainda é marcado por práticas características do primeiro-damismo, mesmo com uma Política Pública Social já em consolidação como nosso percurso nos evidenciou. Podemos visualizar tal prática na Coordenadoria de suporte às ações do Fundo de Apoio à Comunidade – FAC que tem por finalidade de acordo com os incisos do art. 1º

I - Incentivar o desenvolvimento de programas e projetos na área de assistência social, que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade campo-grandense; II - assegurar o desenvolvimento de ações na área de assistência social, de acordo com as necessidades da comunidade, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; III - apoiar entidades e instituições que desenvolvem projetos filantrópicos (Decreto nº 12.107, 2013, p. 1).

Isso significa que esse fundo tem como função também desenvolver projetos, programas e ações em conjunto com parceiros e a comunidade para atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Ações que são coordenadas há anos pelas esposas dos governantes e continuam até os dias atuais, como podemos encontrar em notícias, e de como isso é ainda característico do papel da primeira-dama, de modo que a Assistência Social acaba por dar densidade a essa modalidade de subjetividade:

Não só por a Tati ser minha filha e estar exercendo esse papel de primeira-dama e presidente de honra do FAC, mas principalmente por ajudar as pessoas. Sempre pudemos e sempre ajudamos quem mais precisa. Hoje, com a Tati à frente do FAC, a gente tem uma oportunidade muito maior, muito mais abrangente de fazer isso (Campo Grande Notícias, 2017, para. 8).

Para isso, também é necessário entender a quais urgências as Políticas Públicas de Assistência Social vieram responder. De modo geral, entendemos que as Políticas Públicas se caracterizam por um conjunto de programas e ações como forma de assegurar o desenvolvimento de práticas previstas na Constituição Federal e em outras legislações de modo a garantir o direito da população.

As práticas pelas quais se garante o direito de bem-estar a população nos mostram a primeira característica do dispositivo foucaultiano, pois esses programas e ações são desenvolvidos mediante portarias, decretos, medidas administrativas, leis, deliberações regulamentadas que engloba discursos atualizados nas práticas que vão ser operacionalizados em instituições como, escolas, unidades saúde, no caso da assistência social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro Especializado de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO-POP), entre outros, e possuem sua organização arquitetônica própria, todos esses elementos presentes configuram as políticas públicas compostas por um conjunto heterogêneo de práticas.

A relação que se estabelece entre esses elementos heterogêneos nos evidencia a segunda característica do dispositivo, isso significa que as práticas discursivas e não-discursivas, como menciona Foucault (1979) quando explicava sobre o dispositivo, mas que nomearemos somente de práticas¹. Então, tais práticas que se estabelecem podem “aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (Foucault, 1979, p. 244). De um modo prático, ou melhor, pelas práticas, gostaríamos de trazer a segunda característica do dispositivo como Política Pública em termos de campo de lutas, aproveitando também para situar o campo no qual emerge o que já enunciarmos como dispositivo de catequização.

Antes de tudo, cabe ressaltar que as materialidades que serão apresentadas não fazem parte de um discurso privado, ou seja, da fala de um sujeito, trabalhamos aqui com arquivos que constituem práticas como já mencionado anteriormente, isto quer dizer que buscamos rastrear e acompanhar as materialidades e acontecimentos referentes à temática.

É importante marcar que se trata de uma estratégia metodológica cartográfica percorrer processualidades, assumir as Políticas Públicas como um espaço rizomático que se forja diante de uma multiplicidade de produções e enunciações, admitindo, assim, a sensibilização e afetação tornar possível a captura de materiais de análise dentro de dezenas

¹ Foucault utiliza o termos práticas discursivas e não discursivas no período em que desenvolveu suas pesquisas pautadas no método arqueológico, depois que assumiu como procedimentos de investigação a genealogia não mais fez esta distinção, entendendo que ambas se constituem como práticas.

ou centenas de fotos, documentos e descrições utilizadas em redes sociais e/ou na internet visualizadas diariamente. Nesse caminhar nos deparamos com uma postagem em uma rede social (*facebook*) aberta ao público. É a partir dela que queremos operacionalizar a segunda característica do dispositivo foucaultiano. Imanente a essa operacionalização, buscaremos evidenciar nesse itinerário indícios de como o rizoma das Políticas Públicas nos possibilitou construir uma interpelação pelo dispositivo de catequização a partir da emergência nas práticas cotidianas.



Figura 1. Descrição da divulgação do Projeto Social “Unidos pela Fé”. Retirado de Facebook do Cci Elias Lahdo, 2017, junho 29. Recuperado de <https://www.facebook.com/profile.php?id=100007741064962>

A postagem do dia 29 de junho de 2017, no Facebook de um Centro de Convivência do Idoso, uma das instituições previstas pela Política Pública de Assistência Social para atendimento da população com mais de 59 anos, possibilitou que algumas questões se entrelaçassem e fizessem emergir a interpelação sobre o tema da Política da Assistência Social: primeiramente a articulação/partneria entre um Projeto Social denominado “Unidos pela Fé” com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Campo Grande – MS,

sendo abordado no folder de divulgação do evento o “Atendimento Gratuito” (conforme imagem abaixo). Isso porque se estamos nos referindo a projeto ou ação que envolve estratégias de políticas Públicas, necessariamente a prática faz referência a efetivação de direitos garantidos em lei pelo Estado, ou seja, sem custo à população - muito embora tais serviços somente sejam possíveis em razão do recolhimento de impostos. São, então, inquietações iniciais a partir desses elementos descritos que fazem emergir provocações do pensamento, interpelações que não tem pretensão de ser respondida neste momento, mas sim criar um espaço de problematização: quais condições permitem com que a aproximação entre as Políticas Públicas e as ações de cunho caritativo ainda produzam práticas que capturam e gerem as existências? Como essa aproximação é sustentada/fundamentada?



Figura 2. Alguns serviços ofertados no projeto social. Retirado de Facebook do Cci Elias Lahdo, 2017, junho 29. Recuperado de <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1906979322903418&set=pcb.1906979439570073&type=3&theater>

Em um segundo momento a descrição da imagem acima quanto à realização de serviços filantrópicos ofertados pelo Projeto Social “Unidos pela Fé” juntamente com o serviço ofertado pelo Estado, realizado em específico pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), como forma de garantia de direitos e acesso à cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, conforme aparece na fotografia a seguir. Um ponto que amalgama essas duas questões é a descrição de um atendimento gratuito evidenciado na imagem 2, é um elemento que acaba por capturar a atenção, pois a referência de atendimento são serviços ofertados pelas Políticas Públicas, diante de uma constituição que

nos aponta para competência do Estado no que tange aos Direitos sociais art. 6 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Constituição Federal, 1988/2017, p. 23) e Seguridade Social disposta no art. 194, que é compreendida por ações “destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Constituição Federal, 1988/2017, p. 151), sendo de competência do “Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I – universalidade da cobertura e do atendimento” (Constituição Federal, 1988/2017, p. 151).

Diante dessas relações que se estabelecem dentro da prática da Assistência Social que podemos percorrer através dessas imagens/fotografias, pode-se verificar a segunda característica que lhes mencionava do dispositivo em que ações filantrópicas e a Política Pública de Assistência Social, amalgamam-se em um mesmo campo de práticas e nesse jogo que se estabelece entre elementos heterogêneos e possibilita não somente o estabelecimento de relações entre eles, mas também a emersão de uma nova racionalidade, de uma transformação e nova relação. Pois, não temos de um lado práticas assistencialistas operando conforme sua racionalidade, tampouco temos de outro ações e programas pautados nas Políticas Públicas operando de acordo com sua racionalidade, temos um conjunto de práticas que se indiscernem por meio de um jogo de poder e verdade que permite a manifestação e transformação de ambas.

Ainda nos falta a terceira característica do dispositivo, mas vejamos por meio dessa narrativa sobre a prática cotidiana na Assistência Social como ela pode nos levar a compreender os indícios que disparam o pensamento no que se refere à composição e a emersão do objeto desta pesquisa.



Figura 3. Fotografia da oferta de serviço do CADÚNICO. Retirado de Facebook do Cci Elias Lahdo, 2017, junho 29. Recuperado de <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1906979132903437&set=pcb.1906979439570073&type=3&theater>

Diante dessas imagens/fotografias que nos interpelam, buscamos olhar por um outro lado, colocamo-nos a refletir se não é uma das muitas parcerias que se fazem para que as pessoas possam ter acesso aos serviços públicos. Mas, logo vem à memória ações governamentais que buscam estratégias com a rede disponível para dar condições para a população acessar seus direitos no que diz respeito à saúde, educação, trabalho, moradia, assistência social e lazer.

Como na ação social realizada em Campo Grande – MS, na qual a Secretaria de Municipal de Saúde (SESAU) oferece diversos serviços, tais como, “consultas médicas nas áreas de pediatria, ginecologia, clínica geral, urologia e oftalmologia, além de atendimento odontológico para crianças e coleta de preventivo com exame clínico de mamas” (TV Morena, 2015a, para. 4), entre outros exames como teste glicêmico, ultrassonografia, vacinas, entrega de medicamentos, possibilitando, pelas consultas, o encaminhamento para cirurgia de cataratas. Além de serviços da saúde, a ação social ainda proporciona serviços como “emissão de carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, fotos para documentos 3x4, serviço de alistamento militar” (TV Morena, 2015a, para. 6).

Em 2016 também podemos ver ações governamentais com o Projeto Ação POP no qual além de serviços relacionados a saúde, educação, cultura, segurança pública, serviço militar, habitação e esporte, a prefeitura de Campo Grande – MS na edição realizada no bairro Parque do Sol, um dos bairros mais periféricos da cidade e com alto índice de produção de

criminalidade, trouxe para o evento a Secretaria Municipal da Juventude, com objetivo de realizar “atendimento a jovens, com idades entre 15 e 29 anos, que almejam se beneficiar do desconto na aquisição do passe do estudante e obter a bolsa universitária, além de ser inseridos nos programas Credijovem e Pronaf Jovem” (Lisboa, Capital News, 2016, para. 5).

Contudo, não se restringiam apenas a ações vinculadas a prefeitura e órgão públicos, parcerias com o governo do Estado como a ação global realizadas em conjunto com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDHAST), Assistência Social e Trabalho “com a distribuição de material informativo sobre prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas e dependência química e, orientou a população quanto à emissão da Carteira do Idoso” (Sedhast-MS, 2015, para. 1). Bem como, realizações com instituições privadas, na ação de cidadania (TV Morena, 2015b) realizada pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS) e TV Morena, assim, como, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) em conjunto com a TV Morena (TV Morena, 2017).

Nota-se a gama de serviços públicos ofertados à população em ações governamentais, tais atividades já oferecidas e desenvolvidas nos/pelos equipamentos do Estado. Com as realizações das ações, buscava-se uma ampliação de atendimentos e de acesso aos serviços em regiões mais povoadas e periféricas da cidade, bem como, as ações de instituições privadas em parceria com serviços públicos eram realizadas, sobretudo, em praças, escolas e avenidas da cidade.

A ressalva está em evidenciar que mesmo realizando parcerias, ou quando a iniciativa era privada, os espaços nos quais se realizavam as ações eram espaços abertos como praças e avenidas. Ações gratuitas e unidas pela fé vão compondo um cotidiano, certo modo de circulação, certas formas de relação. Ações que deslizam entre o direito, a gratuidade e a fé, vão compondo um outro que não praças, avenidas, periferias. Com isso, estamos evidenciando quais parcerias de ações governamentais com outros órgãos e instituições estiveram e/ou estão presentes no cotidiano da gestão pública, contudo, quando voltamos nosso olhar para as três figuras apresentadas, o que podemos ver é a parceria entre um projeto social de base religiosa e Estado, no qual o projeto social se encontra dentro do setor público realizando serviços que o próprio equipamento do Estado oferece.

Diante desses eventos realizados por ações governamentais e com o encontro com as imagens/fotografias apresentadas nas figuras acima que capturam práticas cotidianas sobre a Assistência Social, é que se iniciam interpelações e provocações permitindo emersão de tais

práticas como questão-problema. Pois, no documento que apresenta a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) há uma notável distinção entre práticas assistencialistas, caritativas em relação às Políticas Públicas “muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade” (Brasil, 2005/2009, p. 11). Enfatizando ainda que órgãos responsáveis pelo desenvolvimento, gestão e coordenação da Política Pública de Assistência Social como o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - (em maio de 2016 denominado MDSA – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, atualmente, em 2019 Ministério da Cidadania), a Secretaria Nacional de Assistência Social (SMAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

[...] estão muito empenhados em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais. Este é o compromisso do MDS, que integra três frentes de atuação na defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social, compromisso também do CNAS (Brasil, 2005/2009, p. 11).

Em um primeiro momento o pensamento cartesiano nos leva a colocar de um lado a Política de Assistência Social e de outro o assistencialismo. A nossa forma de olhar esses eventos, contudo, faz-se por um entrelaçar de fatos, ou melhor dizendo: pelo contraste. Este não no sentido simples de seu significado de oposição e distinção entre coisas, entretanto, tomando-o como elemento da saúde, especificamente da radiologia: “substância radiopaca que se introduz em órgão ou vaso sanguíneo de um paciente para a realização de exames de radiologia” (Michaelis, 2018, dicionário Online). O que temos, então, é uma substância aplicada em um mesmo local que permite visualizar outra coisa.

O uso do termo contraste na relação entre Assistência Social e assistencialismo é proposital no sentido de que temos dois elementos sobrepostos, mas com uma diferença pontual do exame de radiologia, temos aqui dois elementos em movimento capazes de criar condições ontológica, ações e intervenções. A partir disso, algo novo pode vir a se forjar,

outras práticas que não as apontadas pela PNAS como direito social à população e não o assistencialismo isolado das missões religiosas.

As materialidades trazidas sobre as ações governamentais se tornam mais do que simples indicações de eventos de ações junto ao governo, tornam-se evidências (Deleuze, 1985/2013) no sentido de nos permitir certa visibilidade. E por visibilidade não entendemos o simples ato de ver, e sim as condições que fazem com que emerja certo regime de luz que possibilita compreender o que se passa em uma determinada época. Nessa esteira, o cotidiano cria condições de possibilidades para que as práticas emerjam em um determinado espaço e tempo, não somente passíveis de visibilidade, mas também de enunciabilidade, considerando esta como condições do que se pode ser dito em uma época.

Assim, materialidades apresentadas em contraste com as imagens/fotografias, ou seja, o regime de verdade trazido pela Política de Assistência Social em contraste com as práticas realizadas pelo evento em parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) com o Unidos pela fé, possibilita-nos a emersão de agenciamentos de regiões de visibilidade e enunciabilidade que conformam uma nova formação histórica, é dizer que com a noção de “contraste” e sobreposição pelas práticas que se forjam no cotidiano, mediante jogos de verdade e lutas agonísticas, configuram-se elementos possíveis para constituição de uma formação histórica que produz, então, um dispositivo. É no jogo do contraste que o diagrama do dispositivo começa a se engendar. Diagrama como conjunto heterogêneo de forças que afetam e são afetadas, contrastadas, sobrepostas, tornando-se condições de possibilidade para a atualização do dispositivo em termos de relações entre formas e forças.

Podemos ver, mesmo que de forma ainda incipiente, nesse contraste a terceira característica do dispositivo, que emerge a partir de uma formação histórica e vem responder a uma urgência de forma estratégica. A tentativa aqui é de desenhar um plano de composição capaz de mostrar a partir dessas narrativas de práticas que se está colocando em jogo algo não somente colado ao assistencialismo, tampouco pautado nas Políticas Públicas como garantia de direito. Então, podemos visualizar que há um amalgamado de práticas que nos faz considerar que tem se configurado um outro tipo de estratificação, isto é, formação estável de saber, conjunto de formas visíveis e enunciáveis que se tornam tangível por sua relação com fluidos instáveis, puras forças não formalizadas e estratégicas que, ao se amalgamarem, estratos e diagrama, criam condições de possibilidades para emergência de novos dispositivos, que aparecem para responder uma urgência de modo estratégico. O que se quer apontar com

isso é um certo plano de forças sem formas ainda, mas que se encontra em uma experiência-limite, coletiva, entre a assistência social e o assistencialismo/filantropia.

Aqueles que atuam e conhecem a prática na Assistência Social dispensam a pontuação, mas é importante marcar que diante desta trajetória narrativa nem sempre as Políticas Públicas existiram e estiveram presentes da forma que são hoje. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) Lei n º8.742/93 e da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal, 1988/2017) que passou a pensar as modificações da Assistência Social, como Política Pública de seguridade social e suas implicações no que concerne à gestão das categorias da população, permitiu a formação de um outro plano de estratificação na medida em que, anteriormente, o que tínhamos era um processo único de vinculação ao assistencialismo e à caridade social (Couto, 2015). Tais práticas orientadas pela igreja católica, bem como ao trabalho de caráter caritativo das primeiras-damas do governo, caracterizavam as práticas do fenômeno do primeiro-damismo, conforme já descrito.

Quando se torna uma política de Estado e não apenas de governo, outros elementos passam a se articular de modo que podemos ver que a Política Pública se tornou possível devido a um tipo de formação em que um determinado momento histórico, emergindo para responder uma urgência de forma estratégica como modalidade de governo da população, constituindo, inclusive, uma das formas de objetivação do próprio Estado. Um Estado que emerge de uma governamentalidade na qual se opera tanto com procedimentos da pastoral das condutas, quanto da totalização das condutas. Trata-se de um duplo que individualiza e totaliza, compondo aquilo que se torna foco de controle e regulação: a população e suas formas de circulação (Foucault, 1979/1990).

É importante dizer que essa formação histórica pela qual o dispositivo é composto se constitui por meio de rede de relações de poder e verdade historicamente situadas, isto significa, estar localizado em um determinado espaço e tempo e buscar responder certa urgência histórica, um acontecimento que justamente o faz emergir. No entanto, somente mostrando as condições nas quais aparece o dispositivo é que podemos torná-lo inteligível, e tem sido possível por meio do contraste entre a Política Pública de Assistência Social e o filantropismo, portanto, uma certa zona de indiscernibilidade entre esses dois elementos é que o permite torná-lo um acontecimento.

Assim, propomos como objetivo desta tese construir uma trajetória de pesquisa que possa demonstrar, tornar visível e enunciável por meio das materialidades sobre a Política de

Assistência Social e políticas de gestão percorridas transversalmente no campo das Políticas Públicas, especialmente, no campo da Assistência Social, um grau de inteligibilidade do dispositivo de catequização e de formas de subjetivação possíveis, para então apresentá-lo. Pois, para a compreensão desse dispositivo, como já vimos, é necessário entender qual formação histórica é possível para sua emersão, na medida em que se entende que outros elementos, portanto outras práticas, produzem novas formas de objetivação e de subjetivação, de modo a atualizar certas heranças e torná-las parte de nossa atualidade. Então aqui abrimos a nossa caixa de ferramentas conceituais para auxiliar este tornar inteligível do dispositivo de catequização. Ou seja, queremos percorrer um itinerário que permita compreender o que nos tornamos a partir de certos jogos que se estabelecem pela Assistência Social, compondo uma ontologia do presente.

2. “DIAGRAMA DE FORÇAS: DAS URGÊNCIAS QUE COMEÇAM A SE ENCONTRAR...”

A proposta deste segundo capítulo é colocarmos em questão o cotidiano, espaço no qual as práticas são forjadas, e o tomarmos a partir de uma perspectiva não habitual, ou seja, que descreve o cotidiano como acontecimento ocorrido, mas diante de nossa enunciação de contraste e sobreposição de práticas optamos por capturar o cotidiano como um diagrama, enquanto um elemento virtual, potente em sua condição de se dirigir e se fornecer, e se modificar, tornando-se acontecimento somente quando deixa de ser apenas relações de força, e se torna matéria formada, com função formalizada. O objetivo deste capítulo é problematizar o cotidiano como diagrama, este como um conjunto heterogêneo de forças contrastadas e sobrepostas que nos auxilia enquanto ferramenta metodológica conceitual para compreender como práticas distintas e distantes fazem parte de um plano imanente do dispositivo de catequização.

Por esse motivo até aqui tratamos de construir um caminho no qual se pôde ver como a proposta de pensar um certo dispositivo se fez emergir como questão de investigação. No entanto, nos falta ainda um longo percurso a compor para materializar de que modo se constitui um dispositivo de catequização. Elementos como práticas e cotidiano aparecem como ferramentas centrais para essa compreensão, marcamos sua importância anteriormente, contudo, cabe-nos agora propor mais um desdobramento sobre um deles, o cotidiano.

De forma simples e rarefeita identificamos o cotidiano como esse espaço diário no qual vivemos, convivemos e no qual as coisas acontecem. Contudo, há autores que se dedicaram a pensar como se produz esse cotidiano. Dentre eles temos Henri Lefebvre que tem entre suas obras o livro *A produção do espaço* e Michel de Certeau com o livro em dois volumes sobre *A invenção do cotidiano*. Autores clássicos no que se refere à temática, entretanto, bem diferentes entre si em suas produções, formas de pensar e trabalhar o cotidiano enquanto um conceito a partir do campo prático.

Pode parecer estranho e talvez arriscado trazer para essa discussão um filósofo e sociólogo como Lefebvre para inicialmente criar um diálogo problematizador para parte da tese, já que se trata de um autor que provém de um modelo que conversa com a lógica marxista, mas que se ocupa em sua trajetória de discutir a vida cotidiana, o estado e o espaço através de debates bem concretos do cotidiano como aborda em seus trabalhos: “a relação entre o campo e a cidade e entre a cidade e o urbano, a explosão de novas periferias” (Lefebvre, 1974/2013, p. 13).

A aproximação com o autor se dá pela necessidade de certo exercício com aquilo que começa a provocar sensibilidades, ou seja, a lançar-se em uma experiência limite, coletiva, na qual o cotidiano se densifica, tanto por autores, quanto pelas políticas: É rotineiro nos depararmos com enunciados sobre mulheres, especificamente aquelas que são mães, sendo tomadas como responsáveis pela produção e modificação de um espaço cotidiano, chamado família:

Tudo que estão relacionadas a essas famílias nós atendemos normalmente as mulheres. São pessoas de referência, é aquela que une, e que teria condições hoje de gerir melhor os recursos que são repassados por meio do programa de transferência de renda. Ou seja, normalmente, as mulheres têm mais compromisso com os filhos, em priorizar essa renda para as necessidades deles, da própria família em si, das pessoas que moram juntas, enfim, da sobrevivência, explicou José Mário Antunes, Secretário da Assistência Social (CG Notícias, 2019, para. 4).

É certo que Lefebvre não se ocupou de pensar materialidades como esta, porém, nosso papel enquanto pesquisador (a) é criar condições para pensar o presente a partir das ferramentas conceituais de determinado autor, mas também de considerar o campo da ciência como um elemento que estabiliza conceitos, lhes dá forma, contornos. Portanto, nesse momento, cotidiano é percorrido como conceito e como aquilo que se dá a conhecer em um determinado momento, constituindo, conforme se indicou anteriormente, tanto o conhecimento quanto o sujeito que o conhece. E no entendimento de Lefebvre cada sociedade produz seu espaço, de modo que não o toma como um *a priori* conforme os kantianos. O espaço enquanto produção está amalgamado a uma transformação econômica, mas não somente. Lefebvre entende o espaço como produto social, sendo este resultado de práticas, relações, ações e experiências sociais, mas, sobretudo, faz parte destes, significa que não existem relações sem espaço e espaço sem relações sociais.

A enunciação trazida anteriormente se refere à ação de mulheres que não só produzem um espaço social como mães que cuidam, zelam, protegem e que buscam modos de sobrevivência mediante condições extremas, mas também são produzidas por esse espaço. No arquivo em questão, isto é, essa materialidade nos possibilita uma certa sensibilização para a aproximação entre elementos heterogêneos que se aproximam, sem um plano de estabilização exato quando tomados de formas separadas: mulher, mãe, família, cuidar, zelar, proteger,

modificar espaço, sobrevivência, que mesmo diante de uma sociedade produzida a partir de um espaço conflitivo político e socialmente que os faz se agregarem, a relação que se cria é um movimento de se produzirem enquanto atores sociais que geram modificações e mobilidade na vida cotidiana.

[...] a instrumentalidade do papel das mulheres nos espaços domésticos, principalmente, o relacionado à maternidade, a gerência do recurso para beneficiar a família, principalmente as crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa, material de construção para melhoria das condições físicas da casa. “A capacidade de multiplicação dos pães que essas mulheres têm sempre causa surpresas” ponderou o secretário (CG Notícias, 2019, para. 5).

Mulher, mãe, família, cuidar, zelar, proteger, modificar espaço, sobrevivência vão aproximando-se da “multiplicação dos pães”. Há aí uma condição de afetação entre formas-forças diferentes que tanto zelam, protegem, cuidam e ao mesmo tempo “multiplicam pães”. A multiplicação de pães começa a deslizar de uma dimensão transcendental para uma dimensão espacial concreta da vida que compõe um espaço. Essa prática se vincula com a concepção da tríade lefebvriana, na qual práticas espaciais que se referem aos espaços percebidos, as representações do espaço que concernem ao espaço concebido e espaço de representação dizem respeito ao espaço vivido, fazem referência ao urbano e ao espaço como aquilo que deve ser compreendido como espaço de conflito, como espaço do imprevisível no qual cria a mobilidade de diferenças, pois se liga a atores e atos reais ou/e possíveis. Seguindo os rastros do autor e das políticas, o espaço começa a se compor pelo cotidiano a partir de elementos heterogêneos, o que nos dá pistas dessa densificação do conceito como algo que vai “acontecendo” e que permite um movimento da experiência para colocar em suspenso o próprio cotidiano.

Já no que concerne trabalhar com Michel De Certeau (1990/1998) se faz mais comprehensível dentro do campo epistemológico que seguimos para discussão da tese. Em suas produções o autor traz o cotidiano como um espaço possível de circulação de práticas, permitindo-nos tomá-lo como espaço de acentualização e não um simples lugar que existe e no qual as coisas estão dispostas no mundo. O cotidiano se faz não somente por um espaço, mas por um lugar praticado que se associa a uma história pelos movimentos que se

cruzam e se integram, capaz de forjar planos de experiências, modos de subjetivação, configurando um espaço existencial, e não a simples redução a um corpo inerte ao mundo.

Para compreendermos como isso opera em termos pragmáticos, olhemos em direção ao cotidiano da Assistência Social que é permeado pela circulação de práticas heterogêneas, entre elas nos deparamos com história de um certo sujeito, que será nomeado de Sr. Fulano, que acessa a Política da Assistência Social devido às más condições de sua moradia que fora denominada como um barraco. Essa denominação se pauta em um saber legitimado que caracteriza um espaço sem condição de habitação, devido ao lixo e entulhos acumulados. Esse saber entendido por certos conjuntos de discursividades científicas, um empenho teórico uno que pretende filtrar, hierarquizar, ordenar em razão de um conhecimento verdadeiro (Foucault, 2005). Nesse sentido, o fio condutor que liga o senhor à política social se faz via saúde.

Contudo, o que está em jogo é sua relação com as formas de organização de um espaço que habita, um espaço fechado para o qual a política se direciona – o domicílio do sujeito em questão. Tendo em vista a situação do sujeito que, por sua condição de moradia, fora tomado como vulnerável, sua residência foi reformada a partir de uma estratégia com a rede, a fim de assegurar-lhe, em conformidade com a tipificação dos serviços socioassistenciais (Resolução nº 109, 2009), a vivência de experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos comunitários, já que o vínculo com os familiares se encontrava rompido devido à impossibilidade de localizá-los, mesmo depois de diversas tentativas.

Após reconstrução da casa do Sr. Fulano, notou-se que o mesmo não habitava a residência, por mais que agora ela estivesse limpa devido a intervenção, reorganizada no que tange às categorias de normatividade. Para o respectivo Senhor, o espaço que naquele momento era considerado como uma casa para o saber legitimado, não se constitui como um lugar praticado, associado a uma história, que compusesse um plano de experiência e modalidade de subjetivação.

Devido a isso o Sr. Fulano passou a habitar debaixo de uma árvore em uma das avenidas principais de um bairro de periferia da cidade de Campo Grande (MS), onde já era seu costume passar uma parte do dia. Criou-se um novo domínio de realidade, de território no que diz respeito ao modo de vida, tornando-o morador de rua, um modo de negociação com a

própria política, uma produção de uma nova trajetória tática que compôs um novo espaço em um lugar praticado.

Nessa esteira, a invenção do cotidiano está na compreensão da utilização de diferentes táticas na maneira de fazer, não estamos tratando de reprodução de espaço habitados, nos referimos a espaços transitáveis, entendidos como um cruzamento móvel, como um lugar praticado, com curvas inesperadas, becos escuros, de compor fragmentos e de realizar uma composição de trajetórias (De Certeau, 1990/1998).

Diante disso, pensar com Michel De Certeau, nesta pesquisa, seria uma linha interessante de seguir, principalmente, ao assumirmos a cartografia como percurso metodológico, abrindo-nos para um caminhar que possibilitaria nos depararmos com acontecimentos no cotidiano e buscar estratégias de construção da pesquisa conforme a demanda desses encontros, a cada passo, a cada percurso, propiciando trajetórias que falam, espaços que se alteram e compõem intensidades de múltiplas histórias (De Certeau, 1990/1998). Fragmentos que compõem um espaço, no caso, a pesquisa, e perpassa algo que faz com que se constelem, forjando uma singularidade, uma narrativa de pesquisa.

Contudo, há uma característica em comum entre esses dois autores que nos faz, depois de percorrer certo caminho nesta investigação, propor pensar o cotidiano de um modo um tanto quanto diferente. Pode soar raro em um primeiro momento dizer que existe um ponto comum entre esses dois autores que de fato se apoiam em campos epistemologicamente distintos. E qual linha comum seria? Uma mais simples do que poderíamos supor de imediato, ambos discutem e problematizam o cotidiano colocando em jogo questões/coisas já realizadas. Então, o cotidiano aparece como algo já está dado, como algo que é imediatamente acessível. Assim, estamos em nossas vidas cotidianas e posso fazer e produzir o que me dá vontade.

Quando De Certeau descreve que caminhar pela rua é o cotidiano, talvez não tinha se dado conta de que a prática de caminhar é uma parte pequena de um dispositivo maior que te diz como caminhar, por quais ruas caminhar, onde é possível e onde não é possível caminhar. A partir disso me parece interessante transgredir essas perspectivas para pensar o conceito de cotidiano, já que o que esses autores apontam são pequenos elementos que em uma leitura foucaultiana chamaremos de dispositivos.

Mas, especialmente porque ao caminhar com eles, encontro-me com certos elementos que escapam, que levam essas experiências ao limite: no caso de Lefebvre, como assinalado

anteriormente, há algo que não está dado nesse cotidiano, mas que o torna possível de acontecer: quando mulher, mãe, proteger, cuidar, sobreviver se afetam pela multiplicação de pães. O cotidiano de De Certeau também me faz inflexionar sua estabilidade quando o vínculo comunitário, que aparece na história de Sr. Fulano, faz-se pela ativação de forças da comunidade que, “unidas pela fé”, pela “caridade”, doam materiais para a transformação do barraco em uma casa. Forças que se afetam pelo encontro da Assistência com o assistencialismo, produzindo um tipo de experiência na qual o Sr. Fulano se encontra no entre: entre o direito e a caridade.

Em ambas as estabilizações, mesmo considerando que certos elementos já se agregavam pelas grades de visibilidade e dizibilidade, no caso a família como foco de Políticas de Assistência Social e da própria Igreja, mãe/mulher como responsável pela prole, há outros movimentos de afetação que começam a se aproximar de forma mais densificada. Esses outros movimentos são, justamente, as relações de forças que começam a borrar fronteiras entre o assistencial e o assistencialismo, de um modo distinto do que em outras estabilizações acontecia. Ou seja, há um cotidiano que começa a se compor a partir de relações que outrora foram tomadas pela necessidade de separação: na formulação da Política da Assistência Social se intentava afirmar sua diferença do assistencialismo. Desse modo, houve uma estratificação que estabelecia fronteiras, lugares separados, distintos e, sobretudo, afirmados. Agora, há outra formação que começa a intensificar a justaposição, a “união pela fé”.

Então, qual é a proposta de problematização junto ao conceito de cotidiano nesta tese? O ponto disparador é pensar o cotidiano como um conjunto de práticas e ações que existem em termos virtuais que, todavia, não estão realizadas. Significa entender de forma simples: que em nossa vida cotidiana nos encontramos e se abre uma gama de possibilidades, virtualidades que estão aí, entretanto, que não estão realizadas e exploradas, a isso poderíamos chamar de cotidiano a partir da perspectiva deleuziana do conceito de diagrama.

E como seria pensar a partir desse conceito? Tomamos como derivada que é verão no Brasil, ano de 2016, conhecido por suas belezas e riquezas naturais, enquanto política de Estado um país em desenvolvimento que buscava estratégias de crescimento econômico. No entanto, a criminalidade, o desemprego e inflação aparecem com altos índices, aumento da dívida interna, retração do Produto Interno Bruto (PIB) compreendendo em um desaquecimento da economia (Cabral, 2016). Ao mesmo tempo uma gestão governamental

que construiu estratégias de intervenções para tirar parte da população brasileira do índice de miserabilidade: investimento em programas sociais, de transferência de renda, habitação e ampliação da rede de atenção à saúde ao levar assistência médica para regiões mais afastadas do território brasileiro, utilizando de táticas para desenvolver e implementar novas Políticas Públicas, bem como, as já existentes como forma de assegurar o direito cidadão.

Podemos refletir e dizer que relatos como esses até então constituíram o cenário cotidiano do Brasil, composto por diferentes realidades, de acordo com determinados momentos históricos, e aqui temos algo importante para pensar o cotidiano pelo conceito de diagrama. Primeiramente, pois só podemos falar dessas práticas cotidianas, pois de fato elas já ocorreram. Até porque pensar o cotidiano é pensar o presente e no momento em que essas práticas estão acontecendo, isto é, quando se enuncia que é alta a taxa de desemprego, temos uma zona de visibilidade que marca uma evidência e uma verdade sobre o regime econômico do país. Todavia, temos aí também um conjunto de forças agindo que pode nortear a realidade cotidiana em qualquer direção, ou seja, para um maior aumento ou diminuição desse índice.

Essas forças são como átomos que se chocam, podendo tomar qualquer direcionamento, temos, então, a potencialidade da ocorrência ou não de um acontecimento, como o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff que ocorreu em 2016, precisamente em 31 de agosto deste ano. Talvez, você leitor (a) que tenha conhecimento específico em ciências políticas, pode vir a contrapor que era eminentemente a aprovação desse impeachment diante do cenário de acusações e do Brasil naquele momento. Mas, aqui, não estamos discutindo somente práticas políticas, - e não nos remetemos às partidárias -, e sim a uma compreensão das condições de possibilidades para emergência de tais práticas.

A questão é que o cotidiano experienciado por nós brasileiros, principalmente depois de 2016, tem sido marcado por um jogo de forças sem forma, no qual são criadas uma série de enunciados cotidianos que ressoam no presente como anúncios do que poderia vir a se tornar a política de gestão da população no Brasil. Mas em termos virtuais, assim como, o próprio impeachment que de fato ocorreu, hoje temos pleno conhecimento disso, entretanto que poderia não ter ocorrido, já que no decorrer do ano de 2015 foram abertas 51 solicitações referente ao mesmo motivo. Nas cenas de 2016 fé e política se encontram (Magalhães, 2016), não mais como elementos heterogêneos, mas como um certo duplo. Não um “gigante que acordou” (Além do Óbvio, 2013, Scherer, 2013) como enunciado nas manifestações de 2013, mas como algo que começa a se agigantar, a tomar volume, consistência.

Mas antes de entrar de fato na descrição de como emerge esse pensamento do cotidiano pelo diagrama, é necessário retornar um ponto que nos permitirá entender melhor. Quando tratamos de pensar o cotidiano, podemos vê-lo de duas maneiras bem diferentes entre si: o real e o possível. Primeiramente, é importante frisar que o real está no presente, contudo se divide: atual e virtual. O atual é isso que está sucedendo neste instante; virtual também se encontra vinculado ao real, entretanto, diz respeito a uma potência e não ao acontecimento em si. Tomamos como exemplo a semente e árvore, a semente é atual já que é fato e está aí presente; a árvore é uma potência, um devir, pois pode ou não se tornar uma árvore e isso dependerá de uma série de condições: antes de mais nada necessita ser plantada, depois considerar questões como solo, temperatura, irrigação, cuidados para se tornar árvore, mas pode ser que nada disso ocorra ou algumas dessas condições de fato não se concretizem por algum motivo, fazendo que a semente não se torne árvore. A outra maneira pela qual podemos pensar o cotidiano seria pelo possível, este não é real, todavia pode vir a ser, a diferença é que o possível está vinculado ao futuro.

Dito isso, entendemos conseguir situar a forma como temos buscado compreender o cotidiano como um diagrama, que efetivamente será uma massa de virtualidade, na qual nem tudo é possível, mas somente algumas coisas se tornam reais em termos atual; no que concerne ao virtual nem todas possibilidades e potencialidades emergem enquanto acontecimento. E é nesse jogo entre o real e o possível que alguns elementos começam a se encontrar, não assumindo uma forma, mas como relações entre forças, relações de afetação, que começam a engendrar, ao mesmo tempo, o que estamos nos tornando e o que estamos em vias de deixar de ser.

O cotidiano como um diagrama do nosso presente se encontra com a discussão que Foucault (2008/2010c) faz no texto de Kant sobre a pergunta o que são as luzes. Nesse texto o autor aponta como Kant abre uma bifurcação em seu pensamento e se volta para pensar um certo diagrama do presente (o que são as luzes), considerando os jogos de força que passam a compor certo modo de se conduzir e ser conduzido. Ali, Kant (1783/1784) não escreve sobre as Luzes como um dispositivo, mas um cotidiano que começa a constituir uma nova ontologia. O diagrama, então, auxilia a operar com essas forças cotidianas que começam a se afetar e dar condições de possibilidade para o dispositivo, não em termos de causa-efeito, mas de causa-imanência.

Nessa linha dos dois textos acima citados, voltamo-nos para considerar o diagrama em razão de que, a princípio, tínhamos o sujeito do assistencialismo/filantropia que se torna inteligível a partir de uma certa formação histórica – o primeiro damismo, composto por diferentes extratos e o sujeito de direito que também se compõe em outra formação histórica – pela Constituição de 1988. No percurso da pesquisa, a partir das cenas que emergiram, é possível ver que não se trata mais o sujeito da filantropia e muito menos o sujeito do direito, isso nos permite pensar então que não somente mudou o sujeito, mas também houve uma modificação histórica. Então, para demonstrar como um dispositivo de catequização se torna possível neste presente, necessitamos buscar certos elementos que nos permitam compor “entre formações”, e aqui aparece o conceito de Diagrama, enquanto uma estratégia microfísica que se compõe por relações de uma matéria não formada e de uma função não formalizada. Um campo no qual está em jogo relações entre o atual e o virtual.

A atuação no campo da Assistência Social nos possibilita desenvolver distintas práticas, estas ainda amplamente discutidas, principalmente, pelos (as) profissionais da psicologia, devido ao fato de terem uma herança muito grande da formação embasada na lógica da clínica tradicional. Dentre essas atividades são realizadas visitas domiciliares para concessão de benefícios eventuais, que se referem a ações desenvolvidas pela equipe técnica de nível, especificamente Assistente Social e Psicólogo (a), para averiguar, constatar, verificar a necessidade apresentada de uma cesta básica, auxílio natalidade, auxílio funeral, certidões de nascimento e óbito, vale transporte entre outros.

Em 2016 em uma dessas visitas em uma determinada comunidade da periferia da cidade de Campo Grande - MS, a qual na época tinha um dos terrenos baldios do bairro invadido por mais de 30 famílias, formando uma favela, nós da equipe do CRAS que já acompanhávamos algumas famílias daquele território, fomos solicitados a fazer uma visita de levantamento de dados e todas as necessidades dessa comunidade específica em razão de que iriam entrar como caso prioritário para concorrer ao processo de sorteio do projeto habitacional do “Programa Minha Casa, Minha Vida” realizado pela prefeitura da cidade.

A equipe se deslocou até o local para iniciar o levantamento das demandas e quase ao final da tarde, quando estávamos de saída, chega outro carro adesivado, igual ao carro disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A princípio nos pareceu que poderia ser de outro órgão vinculado à secretaria, no entanto, logo foram se apresentando como equipe da Fundo de Apoio à Comunidade (FAC), órgão já mencionado anteriormente,

administrado por ações da primeira dama da cidade. A equipe chegou e se apresentou, perguntou-nos se havia problema estarem por ali conosco. De fato, nossa equipe estava praticamente de saída, assim que, diante da nossa resposta negativa com relação a haver problema de estarem ali, logo foram retirando os cobertores do carro e entregando às famílias, pois era inverno na cidade.

Naquele exato momento, as interpelações da equipe do CRAS foram coletivas: o que fazia a FAC ali com um carro da secretaria distribuindo cobertores, idênticos aos fornecidos como benefício eventual? Como se mantinha o nosso papel enquanto instituição promotora de garantia de direitos junto a uma instituição filantrópica financiada pelo governo para realizar naquela situação o mesmo serviço oferecido pela Política Pública? Nesse instante, os questionamentos eram maiores do que as respostas, contudo, uma zona de luminosidade emergiu, estávamos diante da operacionalização não mais de um serviço filantrópico pautado no assistencialismo vinculado às missões religiosas. Se ilumina uma zona que pensávamos já estar opaca, mas que na verdade nos apresenta algo novo, uma relação direta entre o que antes era filantropia com a gestão pública que tem por dever assegurar o direito da população.

É então, a partir de materialidades como essa que o conceito de diagrama emerge como ponto central para problematização da tese. Pois o diagrama só é possível quando algo novo, diferente, distinto emerge. Essa seria a relação de matéria não formada e de uma função não formalizada (Deleuze, 1986/2014), de modo mais operacional, é dizer que o diagrama seria como um composto de um conjunto de forças que se torna possível mediante certas condições de possibilidades, a partir de um tempo e espaço de sua emersão.

Talvez, você leitor (a), esteja atento ao tempo marcado pelas materialidades discutidas até aqui, apesar de nosso percurso de pesquisa não ter qualquer pretensão de registrar cronologicamente esses arquivos, é importante marcar em termos de acontecimentos para tentar compreender em quais condições tais evidências se tornam possíveis. E o que podemos ver é que, a partir de 2016, um conjunto de acontecimentos começa a indicar uma série de manifestações populares que mostram uma certa agitação que antes acontecia de maneira diferente provendo, assim, uma zona de visibilidade e dizibilidade sobre a forma de governo da população, bem como, o modo como a população se pensa enquanto população e como negociar com as estratégias de governo.

Ressaltamos que nosso objetivo não é dizer que esses movimentos nunca houvessem ocorrido antes, destacamos, sobretudo, que manifestações sociais e políticas sempre estiveram

presentes no cenário brasileiro, como podemos ver nas análises produzidas por Valle (2016) em *As manifestações políticas no Brasil contemporâneo de 2013 a 2016* e Pinto (2017) com *A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)*. Propomos, então, discutir e considerar que essas manifestações não são apodíticas, ou seja, não permanecem as mesmas através dos tempos.

O ano de 2016 é apenas uma derivada para nosso olhar com intuito de compreender como certas forças foram ganhando formas. Entendo como derivada um certo ponto de partir, mas que não negligencia toda uma história em termos de acontecimentos que se relacionam e a tornam possível. Podemos notar isso quando olhamos para o Movimento Escola Sem Partido, que na verdade foi criado em 2004, mas que só passa a ganhar notoriedade a partir de 2015. Nesse ano passaram a tramitar projetos por várias Câmaras do país, assim como no Congresso Nacional, com pauta referente à não doutrinação ideológica em sala de aula, tomando como função do professor não educar, pois educar seria papel da família e da igreja, e do professor seria instruir. Uma proposta em que a escola visaria apenas a transmitir conhecimento, e nada mais, ou seja, o trabalho em sala de aula deve estar estrito e restrito a reprodução do que está nos livros, não devendo considerar sua relação com eventuais discussões atuais do mundo, muito menos com a realidade na qual vivemos. O que de passagem vai diretamente contra a própria Constituição, já que a educação nacional tem como objetivo prover para o exercício da cidadania (Carlotti, 2016).

Essas materialidades nos servem para visibilizar como se torna possível emergir um campo a partir de certas agitações. Que campo é esse? Um campo de evidências que permite ver e dizer sobre uma determinada época, capaz de mostrar uma formação histórica. Então, por meio dessas agitações, que nada mais são do que práticas cotidianas, vemos emergir enunciações e práticas que não condizem com a realidade constitucional, mas que mesmo assim se tornam proposta de projetos de lei como - PL nº 193/2016 (Projeto de Lei nº 193, 2016), que além de fomentar a defesa dos elementos já supracitado, também teve uma complementação textual para proibição da discussão de gênero nas escolas. E que naquele momento não sabíamos muito bem como tais elementos tomariam forma.

Além disso temos as manifestações contra a reforma da previdência que se iniciaram na gestão de Michel Temer, vice-presidente, que assumiu o mandato após o impeachment da presidente Dilma Rousseff e colocou em pauta a reestruturação das regras trabalhista e de aposentadoria, justificando ser um investimento necessário para não colapsar o sistema

previdenciário do Brasil (Mendonça, 2017). Esse evento cria espaço para uma série de manifestações que agora passam a ser cada vez mais organizadas e com antecedência, como forma de protesto e reivindicação da população, compondo um conjunto de forças que vem responder a outro conjunto de forças com intuito de garantir e manter os direitos já assegurados constitucionalmente. É importante ressaltar que dentro dessas pautas e manifestações aparecem outros elementos que naquele momento dão ares de que são mediadas, ações imediatas para resolução da questão problema. Refiro-me às forças armadas convocadas e autorizadas, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União, para atuar em defesa da garantia da ordem (Público, 2017, Ministério da Defesa, 2017a, Ministério da Defesa, 2017b).

Trazer essas materialidades tão distintas entre si: impeachment, movimento da escola sem partido, manifestações populares, uso das forças armadas, emenda constitucional da redução de gastos e a reforma da previdência, pode parecer apenas um aglomerado de notícias, mas na verdade tais arquivos operam como condições de possibilidades para poder pensar o cotidiano como diagrama. Enquanto experienciávamos cada um desses cotidianos elencados, estávamos sendo constituídos por um cotidiano virtual, um conjunto de forças instáveis que poderiam nos levar em qualquer direção, entendendo que o impeachment poderia ou não ter acontecido, que as manifestações sociais e políticas criam um espaço de potencialidade para que as questões possam ser tratadas de forma diferente pela gestão. Porém não se sabe o quanto pode vir a repercutir, mas se configura em uma aposta política de resistência e potencialidades, ou mesmo que a emenda constitucional de redução de gastos e a reforma da previdência que atualmente já foram aprovadas, naquele momento se constituíam como um conjunto de forças ainda sem forma do que passaríamos a ter enquanto direito, ou melhor, enquanto uma retirada de direitos.

Tampouco, sabíamos que essas ações utilizadas como tática do governo colocando as forças armadas para manter a ordem em 2016 e 2017, iriam legitimar, em uma tarde de domingo de 2019, a ação do exército brasileiro que disparou 80 tiros, equivocadamente, contra um carro de família no Rio de Janeiro, sendo a diligência uma tentativa de “captura” de um carro roubado com as mesmas descrições do atingido. A captura aqui é colocada entre aspas, pois de fato como a ação foi conduzida, o único interesse foi de apanhar o carro e não uma operação que visava apreensão das pessoas que furtaram o veículo. Tal contexto nos mostra que o cotidiano que se encontrava como pura força sem forma, começa a tomar uma

forma bem específica em termos de gestão de segurança da população e, sobretudo, no que concerne a uma nova forma de gestão estratégica da população (Folhapress, 2019, Oliveira & Prado, 2019).

Tudo isso que a princípio nomeamos agitações no cotidiano acaba por compor um certo campo de acontecimentos que tomam consistência ao se aproximarem uns dos outros. E pode ser que estejam se perguntando, e para onde foi a assistência social em todo esse jogo de argumentos? Está exatamente nas mesmas condições das outras materialidades apresentadas, como foi possível vermos até aqui, emergindo como urgências cotidianas que parecem configurar outra prática na assistência social, apontando para outra variabilidade de espaço e tempo. Ou seja, há uma potência de articulação entre elementos que se encontravam em planos um pouco mais distintos, há um virtual se atualizando enquanto real, no qual a figura do direito começa a assumir uma outra corporalidade quando justaposta com a segurança e a filantropia.

2.1 Emergência do diagrama na Política de Assistência Social

O diagrama nos permite olhar para as condições de possibilidade que admitem a emergência de práticas que se situam em uma região indiscernível entre assistência, assistencialismo e benesse, isto é para o cotidiano das práticas que operacionalizam o dispositivo de catequização. O ano é 2017, durante a abertura da Conferência Municipal da Assistência Social em Campo Grande - MS, espaço aberto ao público, servidores, demandatários - ou usuários como são conhecidos - gestores da Assistência Social e figuras públicas do cenário político da cidade. O encontro era destinado à discussão de propostas que visavam nortear as prioridades rumo ao desenvolvimento e consolidação de uma política que ainda precisa se firmar enquanto Política Pública. Eis que, nesse cenário político, o político aqui é entendido como espaço de lutas agonísticas, emerge um discurso “O Estado é laico, mas eu não! ”.

O que nos interpela nesse enunciado não é o agente da fala, mas sim o que o discurso torna possível dizer mediante as condições e regiões de visibilidade, ponderar em que condições de possibilidade emerge o discurso. Temos, então, como elementar, a figura pública política partidária que atualmente tem estado presente entre os gestores da Assistência

Social na articulação de estratégias de planejamentos e intervenções na Política de Assistência Social.

As linhas de análise podem ser múltiplas, mas o que talvez nos interpele primeiro é: por que esse estranhamento em uma época na qual esse tipo de discurso tem sido cada vez mais frequente, principalmente, nas mídias sociais? Primeiro ponto que pode parecer retórico: o discurso não foi nas mídias sociais, espaço este que tem sido usado cada vez mais para discursos fascistas. Esse lugar não é qualquer lugar, o local do qual estamos discorrendo, e que efetivamente emergiu o enunciado, foi um espaço privilegiado de discussão: uma conferência que teve como tema a Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS. É neste ponto que o discurso me atravessou e me capturou enquanto possibilidade de pensamento, mais uma prática do cotidiano passa a compor o plano de uma problemática da nossa atualidade que emerge como um espaço estratégico de gestão para condução da conduta da população.

Situamo-nos nesta análise que o Estado Brasileiro é laico, isto é, como uma entidade separada de prática e questões religiosas em sua administração. No entanto, a emergência evidenciada no “Estado é laico, mas eu não”, direciona-nos a um campo de análise que não é a circunscrição de uma prática religiosa associada ao Estado, já que “o Estado é laico”, mas, sim, sobre uma prática no Estado, ainda que o Estado seja laico, “mas eu não”. Tal enunciação aparece legitimando a operação de qualquer tipo de prática, até mesmo no exercício de um cargo público, orientada por valores religiosos. Discutir a laicidade do Estado se faz necessária de modo que optamos por fazê-la não a tomndo como objeto deste estudo, mas a partir das práticas de gestão da população situadas no presente na operacionalização da Política da Assistência.

Desse modo, com o diagrama queremos pensar as forças que começam a se agitar em nosso presente, de certo modo dispersas, mas que acabam por se encontrar, dando forma ao próprio dispositivo que estamos propondo como problemática de investigação. Trata-se de percorrer alguns eventos que iluminem e constituam um cotidiano como forma de possibilidades, bem como que nos permitem considerar a constituição de uma experiência coletiva de cotidiano, na qual a assistência social se torna um elemento que não apenas pode, como deve acontecer. Deve acontecer na medida em que há por um lado um conjunto estratégico de desmonte das Políticas Sociais (Marques, Roberto, Gonçalves & Bernardes, 2019), um conjunto de enunciados que desqualificam a própria Política de Assistência Social,

como podemos ver no próprio discurso do ex-presidente eleito em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, que ainda reverbera em dias atuais.

[...] Antigamente, quando chovia, o povo logo corria para plantar o seu feijão, o seu milho, a sua macaxeira, porque ele sabia que ia colher, alguns meses depois. E, agora, tem gente que já não quer mais isso porque fica esperando o ‘vale-isso’, o ‘vale-aquilo’, as coisas que o Governo criou para dar para as pessoas (Azevedo, 2014/2017).

Mas, por outro lado, um outro movimento que permite a existência desses dois supracitados, porém, possível pela fé, que não é mais a caritariva propriamente dita.

Acontecer de que maneira? É justamente esse nosso itinerário de pesquisa. E práticas descritas como esta acima, as imagens/fotografias trazidas anteriormente, articuladas com os acontecimentos em nível nacional, como a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 que ressoa como o desmonte das Políticas Públicas, permite-nos relacionar essa virtualidade de práticas do cotidiano e criar uma zona de visibilidade que faz o tensionamento entre o assistencialismo/filantropia e o acesso ao direito. Pois, se há um não-investimento nas políticas sociais, abre-se um leque de possibilidade, de virtualidade para práticas assistencialistas tomarem a vida da população e conduzirem suas condutas, como por exemplo, práticas que se embasam em lógicas que operam que o “Estado é laico, mas eu não”. A tensão que se constitui como diagrama, como cotidiano, é justamente as forças que começam a se encontrar entre um Estado que é laico, portanto, tentando se justificar no âmbito jurídico, e uma outra figura que não é e pode ser afirmada, no interior do próprio Estado, como não sendo, ou seja, é um termo ao mesmo tempo exterior e interior do próprio Estado.

Essa virtualidade do cotidiano das práticas cria condições de possibilidade para uma multiplicidade de ações a compor a Assistência Social, ponto esse que se configura estrategicamente como indício para pensar as questões desta tese. Amalgamadas a partir dessas enunciabilidades que se forjam em um cotidiano entendido enquanto potencialidade, permite-nos pensar como o dispositivo da catequização vai ganhando espessura e densidade.

Antes de mais nada, precisamos compreender que o cotidiano em sua multiplicidade operado como diagrama só pode ser entendido como espaço de mutação, quer dizer que tínhamos um diagrama que se referia às práticas filantrópicas e assistencialistas devido a uma

série de acontecimentos cotidianos já descritos anteriormente, podemos dizer que passamos de um diagrama ao outro no campo da Assistência Social, pois até então, operávamos com uma formação histórica nas quais as práticas se justificavam e se apoiavam em uma democracia constitucional, zelando por ações que visavam garantir os direitos cidadãos.

Consideramos que os fatos apresentados até então como parte de uma agitação do campo social passam não somente a ganhar consistência, mas, sobretudo, encontra-se entre formações históricas, já que nesse contraste de práticas não conseguimos nos localizar nem em uma formação, e talvez tampouco de forma segura em outra. Essa característica do diagrama de afetar e ser afetado, isto é, de que um diagrama sempre surge de outro diagrama, evidencia-nos que estamos vivendo um período entre formações.

O diagrama, então, como forças sem forma, permitirá arranjos de encontros entre forças que tomarão forma de acordo com as estratificações que começam a atualizá-los, tornando-se condições de possibilidade para o dispositivo. Se retomamos a fala que enuncia a laicidade do Estado, mas a possibilidade de não laicidade do sujeito individual e, consequentemente, de suas ações, pode ser tomada como indício dessas forças sem formas que permitem arranjos. Não apenas permitem, mas autorizam a conformação das forças. Veja-se que essa fala cria uma cisão entre aquilo que seria o Estado e a função daquele que exerce o cargo público. Se por um lado o Estado e a função pública apresentam forma, por outro situase na cisão a força sem forma, a decisão que incide sobre a vida. Cisão enquanto limiar que abriga não o direito, mas a decisão - qualquer que seja ela - que, por definição, não demanda fundamento estritamente jurídico (Agamben, 2014).

Espreitar essas forças pouco precisas em termos de consistência foi e tem sido a tarefa desta pesquisa. A princípio foi somente o espanto que se fez presente diante da fala da laicidade estatal e não laicidade individual, mas esse espanto carregava consigo uma desconfiança fundamentada nos percursos de investigação, das leituras atentas aos acontecimentos cotidianos e do fio que quase imperceptivelmente os liga. O ubuesco da fala foi sendo transformado em elemento de análise para as diversas práticas que constituem o cotidiano. Se, diante da perspectiva epistemológico-ética e política, acredito que as diversas formas de existência no mundo devem ser defendidas, diferente é o meu posicionamento frente aos efeitos das ações decisórias do “mas eu não”, no campo das Políticas de Assistência Social.

Não se trata de impedir que um sujeito individual seja não laico, mas de interrogar o que está colocado nessa não laicidade quando da ocupação de um cargo público que administra não apenas elementos jurídico-legais, mas vidas. Se ampliarmos a aplicação da conjunção adversativa “mas” para as ações já mencionadas na presente tese, visibiliza-se os modos como os elementos de catequização vão sendo produzidos nas práticas da Política de Assistência Social, constituindo o que temos nomeado de dispositivo de catequização.

O diagrama, desse modo, opera como um conjunto de práticas que começam a compor uma experiência coletiva de cotidiano que são, em um primeiro momento, como matérias não formadas, apenas apontam para relações de afetação, de forças que afetam e são afetadas, produzindo novas rotas, novas direções que se densificam quando assumem a forma de um dispositivo. No diagrama são forças do fora que entram em correlação e coexistência, matérias pré-formadas com potência de produção, por isso, consideradas em sua positividade. O grande desafio é que só se pode falar de um diagrama uma vez que este esteja estratificado, somente depois da estratificação que se dá pelos jogos de poder e saber é que podemos ver os estratos, contudo, isso não ocorre no presente, por isso não é simples operar e falar de um diagrama.

De fato, como diria Deleuze, só seremos capazes de nos darmo conta do diagrama quando este já esteja estratificado. Então, puxar o conceito de diagrama é se apoiar nesse cotidiano de modo a inflexionar certas questões: a ideia de catequização vem de dois elementos que se amalgamam da Assistência Social enquanto Política Pública como garantia de direitos e questões religiosas enquanto prática possível dentro da política pública, é entender que algo hoje torna possível essa relação de uma forma diferente ao que nomeávamos de práticas filantrópicas e assistencialistas. A insistência na forma diferente é, justamente, porque anterior à forma há um jogo complexo de forças sem formas. Algumas forças podem aparecer já como matérias formadas, mas as aproximações, em se tratando do diagrama, é que não tem um plano de estratificação mais denso.

Os elementos que começam a se agitar como parte de um certo presente, mas também de um certo passado/futuro, ainda não se estabilizam, operam muito mais em uma dimensão de afetações: sensações/afetações de sobressaltos, de inseguranças, de indignações, assombros e espantos. São gritos, palavras de ordem, panelas batendo, que irrompem e formam um cotidiano. Esses vêm de distintas direções e se encontram em manifestações, em programas jornalísticos, em coberturas de eventos/tragédias cotidianas, em discursos em tribunas, nas

mídias sociais, em projetos de lei. São composições que começam a tornar possível certas aproximações que outrora operavam em zonas silenciosas: religiosos segurando armas, em nome de Deus/Jesus ao invés do gesto da cruz o gesto de armas, políticas públicas justificadas pela família/Deus, rezar antes do início de comissões parlamentares, entre outros que se avizinham de forma ubuesca.

A provocação ao pensamento vem dessas possibilidades que se avizinham de modo a tornarem-se naturais no cotidiano. São tagarelices que se puxam compondo um diagrama, um plano “amorfo”, porém intenso de combinações inusitadas. E nos faz pensar que sentido teria/tem trazer para dentro do espaço das Políticas Públicas uma organização filantrópica/religiosa, de modo a tensioná-las como Políticas Públicas?

2.2 Composições do Diagrama enquanto Dispositivo de Catequização

Neste instante, o objeto catequização começa a tomar forma e sofre uma bifurcação, pois não estamos tratando de tomar a catequização como sinônimos de catequese, no sentido de dogmatizar os sujeitos. Estamos nos referindo às práticas que estão dentro de um projeto de sociedade, de práticas que governam vidas, então, estamos fazendo referência às práticas e saberes que operam como regimes de verdade, que constituem tecnologias que forjam sujeitos, que produzem modalidades de vida, ou seja, uma forma de gestão da vida.

Cabe ressaltar que a estratégia que se configura como direito social adscrito como Política Pública julga que há uma aposta nas Políticas Sociais como tática para a diminuição das iniquidades sociais, ponderando-se as fragilidades que apresentam, por meio de um conjunto estratégico de governamentalidade. A diminuição dos investimentos, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, significa não apenas um efeito em termos dos modos como as políticas passarão a operar, mas um recrudescimento daquilo mesmo que torna essas políticas necessárias: as desigualdades sociais como estratégia de acesso aos direitos sociais.

Nesse sentido, a aprovação da Emenda Constitucional com argumentação de um pensamento de salvaguardar os direitos do futuro, recusa a proteção dos direitos do presente. E não estamos falando de qualquer direito: é efetivamente o direito de quem é demarcado na política como “os invisíveis”, daqueles que certamente são ressonância dessa lógica de suspensão de certos direitos, para proteção de outros, mas que novamente entram em um

círculo vicioso de práticas fascistas do discurso do racismo de Estado, em prol de uma vida em detrimento de outra.

Nessa mesma esteira, temos uma relação entre o direito e Estado que, na verdade, em princípio o direito aparece como aquilo que qualifica a vida, mas não de forma homogênea, de modo que ao qualificar uma determinada vida, acaba por desqualificar algumas outras vidas. É neste sentido que vemos que o sujeito é um corpo gerido como objeto de poder. Nessa relação de Estado e direito, o direito emerge sob a forma da lei, por meio de normativas, diretrizes, Políticas Públicas, que vão permitir uma seletividade no que concerne capturar certas vidas e deixar a margens outras. Contudo, podemos considerar que certamente não estava em jogo na PEC do fim do mundo o direito de todos, mas de alguns, estes não são os sujeitos centrais de políticas de direitos sociais.

As articulações entre as urgências cotidianas nos mostram que novas estratégias de governo da população estão em jogo, e essas táticas nos permitem ver a emersão de um dispositivo de catequização que tem como principal função demarcar um novo regime de verdade como forma de condução da conduta da população, no que concerne aos modos de vida de populações vulneráveis.

Não se parte, assim, de que o dispositivo de catequização opera dentro de uma lógica assistencialista, filantrópica e religiosa, e tampouco podemos dizer que opera dentro da garantia de direitos que prezam as políticas. O que se quer entender, em termos de uma analítica do poder que inicia o percurso seguindo rastros de um diagrama, são os deslizamentos de certas formas como o assistencialismo, filantropia e religião, estabelecem um outro jogo, na medida em que novos elementos passam a se avizinhar. Essa interrogação se apoia na análise de Foucault no livro *História da Sexualidade I* tanto da confissão quanto da hipótese repressiva, mostrando que apesar de ambas se fazerem presentes no dispositivo da sexualidade, há uma outra composição, outras figuras, ou seja, um outro diagrama que permitirá a conformação de certas tecnologias e estratégias de poder-verdade.

O diagrama é uma distribuição de forças, está estrategizado e é virtual e sobre este aparecem os estratos que são jogos de verdade. Então, quando se considera que o cotidiano é um diagrama, uma massa de práticas possíveis, constitui-se um direcionamento para poder percorrer aquilo que historicamente se constitui como dispositivos que aproveitam e atuam sobre esse diagrama, para criar determinados eixos de ações e pensamentos, neste caso específico, a catequização. E isso distingue o dispositivo de catequização do elemento

catequese que nos é muito familiar na história do Brasil, que se sustenta pelas ideias de conversão, de crer em Deus buscando uma mudança de alma.

As dimensões do dispositivo operam sobre esse magma que denominamos de cotidiano, dando forma ao diagrama. Ou seja, aproximam formas e forças. Sobre esse cotidiano, sobre esse diagrama, o que buscamos analisar é como se criam dispositivos, neste caso específico, o dispositivo de catequização, e para isso buscamos situar nosso diagnóstico e análise.

Estamos no Brasil, onde temos uma série de Políticas Públicas que tem como proposta desenvolver diversas ações e programas, e diante do modo como certas práticas cotidianas vem aquiescendo um plano de consistência, provoca-nos a pensar: como se torna possível que entidades religiosas exerçam atividades vinculadas às Políticas Públicas? Quais os efeitos dessa inserção no que concerne ao governo da vida? Gestões governamentais provavelmente nos responderiam que é uma forma de utilizar os recursos públicos. Mas ao que parece é um pouco mais profundo que isso! É mais profundo, porque é um elemento de um dispositivo de catequização que o mantém. Entendemos, então, que as políticas públicas são dispositivos que organizam de um determinado modo o cotidiano.

De fato, percorremos aqui um caminho que nos possibilitou ver como o cotidiano enquanto um conjunto de forças, isto é, como um diagrama ganha espessura, estratifica-se produzindo um certo plano de consistência, regimes de verdade e dispositivos. E quando trazemos e discutimos as materialidades que permitem amalgamar elementos que nos evidencie que há emergência de um dispositivo, necessitamos nos questionar: Como se constitui o dispositivo de catequização? A que urgência ele busca responder? Sabemos que ele atua sobre o diagrama, sobre essas forças, seleciona algumas, as organiza, as atualiza e nos leva a criar um eixo de condução de conduta.

É nesse sentido que somos interpelados por uma questão de pesquisa: A partir de um cotidiano virtual capaz de fazer emergir dispositivos, como se torna possível forjar o dispositivo da catequização proveniente de práticas da Política de Assistência Social e políticas de gestão?

3. INDÍCIOS DE URGÊNCIA – CATEQUESE E CATEQUIZAÇÃO COMO REGIME DE VERDADE

Neste terceiro capítulo nos propomos compreender o plano de composição da catequese como um regime de verdade engendrado na doutrina católica cristã, assim como, entender como pelo atravessamento de alguns indícios de urgência se produziu em nosso pensamento uma bifurcação que possibilitou a desterritorialização do termo catequização da doutrina católica e a reterritorialização deste enquanto um dispositivo de catequização como um regime de verdade amalgamado a doutrina religiosa neopentecostal e o neoliberalismo como forma de condução da conduta da população.

Mas, quais atravessamentos são esses? E a que urgência nos referimos tanto no decorrer deste trabalho de pesquisa? Já vimos que esses indícios são materialidades que vão sendo rastreadas pelo nosso percurso de pesquisa, e os encontros aqui têm marcado outra experiência de acontecimentos com relação à gestão das Políticas Públicas Sociais, no que concerne aos atravessamentos de práticas filantrópicas que aparecem ligados particularmente ao campo religioso neopentecostal que se amalgama com a lógica neoliberal devido a sua teologia da prosperidade.

Tais composições realizadas no itinerário percorrido de reportagens, discursos em espaços públicos, vídeos, notícias, narrativas de experiência profissional entre outros, ressoam-nos como um alarme de urgência, principalmente, por aparecerem como acontecimentos que surgem como tagarelice e que incitam uma série de práticas de governo que nos causam provações e estranhamento, criando assim, não somente um espaço necessário e urgente de ser pensado e debatido.

Mas também, por meio do nosso processo de construção de pensamentos com inspirações benjaminianas tais composições vivenciadas neste trajeto de investigação forjam uma certa experiência que vem denunciar, marcar, falar de uma época, sendo que para Benjamin (1933/1986) a experiência deve ser entendida enquanto algo do qual deve se falar, deve ser comunicado, exposto na tensão entre singularidade e comunicabilidade, não em um plano informativo no nível cognitivo, mas por se tratar da criação de um vínculo afetivo entre o sujeito e a época, no sentido de que essa comunicabilidade não pode ser por ela mesma, mas algo que ressoe e que mobilize o sujeito em relação a ela. Assim, a urgência se localiza no fato de que mais do que expropriados dos nossos direitos temos paulatinamente sido desvinculados daquilo que tem diretamente a ver conosco, ou seja, a própria fragilização de nos importarmos com a situação de retiradas de nossos direitos.

E neste sentido que tais materialidades, ou seja, indícios, assumem um caráter de urgência para pensar uma nova forma de políticas de gestão da população por vias do dispositivo de catequização.

3.1 Planos de composições da catequese

Assumimos o cotidiano como um disparador, como potência rizomática de acontecimentos, e optamos por tomar os acontecimentos da Política de Assistência Social como forma de capturá-los enquanto singularidades, não tomando esse objeto como dado através do tempo, mas com o objetivo de fazer aparecer as descontinuidades que atravessam as próprias políticas, bem como do país, a partir de elementos audiovisuais heterogêneos que nos possibilitam situar uma determinada problemática em sua localização histórico-política.

Interpelarmo-nos por um dispositivo de catequização que se torna possível ver a partir de práticas cotidianas é tomá-lo como causa-imanente (Deleuze, 1986/2014) de uma série de estratégias e ações de intervenções, como descrevemos anteriormente, é justamente pensar do avesso. O dispositivo de catequização é o efeito de um conjunto de práticas formadas a partir do cotidiano. É por esse itinerário de práticas que temos caminhado para compreender a emergência e o próprio dispositivo proposto nesta tese.

Ao longo dessas páginas viemos marcando alguns acontecimentos que se tornaram possíveis em um cotidiano, mas antes de darmos continuidade com o dispositivo de catequização, faz-se necessário pensar o que de fato estamos pensando por catequização.

Temos no Brasil uma familiaridade com o termo no que corresponde ao catecismo dos povos indígenas pelos jesuítas, a fim de ensinar aos “bárbaros” a ler e escrever, incluindo também os povos colonizados da época. Contudo, a educação vinha como condição primeira para os ensinamentos das palavras de Deus em busca da salvação da alma e a transformação social da cultura indígena no Brasil para torná-los povos civilizados (Shigunov Neto & Maciel, 2008).

De forma geral, podemos entender que catequizar é o processo de evangelização, de ecoar e ressoar a palavra de Deus, produzindo então um caminho de iniciação na fé cristã, acolhendo e aceitando Deus e sua palavra na própria vida. A proclamação da palavra ecoada das escrituras não tem apenas como finalidade o ensinamento da fé no que concerne à

doutrina cristã, mas principalmente, à conversão e o seguimento dos frutos da evangelização e catequese na vida do cristão (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2008).

No entanto, o catecismo é muito mais antigo e complexo do que essa breve menção com a história do Brasil. Foram os Apóstolos os primeiros a testemunhar os feitos e a ressurreição de Jesus e os responsáveis pela continuidade da missão de Jesus, garantindo a sua verdade. Foram estes, os primeiros a transmitir a palavra de Deus, guiando, ensinando e celebrando a Liturgia (Youcat, 2011). A emergência do catecismo se dá com os Apóstolos, “Jesus encarregou os → APÓSTOLOS, primeiro, de fazer discípulos pelo seu anúncio, isto é despertar a sua fé e só depois de os baptizar” (Youcat, 2011, p. 107).

Temos, então, a pista de um princípio de catequese, no que tange um período do século I ao século V, como prática de iniciação de fé na vida da comunidade, pois foi na e pela fraterna vivência na comunidade que se dava os ensinamentos da doutrina da palavra de Deus, traduzindo na vida a palavra de Cristo. A catequese primitiva (Bíblia Sagrada, 1991/At 10,34-43) como traz bíblia foi aos poucos sendo formulada e organizada como objetivo de compreensão do que é a fé, abdicar dos costumes pagãos, se preparando para conversão, para uma prática da vida cristã na comunidade, por meio do testemunho, da escuta da palavra e das celebrações. Aqui vida da comunidade e catequese se forjavam juntos, quando tomamos como inerente a catequese o exercício da caridade fraterna (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983).

Ao longo do século V ao século XVI diferentes escrituras sobre o ministério da catequese foram redigidas por bispos e teólogos, tais como, “São Pedro Canísio, São Carlos Borromeo, São Toríbio de Mogrovejo e São Roberto Belarmino” (Vaticano, *prólogo*, inciso II, art. 9, 1992). O cristianismo já tinha sua consolidação enquanto religião na sociedade, e sobretudo, estabelece uma relação de aliança com o Estado, denominada de cristandade. Neste momento a catequese já não era necessária tal como era propagada anteriormente, no que concerne a iniciação a comunidade, visto que todos já nasciam cristãos, em uma sociedade cristã o ambiente e as práticas eram marcadas pela questão religiosa, sendo, então, a “educação pela fé realizava pela participação numa vida social, profissional e artística” tendo não somente as escolas papel importante, mas sobretudo a família. (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983, p. 2).

A partir desses diversos documentos, conhecidos como Catecismo foi que o Concílio de Trento, também conhecido como Catecismo Romano, no século XVI, durante a Contrarreforma Católica deu prioridade à temática da catequese.

A reforma Luterana, ou reforma protestante, emerge como condição de possibilidade para a Igreja Católica se organizar na ordenação de um compêndio da doutrina cristã, uma obra de referência publicada em 1566. Trata-se de um catecismo que se distingue de outros resumos da doutrina cristã, já que um dos grandes objetivos desse catecismo era a exposição e o aprofundamento da doutrina por parte dos bispos e sacerdotes, se tornando um manual de máxima autoridade dentro da Igreja Católica até 1992, quando emerge um outro Catecismo. A necessidade de instrução por parte do clero se fazia emergente frente a pré-Reforma e despreparo de conhecimentos sistemático da fé, para que estes desenvolvessem condições para instrução dos fiéis que também tinham pouca instrução religiosa.

O Catecismo Romano emerge como urgência para a Igreja Católica cuja função foi operacionalizar a catequese de modo mais frequente e regular, pelo corpo eclesiástico, e não mais como os antigos Catecismos que davam esse espaço de ensinamento ao seio familiar. A preparação do corpo clerical para levar a instrução de forma individualizada às crianças e adultos muda a forma como a catequese se apresenta. Com Concílio de Trento o catecismo passa a ser orientado pelo primeiro livro de perguntas e respostas que deveriam ser decoradas pelos catequizando (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983).

Alguns séculos se passam até a Igreja Católica direcionar o seu olhar especificamente para a questão do catecismo, o que não significa que no decorrer do tempo a igreja não tivesse seus momentos de reflexão, pois justo para isso se faziam as convocações papal para os Concílios Ecumênicos da Igreja Católica. O último que ocorreu pela segunda vez no Vaticano, e por isso denominado de Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João Paulo XXIII, que teve com objetivo de tratar várias temáticas da igreja, incluso de atualizar a igreja em um época pós-guerra, já que este Concílio se inicia no ano de 1962 em 11 de outubro e só termina em 08 de dezembro de 1965 sob o papado de Paulo VI, porém já havia sido cogitado em 1950 pelo Papa Pio XI, contudo sem sucesso para sua realização. Tais Concílios, assim como os inúmeros documentos sobre o catecismo, publicados por santos bispos e teólogos como São Carlos Borromeo, São Roberto Belarmino, São Pedro Canísio, São Toribio de Mogrovej se fazem importantes, tanto quanto o *Directório catequético* geral de 1971, as sessões do Sínodo dos Bispos consagradas à evangelização em 1974, à catequese de 1977 e as

exortações apostólicas correspondentes *Evageli nuntiandi em 1975 e Catechesi tradendae* em 1979 (Vaticano, *prólogo*, 1992).

Em 1985 a Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos é convocada pelo papa João Paulo II, para que os Padres sinodais expressassem o desejo de compor um Catecismo para doutrina católica que fosse referência. E é por meio das reflexões provenientes desses eventos que se cria a condição de possibilidade de repensar o Catecismo da Igreja Católica, um trabalho de que efetivamente se iniciou em 1986 com uma Comissão de doze Cardeais e Bispos, presidida pelo senhor Cardeal Joseph Ratzinger e terminou com a publicação em 1992 (Pontífice João Paulo II, 1992).

A catequese, então, é essa prática dentro do cristianismo e passa a ser definida com o objetivo de “uma *educação da fé* das crianças, dos jovens e dos adultos, que comprehende especialmente o ensino da doutrina cristã, ministrado em geral dum modo orgânico e sistemático, em ordem à iniciação na plenitude da vida cristã” (Vaticano, *prólogo*, 1992). Com esse catecismo que emerge no século XX, também para orientação de bispos e sacerdotes, já que oficialmente são esses os responsáveis por instruir os ensinamentos da fé, mas sobretudo com a tentativa de resgatar a participação na comunidade de fé e tendo como condução da conduta para o sujeito cristão a educação permanente para a comunhão com Deus. O amadurecimento do processo de catecismo, pensado e organizado pelo Vaticano, busca agora não mais um jogo de decorar perguntas e respostas, mas de experienciar na vida os ensinamentos de Cristo.

São em quatro estruturas que se organizam os ensinamentos desse regime de verdade da Igreja Católica. Em princípio, deve-se crer em Deus e ter fé, é pela profissão da fé baptismal que se aceita Cristo, para depois compreender e receber os sinais de ação de deus pelos sacramentos de fé (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos enfermos, Ordem sacerdotal, e Matrimônio), em seguida viver e amar a Deus de forma efetiva, através da inserção dos ensinamentos dos mandamentos, do sacramento, é momento de demonstrar o amor a deus na prática da vida e da comunidade, comportar-se moralmente, é o que se denomina de a vida da fé, e último, porém não menos importante retornar à Deus pela e com a oração do crente (o Pai nosso) (Vaticano, 1992).

Nessa direção, o Catecismo da Igreja Católica é o instrumento pelo qual se guia e prepara o sujeito para a vida cristã, é por meio de seu ensinamento, organizado em quatro estruturas, que essa doutrina cristã torna católicos os sujeitos, por esse motivo o catecismo, a

catequese se constitui como um regime de verdade, pois se configura em conjunto de práticas e saberes que vão constituir uma certa tecnologia de subjetivação, um regime de verdade que opera pela conversão do sujeito em um sujeito cristão.

3.2 Planos de composições para a catequização

O que podemos ver, ao percorrer esses eventos, leva-nos a entender como a catequese e o catecismo vão ser tornando parte de um regime de verdade da doutrina cristã, e que há um direcionamento desde o século XVI a respeito da educação da fé que é realizado por uma pessoa interna a Igreja, o catequista, a figura preparada para assumir a responsabilidade pelo conhecimento para educar, converter o sujeito a se conduzir na vida cristã.

Outra característica que devemos considerar nessa busca pela compreensão do que é a catequese é que no período supracitado a Igreja desenvolvia uma função interior no Estado, era ela mesma parte do governo soberano, pois na soberania ela é uma parte “legítima” de governo do Estado, no qual não havia separação entre Rei e Igreja, já que o regime de verdade empregado era que ambos são enviados de Deus, e a forma de governo era composta por uma cogestão, na qual a Igreja pode ser considerada o Estado, já que, por exemplo, na soberania aquele que se tornava Rei só era possível porque a Igreja outorgava essa titulação, ficando o território/povo exteriores nesta relação.

O que com a emergência do Estado moderno e após o século XX ocorre uma modificação, é que a igreja passa a operar de forma exterior ao Estado, ou seja, não participa e não tem mais controle na forma de governar de modo direto. Neste momento, Estado e Igreja tem contornos próprios, o que implica domínios próprios, a governamentalidade em questão considera outra composição tanto de um quanto outro, assim como população e território estão dentro, não são exteriores no sentido de estar fora e serem tomados como propriedades, portanto a dimensão de exterioridade é que são termos distintos, não compostos das mesmas formas e com contornos próprios. Porém, isso não significa que não há, no jogo da gestão, formas permanentes de incitação de um pelo outro, formas de composição e reforço mútuo. Contudo, o que difere do período da soberania, é que a partir do Estado moderno, Igreja e Estado são elementos que não se confundem, apesar de se misturarem, são exteriores um ao outro, no sentido em que Estado não depende da Igreja para funcionar e a Igreja opera seu

funcionamento sem o Estado.

Eis, então, essa exterioridade da igreja sobre a forma de governar a população nos coloca diante da possibilidade de um pensamento rizomático que nos interpela sobre de que forma e como a religião passa novamente a participar das produções dos regimes de verdade dentro da política de governo da população em um Estado considerado laico?

De fato, mesmo com a laicidade do Estado diversos elementos religiosos sempre estiveram presentes no cotidiano da sociedade, tais como imagens e crucifixos em lugares públicos, a oração do pai nosso em escolas não religiosas, menção à Deus na moeda nacional e datas religiosas sendo consideradas como feriados nacionais. A proposta aqui não é discutir pelo Estado o que é a laicidade ou se o Estado é ou não laico, mas sim a partir de certas práticas, elementos, discursos religiosos presente no nosso cotidiano, como se operam práticas de governamentalidade e como diante desses se produz sujeitos.

O percurso nos levou a compreender uma certa objetivação da catequese: práticas de educação da fé para preparação e conversão do sujeito na doutrina cristã. E, por mais que práticas não laicas aconteçam, não podemos dizer que a catequese é composta pelos mesmos agenciamentos que vão compor o dispositivo de catequização, no entanto, é preciso destacar que tampouco se trata de um “simples” processo de secularização das práticas da catequese que estão presentes também na forma como o dispositivo de catequização opera. Segundo Agamben (2007):

a secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos (...) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder (p. 68).

Novamente, não se trata de tomar os elementos, mas a força e o modo como os agenciamentos vão se constituindo e produzem condições para a elaboração de práticas de gestão na política de assistência social, especialmente aquelas práticas que implicam não a operacionalização da política (forma), e sim de decisão (força) (Agamben, 2004, 2007, 2014). Ou seja, capturar o elemento catequização para transformá-lo em um dispositivo tem nos demandado um exercício de desdobramentos de um certo conjunto de práticas que se forjam no cotidiano mediante relações de poder e certos regimes de verdade, que se tornam possíveis

pela montagem do diagrama, no sentido de combinação, aproximação, avizinhamentos de forças que passam a forma, a se atualizarem.

Giorgio Agamben (2011) em *O reino e a glória* dá continuidade ao seu projeto de pesquisa que se propõe a investigar os modos e/ou condições que permitiram com que o poder, no ocidente, tomasse a forma de uma *oikonomia*, isto é, de um governo dos homens. A tese defendida por Agamben é a de que da “teologia cristã derivam dois paradigmas políticos” (p. 13).

Tais paradigmas seriam a teologia política que é embasada em um único Deus, a transcendência do poder soberano, deriva-se da filosofia política e teoria moderna da soberania. E a teologia econômica que estabelece a ideia de *oikonomia* concebida como uma ordem imanente - doméstica e não política - tanto da vida divina quanto da vida humana, a qual deriva a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer aspecto da vida social (Agamben, 2011).

Os paradigmas políticos derivados da teologia cristã implicariam, portanto, que a “vida divina e a história da humanidade sejam concebidas desde o início desta como uma *oikonomia*, ou seja, que a teologia seja ela própria “econômica” e não se torne tal apenas em um segundo momento por meio da secularização” (Agamben, 2011, p. 15). É baseado nos estudos de Giorgio Agamben que argumento que o dispositivo de catequização não é o deslocamento das práticas de catequese, isto é, uma secularização das práticas religiosas, mas, sim, uma forma de gestão da vida que, a partir da instauração da decisão sobre a vida, indistingue o *oikos* da política e autoriza, portanto, que o estado seja laico, mas que as práticas operacionalizadas por uma função eminentemente pública, possam não ser.

É preciso, no entanto, desacelerar e, diante dessa trajetória, ver quais são os elementos que compõe a catequização. Seriam os mesmos da catequese? Será que o dispositivo da catequização, isso que eu estou nomeando, comporta a profissão de fé que através do credo que vem enunciar uma nova modalidade de existência no que diz respeito a crer em Cristo? Ou mesmo a conversão do sujeito em outro, nesse jogo de tornar-se um fiel à Deus pela catequese como estratégia para produção deste sujeito cristão? Ou a instrução pela educação da fé é a estratégia que sustenta as práticas e a racionalidade para conversão do sujeito e para salvação da alma? A relação desse sujeito com a verdade seria assim como no cristianismo de expiação no sentido de estar sempre vigilante a sua conduta junto ao pecado e buscando forma de reaproximação da verdade por meio de práticas de manifestação da verdade?

São questionamentos que nos direcionam a buscar um argumento de singularidade do dispositivo de catequização. Pois de fato todos esses pontos levantados fazem parte de um regime de verdade para tornar-se um cristão. Contudo, o dispositivo em questão parece não operar da mesma maneira em razão das forças que se aproximam pelo diagrama anteriormente descrito, sendo que para pensar com esse conceito de dispositivo propomos uma desterritorialização e reterritorialização (Deleuze & Guattari, 1972/2010, 1980/2014, 1980/2015) enquanto parte de um território composto pela catequese. Significa que partirmos sim de um plano de espessura que comporta mundos, objetos e sujeitos no que concerne a catequese, mas que faremos um deslocamento, um movimento que abandona, pode ser que parcialmente ou totalmente, esse território com objetivo de poder se reterritorializar, cujo o movimento é de compor uma nova construção de território, agora por outros agenciamentos que não somente o da igreja, no que diz respeito ao tornar-se um sujeito fiel como imagem e semelhança de Deus. Espaços outros, políticos e cotidianos no qual enunciações são forjadas e nos atravessam de modo a compor um outro plano de espessura, como esse do jornal Estadão:

A apresentadora de televisão Angélica, mulher do **apresentador e empresário Luciano Huck**, afirmou que uma eventual candidatura do marido para a Presidência da República é um “chamado”. “Não posso dizer que acho muito legal Luciano sair candidato, não seria verdade, mas tem uma hora que você não está mais no controle. É uma espécie de chamado”, disse em entrevista à revista Marie Claire (Passarelli, 2019, para. 1, grifo do autor).

Começa a aparecer com maior frequência, e de forma às vezes muito sutil em nosso cotidiano, menções, enunciados que evocam e/ou retomam de algum modo a figura do religioso. Dizer que a ‘candidatura é uma espécie de chamado’ é evocar de uma maneira muito específica a condição de possibilidade de se tornar um Presidente de República, permite-nos ver que o dito passar por uma zona na qual o acreditar ter preparo não está somente relacionado em termos políticos institucionais para governar um país, mas crer que existe algo superior ou transcendental que o invoca para uma missão especial, como se fora ele o escolhido para ocupar tal posto. A sutileza do discurso não a faz revolucionária, porém acaba por trazer um certo agenciamento que amalgama o político e o religioso.

Como também podemos ver a fala do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro na marcha para Jesus em 2019.

[...] “Além do milagre da minha vida, o milagre da nossa eleição. Tive apoio de grande parte dos evangélico no período inicial das eleições. Isso foi decisivo. O que eu falava durante a campanha eu já falava anos antes. Desde 2010, quando apareceu nos governo [sic] que nos antecedeu as questões de multifamílias”, afirmou Bolsonaro. “Se querem que eu acolha isso, apresente uma Emenda Constitucional e modifique o artigo nº 226, que diz que família é homem e mulher. E mesmo mudando isso, como não dá para emendar a bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional”, acrescentou, aplaudido (Ferrari, 2019, para. 6).

Não emendar a bíblia e acreditar na família tradicional, como ensina a bíblia, é de certo modo demonstrar na prática da vida os ensinamentos de Deus, é se comportar moralmente. O discurso faz ver uma certa enunciação moral de amarrar na família tradicional atrelada não somente a forma de condução da vida na comunidade, mas conectada com uma virtual e potencial forma de governar a população cotidianamente.

[...] “Vocês tem pela primeira vez na história do Brasil um presidente que está honrando o que prometeu na campanha, que acredita na família e que vai respeitar a inocência das crianças nas salas de aulas. Não existe conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta. Tenho certeza que o governador Ibaneis não vai admitir isso no DF”, disse, ao lado do chefe do Executivo distrital (Ferrari, 2018, para. 8).

Esse conjunto de enunciação nos permite ver como o cotidiano vai se tornando um espaço potente de tentacularização entre o discurso do religioso e o político. Contudo, o caminho que tomamos até aqui como derivada para compreensão da catequização é incipiente e necessita que observemos as condições de possibilidade para emersão de tal campo de visibilidade e dizibilidade, o que temos evidenciado por meio dessas materialidades é que devemos considerar que o campo de emergência desses agenciamentos são outros, e por esse motivo a necessidade de desterritorialização do termo catequese, pois são outros jogos de forças em ação. Não é através do cristianismo da igreja católica que encontraremos a forma de operacionalização do que venho nomeando de dispositivo de catequização, este sofre um deslocamento do termo em suas raízes e tentaremos ver como é possível sua emergência a partir de outros vínculos.

3.3. Novas composições cristãs: A emergência do neopentecostalismo amalgamado ao neoliberalismo

Desde o século XX vemos um movimento forte da igreja católica em reorganizar e repensar suas doutrinas de modo a acolher e colher mais fiéis, devido ao crescimento dos movimentos protestantes, e dentre eles o de renovação do cristianismo como o pentecostalismo e neopentecostalismo, ambos seguidores de corrente evangélicas, que começam a aparecer no Brasil por volta de 1910 para o primeiro movimento e 1970 o segundo, tendo como referência do pentecostalismo moderno que surgiu nos Estados Unidos da América a partir dos anos de 1901 (Moraes, 2010, Matos, 2006).

O movimento pentecostal é amplo e não se organiza pela direção de uma igreja como o Catolicismo, pode se apresentar por diversos grupos cristãos, de modo geral enfatizam uma confiabilidade inerrante da bíblia², tendo como característica principal o falar em línguas que tem assumido diferentes formas de compreensão para os pentecostais. A mais tradicional seria uma experiência de comunicar de modo fluente expressões incompreensíveis, ou então, uma língua ainda desconhecida pelo crente pentecostal, ou um modo mais simplificado, já que esse é um atributo muito perspicaz desta corrente: esse falar em línguas pode entrelaçar os dois pontos se tornando uma forma de comunicação entre o espírito e Deus, como forma de uma língua de oração, ou quando o Espírito Santo age sobre o indivíduo. A forma libertadora de pregação e adoração das igrejas pentecostais, focando não em estudos teológicos e sim motivacionais, de libertação e cura, direcionando sua linguagem a problemas legítimos cotidianos como, crises psicológicas, espirituais e financeiras, fazem com que as comunidades direcionem seu olhar de forma mais empática com o movimento (Matos, 2006, Oliveira, 2017).

Já o neopentecostalismo, também conhecido como terceira onda do pentecostalismo, que surge a partir deste primeiro descrito, mas que se diferencia, pois se encontra diretamente ligado a uma teologia da prosperidade ou confissão positiva, uma doutrina que prega a fé como uma confissão que deve ser declarada e que molda seu discurso religioso por meio de ensinamentos que a fé está ligada a ser um sujeito bem-sucedido, em plena manutenção de sua

² A inerrância bíblica concerne em uma doutrina que defende a bíblia como verdadeira em tudo o que afirma, tendo a escritura uma autoridade e confiabilidade inquestionável (Rodor, 2005).

saúde emocional, física e espiritual, e sobretudo, que deve buscar uma existência próspera a bens materiais. Aqui a falta de fé está diretamente ligada a aceitação de uma vida medíocre de pobreza do cristão, então, ter fé e ser abençoado por Deus é intrínseco a ter bens materiais (Oliveira, 2017, Antonio & Lahuerta, 2014).

Uma característica da corrente neopentecostal e que afirma certas particularidades de sua forma de aplicação doutrinária é seu sincretismo não somente com religiões cristãs evangélicas, mas também com apropriação de outros cultos, a partir dos quais vão derivar suas ações de ensinamentos e pregações que evidenciam batalhas espirituais com confrontos com demônios, ou maldições hereditárias ou de possessão do cristão que resultam em doença e fracassos (Silva, 2007).

A ideologia de gênero ser coisa do capeta, expressão descrita no subtítulo anterior, parece-nos colar a esta última corrente um objetivo de travar batalha contra o mal. É importante ressaltar que nesta análise em construção não está em jogo a religião do atual presidente, mas sim de fato aquilo que é dito e se torna comprehensível dentro de um campo de inteligibilidade. E o movimento proposto é de composição de grades de inteligibilidade para compressão do dispositivo de catequização através de agenciamentos que nos mostram um itinerário em que o termo catequese é emprestado enquanto uma prática de regime de verdade, isto é, que é entendido como o direcionamento de ações que nortearão o indivíduo, um regime “que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeito específico” (Foucault, 2012/2014, p. 85), mas que sobretudo aparece diante de condições específicas que não a pastoral de educação da fé.

Objetivamente, compreendemos que tomamos a catequização que se forja como um regime de verdade que, por meio de relações de poder, conduzirá a conduta do sujeito e sua relação consigo mesmo no que concerne a um sujeito de direito e não em termos religiosos me referindo ao processo pastoral de educação da fé. Nossa intenção não é fazer uma discussão teológica. Porém, seria equivocado dizer, a partir das materialidades apresentadas nesse itinerário desterritorizante e reterritorializante, que certos elementos religiosos não aparecem em algum ou diversos momentos.

Contudo, é preciso marcar um ponto para escrita que aqui se faz na construção da catequização enquanto um dispositivo, principalmente, no que concerne a certos elementos religiosos apresentados a partir de materialidades que se conectam, especialmente, através do

movimento neopentecostal como uma prática neoliberal. E, como já evidenciado, tal corrente cristã tem uma característica muito particular, o empreendedorismo, reconhecida por uma teologia da prosperidade, a qual assume o direito legítimo ao enriquecimento, ao sucesso e a saúde do homem nesta vida, já que cristo redimiu a humanidade (Souza, 2011).

Nesse ponto, a religião parece se amalgamar com o neoliberalismo, já que este último “traz consigo novos tipos de agenciamentos político-econômicos, conceitos e representações a ser considerados. O Neoliberalismo constrói novas percepções do Estado, do mercado, da propriedade de si ou de seu corpo” (Lagasnerie, 2013, p. 34). Um modelo político que opera com uma lógica de empreendedorismo de si e uma religião na qual qualquer um pode ascender como figura de pastor, pregando um caminho para que cada indivíduo se torne pastor de si mesmo, nos permite compor uma zona de avizinhamento, que cria formas específicas de ver e dizer sobre o neopentecostalismo.

Considerar que “não apenas crentes, mas vencedores” (Igreja Videira, 2018), direciona o movimento religioso a ponderar práticas de comercialização de bênçãos do senhor, no qual a própria igreja é o espaço mercantil: “pastor coloca à venda ‘igreja montada, com 300 fiéis’ e causa polêmica” (Russel, 2018). Assim como outras práticas de alcance em massa por meio de programas midiáticos que oferecem tanto serviços quanto produtos (Moraes, Arruda, Loks, & Zart, 2017), vendendo uma doutrina de um sujeito empreendedor de si como prática de salvação.

A disseminação global do mercado e a ampla extensão do neoliberalismo aos diversos aspectos da vida em sociedade parece se incorporar bem aos contextos das doutrinas neopentecostais quando esta busca circunscrever suas práticas nas mais diferentes esferas da vida dos sujeitos, saúde, assistência social, problemas financeiros, familiares e conjugais. Esse mecanismo pulverizado de espaços e práticas é algo que também vamos encontrar no dispositivo de catequização, caracterizando, assim, o primeiro elemento do dispositivo foucaultiano, sua composição por um conjunto heterogêneo. As diferentes materialidades percorridas, evidenciam a tentacularização que inscreve o dispositivo enquanto prática na assistência social, na saúde, na política, na segurança pública, leis, decretos, emendas constitucionais, projetos de lei, nas escolas até mesmo no dia-a-dia envolvendo personalidades públicas de entretenimento.

O discurso pelo qual se engendra o dispositivo de catequização se apresenta sorrateiramente em práticas micropolíticas e rizomáticas que compõem um cotidiano e certos

modos de subjetivação. Sorrateiramente, pois como visualizamos no capítulo 2, sobre o diagrama, tais práticas emergem de formas distintas e distantes umas das outras e quando nos damos conta, as linhas do diagrama já estão estabilizadas, contudo, por mais distante que estejam não significa que não tenham relação. Justo ao contrário, ressaltamos que as formas heterogêneas compostas pelo dispositivo de catequização se configuram por uma causa imanente. Como quando trouxemos a PEC do fim do mundo como parte desse elemento diagramático do cotidiano que ainda não havia se estabilizado, ganhado espessura enquanto lei que legitima os desinvestimentos e a destituição dos nossos direitos sociais.

O ponto de estabilização das forças é quando podemos identificar as práticas que a ela se colam. Dentro de uma lógica neoliberal há o esfacelamento dos direitos sociais em prol do crescimento financeiro, e quando atrelados, neoliberalismo e direitos sociais, aos poucos podemos visualizar outras linhas de forças que se abrem, isto é, o cotidiano virtual em sua potência de se tornar ou não um acontecimento que nos possibilitará um novo campo de visibilidade, de racionalidade.

Vimos surgir, em 2018, durante a gestão presidencial de Michel Temer que assumiu após o *Impeachment* de Dilma Rousseff, uma certa tagarelice sobre a modificação do nome do Programa Social Bolsa Família para Bolsa Dignidade (Bolsa Família, 2018). Sabemos, atualmente, que essa linha de força que se abriu não se estabilizou, mas a elencamos como forma de marcar como opera o dispositivo de catequização em termos de composição de uma racionalidade, no que concerne pensar práticas com relação à Assistência Social de modo a operar sobre a vida da população.

Como manchete, a maioria das notícias evidenciaram a troca de nome, mas não estamos simplesmente falando da troca de um nome para não relacionar a criação do programa com governantes passados, uma forma de estratégia política partidária. A alteração de nomenclatura traz consigo uma outra lógica de operacionalizar práticas direcionadas às famílias beneficiárias, o que está em jogo são políticas de vida. Políticas de vida, pois estamos considerando esse acontecimento a partir de trajetórias nas quais incidem diversas formas de estratégia de governo da vida de uma determinada população e de como esses sujeitos vão se relacionar com essas estratégias.

Ao propor que a família beneficiária realize outros critérios que venham a evidenciar que ela é realmente digna do benefício, descaracterizando assim, de acordo com o governo, a prática assistencialista do Programa Bolsa Família. A “nova versão” tinha como proposta que

o adulto da família deveria realizar trabalho voluntário em um dos períodos, assim seria acrescido o valor de R\$ 20,00 por pessoa voluntariada, além disso, a criança em seu contra turno de escola teria de realizar um trabalho em uma iniciativa privada (Carvalho, 2018).

Discurso que se utiliza de uma Política Assistencial para operar uma lógica neoliberal quando propõe o voluntariado como forma do sujeito se mostrar digno e ativo na busca pela sua transformação socioeconômica. Assim como por meio do desenvolvimento da política Social atrelar uma lógica de empreendedorismo com a iniciativa privada, prevendo a realização por parte da criança, o trabalho para empresas privadas de modo a enriquecê-la como mão de obra barata ou sem custo. Não aparecendo como temais centrais para o governo o trabalho escravo, a exploração de menor pela via do trabalho e o assistencialismo nessa proposta de pensar uma nova forma de constituição para Bolsa Família como Bolsa Dignidade.

A ideia de dignidade contida na proposta de alteração do programa social, opera como um docilizador para que o sujeito se submeta a um processo de merecimento do direito, enquanto um artifício neoliberal que atrela o trabalho como forma de retorno do “investimento” do Estado. Muito embora a alteração não tenha sido efetivada, o que procuramos apontar é justamente a lógica rizomática e sorrateira pela qual se opera o dispositivo de catequização. A lógica trazida nessa análise continua presente na constante destituição dos direitos sociais que escancara a pobreza como um elemento extremamente lucrativo, não para o pobre, é claro, mas para o campo da iniciativa privada que, pelas parcerias com instituições públicas, faz uso da força de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade. Tudo isso associado a Emenda Constitucional nº 95/2016, a reforma da previdência e a fragilização dos direitos sociais.

A dignidade também remete ao discurso religioso. Se tomarmos alguns elementos bíblicos, veremos que há uma ideia de transformação do sujeito para que este seja, também, merecedor daquilo que “ganha”, “recebe” ou “conquista”. Veja-se o Provérbio bíblico “Reveste-se de força e dignidade; sorri diante do futuro” (Bíblia Online, Provérbios 31:25, n.d.). Nessa aproximação do provérbio com o dinamismo trazido pelos murmurários da bolsa dignidade (palavra usada para descrever o movimento de mudança ao programa no sentido de que a família deveria buscar merecer, tornar-se digno de merecimento do benefício), faz-nos colocar em contraste essas duas práticas para ver sua operacionalidade em um mesmo plano, apontando como que paulatinamente o dispositivo de catequização se forja em nosso

cotidiano. A proposta da “dignidade” enquanto maneira de dar à certa população melhor condição de vida, carrega o fato de que essa família deve merecer tal benefício, de modo que não apenas se caracteriza como uma forma assistencialista, mas, fundamentalmente, pauta-se em uma lógica neoliberal que atualiza lógicas de benesse e constrói uma nova percepção da Política Social para o Estado.

O jogo entre neopentecostalismo e neoliberalismo desloca a garantia de direitos de uma responsabilidade do Estado, para uma contrapartida do Estado em relação à dignidade de seus cidadãos, tomando a proposta do Bolsa Dignidade como exemplo. Uma vez que o sujeito só terá seus direitos garantidos “se” cumprir com prerrogativas estabelecidas. Isso difere, no entanto, do jogo entre direitos e deveres do cidadão, visto que esse jogo já está contido na ordem do direito: a manutenção do conjunto normativo que estabelece jurídico-legalmente as relações entre os sujeitos e os sujeitos e as instituições políticas. O que difere no atrelamento entre neopentecostalismo e neoliberalismo é que, se o direito se constituía tanto como algo que assegurava a existência do Estado e a proteção dos cidadãos da soberania do Estado, o que temos visto emergir é, progressivamente, direito como fragilizador das relações entre sujeito e Estado, além de elemento que institui a precarização das possibilidades de vida.

A partir disso poderíamos considerar que a família do bolsa dignidade busca alicerce no Estado, que lhe daria força e condições para que o futuro sorria para si. Sem preguiça, que a família estivesse disposta e preparada para exercer todas as atividades necessárias para que saia de uma condição de vida miserável para uma condição de vida melhor.

Vejam como o regime de verdade operado pelo dispositivo de catequização ganha um plano de consistência, espessura e densidade como objeto de pesquisa nas acontecimentalizações desses indícios de urgência nos quais aparece a sutileza da lógica neoliberal amalgamado ao religioso, engendrado nas Políticas Públicas Sociais.

E, novamente, buscamos tomar emprestado da radiologia o termo “contraste”, pois se colocarmos essas práticas sobreposta aos direitos sociais já constituídos, o que é possível visualizar? O que podemos verificar que por meio dessa estratégia de desinvestimento na vida, de redução dos investimentos em políticas sociais, uma forma de retirada do direito social, aponta-se para uma estratégia de aniquilamento efetivo da vida, uma estratégia de exclusão não mais pela inclusão. Não se tratando mais de um limiar entre inclusão e exclusão, mas de uma forma de exclusão efetivamente.

Maia (2018) realiza uma discussão aprofundada nessa direção quando por meio da problematização do acesso a políticas sociais em articulação com a política de educação de ensino superior e a de inclusão social, possibilitando não somente a cisão entre acesso e inclusão que são tomados a partir de uma relação de evidência, ou seja, ter acesso significaria estar incluído. Mostra-nos todo um percurso que produz fissuras essa relação e nos possibilita ver que a inclusão social opera como uma forma de governo da população operacionalizada por meio de uma lógica de mercado e uma estratégia de razão de estado como forma de fortalecer a si mesmo que implica que acessar uma política não necessariamente é estar incluído.

E já que não temos a proposta de uma política de direitos, o que podemos visualizar é o acoplamento do neoliberalismo e neopentecostalismo com a forma de pensar as Políticas Públicas por meio de atualizações de jogos de poder e saber que provocaram uma transformação, uma modificação da racionalidade de operar as Políticas Públicas, trazendo então, em evidência a segunda característica que compõe o dispositivo catequização.

Ao percorrer esses indícios de urgência, os itinerários nos permitiram ver e dizer como o dispositivo de catequização se torna possível de ser pensado como um regime de verdade, de modo a ser capaz de operar como um mecanismo de gestão da população, somos provocados neste trajeto de pesquisa: Como é possível pensar a emergência do dispositivo de catequização a partir de um cotidiano virtual, no Brasil, proveniente da análise de práticas da Política Pública de Assistência Social e políticas de gestão que tem criado uma zona de indiscernibilidade de práticas que acoplam discursos religiosos de prosperidade aos políticos, como justificativa para uma melhor tecnologia de gestão?

4. COMPOSIÇÕES DAS EMERGÊNCIAS E PROVENIÊNCIAS: O DISPOSITIVO DE CATEQUIZAÇÃO

Neste último capítulo, propomo-nos a mostrar pelas emergências e proveniência, isto é, os acontecimentos descontínuos produzidos pelas relações de forças no cotidiano que nos permite marcar uma ruptura das práticas das Políticas de Assistência Social e outras práticas de gestão, tornando possível ver a emersão e operacionalização do dispositivo de catequização. Para isso, em um primeiro momento, assumiremos como estratégia a figura da cidade, pois nela se inscrevem as histórias, as Políticas Públicas, os acontecimentos materializados e formalizados. A partir das materialidades percorridas propomos não somente compreensão da operacionalização, assim como a que se presta o dispositivo de catequização enquanto um regime de verdade que produz uma nova política de gestão.

Para isso, iniciamos a construção da análise fazendo a referência de que os agenciamentos realizados até o momento fazem parte não somente das composições necessárias para construção e apresentação da tese, mas sobretudo, têm por função primeira operar como um processo de desterritorialização, que foi o que fizemos com o cotidiano quando o reterritorializamos, pensando-o como um diagrama. Este entendido como um certo conjunto de forças e matérias não-formalizadas, com a potência de se tornar quaisquer práticas através da articulação de campo de saber e poder e abandonamos, ou seja, desterritorializamos quando deixamos de apenas considerar o cotidiano como manifestação de práticas descritas do dia-a-dia e que se repetem.

Há pouco compusemos outro território possível para o termo catequização, deslocando a catequese de uma prática específica da doutrina católica cristã para ser pensada e problematizada enquanto conceito que se torna um dispositivo, a partir da compreensão de outras regiões de visibilidade e dizibilidade, isto é, pelo neopentecostalismo avizinhado ao neoliberalismo.

Desterritorializar e reterritorializar foram movimentos imprescindíveis que não aparecem aqui somente como processos para composição de novos territórios, pois para que tais processos se tornassem possíveis neste percurso, houve o acompanhamento de certas materialidades que amalgamam acontecimentos, criando estes, condições de possibilidade para pensar a emergência e proveniência do dispositivo de catequização.

Tais materialidades apresentadas até este instante nos possibilitaram desenhar este percurso de pesquisa, marcando acontecimentos nos quais se pode ver descontinuidades e rupturas da história. E para recordarmos que ao tratarmos com o termo história não discorremos sobre qualquer história. Não fazemos referência à uma grande história que

atravessa o tempo e constata, tal como nas epopeias, mas, sim, uma narrativa que toma o tempo em que vivemos, visto que se trata de pensar o presente habitando este presente (Agamben, 2009, Scisleski & Hüning, 2016). Há diversos modos de trabalhar com a história, aquela em que se toma da história seus acontecimentos grandiosos, aqueles nos quais ocorre um ponto de virada, uma grande revolução. Contudo, o modo como propomos esta tese não cabe lidar com a história a partir dessa modalidade de acontecimentos, mas, ao contrário, trabalhando com acontecimentos os quais é difícil olhar, já que são atirados à sombra, à margem, deixados pelo meio do caminho.

Mas que tipo de implicação tem essa construção de narrativa? A implicação está justamente em como se toma, aqui, a questão da narrativa, pois o narrador só pode narrar uma experiência que se dá em uma relação com o tempo e a história que “não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas” (Benjamin, 1936/2012 p. 226). O que está em jogo é tomar o elemento que passaria desapercebido, em razão de se ter tornado comum, corriqueiro, normal. Elemento ao qual se costuma consentir e se constranger, deixar-se capturar e fazer desse elemento ao qual nos tornamos sensíveis ao problema desta pesquisa, o dispositivo de catequização.

Por meio deste percurso de investigação nos é permitido detectar os indícios de urgências de um cotidiano diagrama no qual se constituem certas relações de forças, isto é emergência, bem como podemos também identificar a proveniência, as inscrições desses elementos que passariam desapercebidos por estarem dispostos em um cotidiano diagrama, mas que em um determinado espaço-tempo, mediante jogos de poder e saber que se atualizam em nosso presente, torna-se possível considerar, as rupturas, descontinuidades na história perante a proliferação de acontecimentos heterogêneos. Assim, diante dessas condições de emergência e proveniência, temos buscado apontar como certas materialidades se encontram, organizam-se e se manifestam para formação do dispositivo de catequização.

4.1 A cidade como espaço de materialização do cotidiano: emergência da operacionalização do dispositivo de catequização

No fluxo de cotidianos foi possível notar que a catequese se diferencia da catequização trazida enquanto um dispositivo. Já que a primeira se encontra em um regime de verdade

pastoral, no qual o pastor age sobre seu rebanho com práticas individual e totalizantes, no sentido de guiar, reunir e conduzir, em resumo, é o governo do indivíduo através de sua obediência voluntária, cujo objetivo é a prática de salvação. Se tratássemos aqui de um governo pastoral operado por um dispositivo de catequização, operaríamos com uma gestão que visaria assegurar todos do rebanho, por esse motivo se trataria de práticas totalizantes, ao mesmo tempo se notariam práticas a cada um dos indivíduos, pois cada uma das ovelhas aqui guiada e reunidas merece ser salva e cuidada (Foucault, 2008a).

Contudo, os indícios percorridos que constituem um novo território para o termo catequização vai nos evidenciando que o dispositivo de catequização não tem como figura central conduzir a conduta do outro nas palavras de Deus para uma conversão na crença da fé, é de modo estratégico pela palavra e pelo ensinamento que se justificarão certas práticas, outras de condução da conduta do sujeito, e é nesse ponto, principalmente, que não podemos referenciar o dispositivo de catequização como algo similar à catequese católica cristã, pois os elementos que darão suporte às suas práticas são os regimes de verdade constituídos pelos “neo”: neopentecostalismo e o neoliberalismo.

Então, caminhar junto às práticas do cotidiano tem nos permitido ter acesso a certos agenciamentos coletivos, o que cria outras condições de possibilidade de compreensão de como entendemos a lógica que sustenta o dispositivo de catequização vai sendo operacionalizada. O cotidiano é, aqui, elemento rizomático que permite transitar de forma transversal pelas materialidades, situações em que é possível ver as práticas das Políticas Públicas, especialmente a da Assistência Social acontecendo, tais como acesso a moradias, a alimentação, trabalho, benefícios; além dos espaços públicos de discussões, tais como congressos, simpósios, fóruns, blogs, conferências, notícias, dentre outros. Utilizar o cotidiano como elemento para o rastreio nada mais é do que transitar por um espaço que se materializa a partir de um jogo de forças no qual se acontecementalizam práticas, mostrando como certos eventos do cotidiano saem de uma região de opacidade (Bernardes & Marques, 2016). E é por esse motivo que tomamos algumas práticas cotidianas da Assistência Social, pois compõem as condições de proveniência e emergência dos elementos que nos dão consistência para a montagem final do dispositivo de catequização.

O exercício que propomos neste momento é de pensar como se dá em termos de gestão da circulação a emergência do dispositivo de catequização. Para isso tomaremos a figura da cidade como esse espaço geográfico possível de circulação. Mas, por que elencar a

cidade como elemento substancial? Por que a cidade se apresenta como um componente que permite pensar a questão de pesquisa? Ela pode parecer um elemento passageiro, no que diz respeito à passagem e trânsito pelos lugares. E não deixa de ser, mas emerge aqui, sobretudo, como meio, exatamente em direção ao que Deleuze (1992/2013) descreve “o que se passa entre” (p. 155), pois a cidade é aqui o entre, é local no qual poderemos acompanhar a emergência das práticas cotidianas, pois é nela que o cotidiano vai criar um plano de consistência, significa que é nela que podemos ver um plano de composição que torna possível a própria experiência de cotidiano.

Portanto, trata-se de um duplo vetor: permite ao pesquisador caminhar em um espaço onde a vida circula; ao mesmo tempo em que torna possível acompanhar a composição desse espaço por meio dos modos como essa circulação produz subjetividades, territórios, formas de vida e de viver. Isso significa tomar a cidade como algo produzido, como um campo de práticas do cotidiano em que jogos, relações agonísticas, tecem modos de governo da vida, seja de si ou do outro. Além disso, encontramos na figura da cidade o espaço já materializado e formalizado do cotidiano, e é na conformação das cidades em termos de regulação da circulação de pessoas e coisas que emerge a operacionalidade de um campo heterogêneo de políticas, entre elas as Políticas Sociais, como estratégia de governamentalidade. Desse modo, há uma relação de co-engendramento entre cidade e Políticas Sociais que se produz por diferentes práticas cotidianas.

Compreender o que está em vias de deixar de ser, no que concerne ao campo da pesquisa, tanto o assistencialismo, quanto a Assistência, deram forma e se tornaram possíveis pela constituição da cidade como espaço de circulação e aquilo que deve ser governado. A circulação aqui em questão não concerne ao se deslocar pelos espaços da cidade como quando decidimos ir de um local a outro. Trata-se da criação de um circuito do deslocamento daqueles sujeitos que são capturados pelas estratégias de gestão das Políticas Públicas, em especial da Política de Assistência Social. Se tomarmos como exemplo a organização dos estabelecimentos das Políticas Públicas, a peregrinação para o acesso ao direito é um dos elementos que amarra o usuário a um percurso.

A multiplicidade pela qual é composta a cidade nos permite dizer que assistencialismo e, posteriormente, a Assistência Social fizeram e fazem parte da composição e organização da cidade. Sendo que em um primeiro momento tínhamos uma cidade dividida na qual a pobreza habitava fora dos muros da cidade, eram nessas regiões e com essa população que as missões

caritativas desenvolviam suas ações. Contudo, o espaço urbano se tornou cada vez mais habitado, trazendo essa população para dentro da cidade, com isso a necessidade de práticas de controle. Temos então como exemplo, no século XVIII a emergência de políticas médicas que visavam constituir um investimento na figura do “pobre”, cujo intuito era torná-lo válido e utilitário para o Estado, ou mesmo, fazer com que não fossem um peso ao resto da sociedade (Foucault, 1979). Mesmo com essa dispersão no espaço urbano as absorções dos problemas com a pobreza ainda eram tratadas por instituições assistencialistas e caritativas, “associações de socorros” (Foucault, 1979, p. 194) como era denominado os grupos religiosos que operavam como instrumento de vigilância na relação entre classes mais privilegiadas e outros grupos sociais desfavorecidos. A assistência social só vai aparecer mais tarde, ficando a cargo do Estado, nesta época, os investimentos no que diziam respeito a saúde da população.

Quando a Assistência Social aparece como Política Pública, a configuração de cidade é outra, a população pobre já não se encontra nos foras da cidade, mesmo que ainda ocupem zonas periféricas desta. Sua circulação, ocupação e dispersão pela cidade vai exigir uma outra forma de gestão da população, como um diagnóstico social da cidade com objetivo de esquadrinhar a população para melhor governar, abrindo para diversas frentes de ações, como, o Cadastro Único (CadÚnico) que por ser um questionário socioeconômico cria possibilidade de diagnósticos a partir dos territórios e permite pensar a implementação de programas e serviços, como o Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV).

Ao passo que a emergência das Políticas Públicas de Assistência Social não faz com que ações assistencialistas e filantrópicas desapareçam das práticas cotidianas, ao contrário, temos cada vez mais a operacionalização de ambas as práticas; temos, também, as modificações no âmbito econômico com o asseveramento do neoliberalismo e das lógicas neopentecostais se incorporando às práticas filantrópicas e às ações das Políticas Públicas. Deixa-se de lado o caráter caritativo no que concerne à uma virtude cristã, e coloca-se em jogo uma virtude social que deve ser evidenciada, publicizada, dirigida em sua forma de gerir a população. A cena que nos dispara para o pensamento desta tese, qual seja a ação “Unidos pela Fé”, que acontece junto à Assistência Social, opera de uma forma distinta da caritativa realizada anteriormente pelas igrejas, já que se trata de uma organização liderada por um parlamentar (Boca do Povo News, 2019). Isso permite dizer que o cotidiano de práticas da Política de Assistência Social tem sido operacionalizado a partir do entrelaçamento entre

ações de direito, assistencialistas e filantrópicas: é o dispositivo de catequização se operacionalizando e produzindo uma outra configuração e organização de cidade.

Toda essa discussão e aparição da cidade nesta tese está atrelada não apenas a um espaço de circulação de corpos e práticas, mas como o espaço no qual as formas e forças do cotidiano vão se materializar e formalizar nos permitindo visualizar um certo conjuntos de práticas, de modo a compreender como esse cotidiano se engendra quando entra em jogo outras relações, outras formas de gestão da vida, neste caso pelo dispositivo da catequização, conformando outras espacialidades, outras subjetividades. A cidade é nosso espaço de multiplicidade, nosso instrumento de captura de fatos menores, de cenas e práticas do cotidiano, talvez insignificantes para maioria dos passantes que se encontram com estes/as no dia-a-dia, mas que neste momento funciona como um propulsor, “como detonadores de sentidos inesperados ao pesquisador” (Baptista, 2010, p. 15), de modo geral e simples, só podemos pensar a cidade como o espaço concreto no qual de fato podemos ver a materialização de um cotidiano virtual se tornar atual.

Nessa direção, apresentar a cidade como parte do percurso de análise é assumi-la teórico-metodologicamente como elemento provisório, um espaço onde coisas acontecem e vão acontecer: porque é com ela que os elementos se conectam, dispersam-se, multiplicam-se. A cidade é um mapa inicial de algo que pode já não ser mais, cujas pistas nos apontam processos de gestão dos sujeitos, de territorialidades e, também, pontos de continuidade e descontinuidade nessa gestão. Assim, pensar as práticas e as cenas no campo da Assistência Social demanda que se interroguem os regimes de verdade que constituem e mantém um campo, bem como as relações de poder e saber que forjam o cotidiano, seus muros, pavimentos, espaços vazios, grades, calçadas e a paisagem construída, longe de reduzir tais elementos às funções necessárias da vida.

Quando falamos de outras configurações de cidade estamos nos conectamos a certos elementos no qual a mesma população vulnerável que precisa de atendimento médico, jurídico e odontológico, já que seria pecado de omissão negar ou não criar condições de acesso (Chagas, 2017), mas sobreposto em um contraste não parece ser qualquer coisa relacionado a pecado um sobrevoo ou entrar em favelas fortemente armados para “acabar com bandidagem” (Freitas, 2019). Isso no que concerne a configuração de cidade, diz-nos muito a respeito de uma forma de gerir a circulação e de governar a cidade, pautada em um dispositivo que se atrela a uma ideia religiosa como estratégia, mas que opera com eliminação

de vidas que não fazem diferença, que podem ser tomadas como doença para cidade no que diz respeito ao seu desenvolvimento e crescimento. Vemos isso funcionar quando discursos de que certas políticas de direitos humanos e sociais são um atraso para o crescimento do país (Senado Notícias, 2018, Rede Brasil Atual, 2019a). Desse modo, conecta-se uma lógica em que direitos humanos e sociais são políticas antieconômicas, dentro de uma certa perspectiva neoliberal, com a precariedade da vida como doença daqueles que se afastam de uma doutrina da fé como caminho para a prosperidade do neopentecostalismo.

Seria possível até mesmo arriscar em colocar a afirmação que os percursos e definições das Políticas Públicas produzem não uma cidade, mas diversas experiências de cidade, sejam elas constituídas pelo contato com as estratégias dos estabelecimentos das políticas quando usuário busca os serviços, ou pela forma como os mecanismos dessas políticas capturam as vidas, isto é a busca ativa realizada pelos técnicos das Políticas Públicas. Uma dessas experiências de cidade é possível de ser visibilizada na narrativa que apresentamos, a seguir, sobre a situação de uma jovem que por trabalhar como artista de rua no centro da cidade e levar seu filho, de 7 ou 8 meses, consigo durante esse período de trabalho, tiveram suas vidas capturadas pelas políticas de assistência social.

Entre os atendimentos contínuos uma ligação é recebida por uma das técnicas, cuja informação dada foi: está sendo direcionada ao CRAS junto à equipe do Serviço de Abordagem Social³ (SEAS), uma jovem com um bebê que foi abordada em um semáforo na região central da Cidade de Campo Grande - MS e dizia residir no território de abrangência do CRAS. Após a ligação recebida, entre um atendimento e outro, a outra parte da equipe técnica foi informada da futura demanda.

Eis que, depois da chegada da equipe, já se passavam das 9 horas da manhã. Os atendimentos para equipe técnica já haviam diminuído, mas como existem outros serviços ofertados pelo CRAS, como Cadastro Único, motivo pela qual a recepção que tinha sua estrutura pequena encontrava-se lotada, ficou mais apertada com um carinho de bebê. Antes que pudéssemos ver quem estaria sendo trazida, a equipe do SEAS formada por educadores sociais entra na sala da equipe técnica do CRAS para conversar.

³ O SEAS tem por finalidade identificar, por meio de busca ativa no território, violações de direitos por diversas situações, mediante ações programadas e continuadas, promovendo o acesso à rede de serviços socioassistenciais e outras políticas públicas na possibilidade da garantia dos direitos.

A situação relatada pela equipe se constitui na seguinte cena: Durante o trabalho de busca ativa da equipe do SEAS, encontraram uma jovem de 19 anos que estava com o filho no carrinho de bebê pedindo dinheiro em um semáforo em umas das avenidas mais movimentadas da cidade. A equipe menciona que já fez a primeira abordagem e orientação no que concerne a linha de interpretação da política de assistência social, o trabalho da mãe, produziria uma situação de vulnerabilidade, a exposição da criança à negligência, à exploração e à violência. Orientação pautada na normativa no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) no qual o Art. 5º descreve que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [15], punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Digiácomo & Digiácomo Amorim, 2013, p. 9).

Após a saída do SEAS, já tendo encaminhado o caso, a jovem foi convidada a entrar na sala de atendimento. A jovem ficou insegura, pois seu filho estava dormindo no carrinho e para acessar a sala dos técnicos teria de tomá-lo em seus braços, já que não havia espaço suficiente para passagem e até mesmo permanência do carrinho na respectiva sala. No instante de incerteza, a pessoa responsável pela recepção, na certeza das condições inacessíveis de colocar o carrinho na sala, prontificou-se a ficar de olho no carrinho, a jovem aceitou já que a criança estava dormindo, aproveitando para arrumar o carrinho de forma que o rosto da criança não ficasse exposto ao público, mas ao mesmo tempo pudesse ser visto pela recepcionista.

Ao entrar na sala que era composta por quatro mesas, a jovem foi convidada a sentar próxima às duas técnicas que lá estavam para o atendimento. Este se inicia com a interpelação à jovem sobre o que aconteceu para ela ter sido conduzida ao CRAS. A jovem responde que estava trabalhando em um dos semáforos da cidade, “Porque eu sou artista de rua e também artesã de rua”, quando uma equipe do SEAS a parou e disse que a mesma não poderia estar no semáforo com a criança.

A cidade enquanto esse espaço de acontecimentos, permite visualizar essas capturas que se dão por meio do contato com o poder, por meio de práticas no território onde a população se encontra, tornando-o o espaço mediante o qual a vida passa a ser regulada e capturada por dispositivos de monitoramento da política.

A ação de intervenção junto a jovem e ao bebê se constituiu pautado em um saber legitimado em materialidades, isto é, em documentos oficiais, que enquadram certas práticas

em normativas para determinadas categorias da população. Entretanto, ao mesmo tempo que o contato ilumina a vida da jovem e torna visível uma modalidade de existência que não cabe nos territórios-existência da política, borrando as fronteiras que definem seus usuários, em consequência definidos como “em situação vulnerável” (Marques, Roberto, Gonçalves, & Bernardes, 2019), permite-nos visibilizar também um exercício cotidiano de afirmação de uma outra estética de existência, no que concerne a jovem se identificar como mochileira (viajante independente), artista e artesã de rua, definindo-se assim como profissional e trabalhadora e nesta trajetória coloca em sua fala os cuidados e dedicação para com seu filho, “a fralda do [filho][está] em primeiro lugar”, acrescentando que “só trabalh[a] de manhã, porque de tarde o sol é muito quente para ficar andando com [s]eu filho”; acusa a falta de recursos institucionais, argumentando que “só lev[a] ele junto [ao trabalho de rua] porque não tem vaga no CEINF [Centro de Educação Infantil] e, se arrumar para ele agora não vai adiantar, porque, daqui uns três ou quatro meses, já v[ai] para outra cidade”; mostra que a atenção para com o filho orientou decisões relevantes em sua vida, ao afirmar que “não f[oi] embora com o pai dele, porque ele [o filho] ainda era muito pequeno para viajar”, e que o “mínimo que [tira] [aqui] é R\$40,00 por dia”, renda que lhe permite sustentar a si própria e à criança.

A narrativa construída nos mostra como a cidade pode ser experienciada de distintos modos, por um lado a política com exigência de demarcação geográfica e a execução da compreensão fechada de vulnerabilidade e segurança, no que se refere a criança, que de forma irônica produz a operacionalização de distanciamento entre Assistência e sua população alvo, já que a condição de experiência de cidade, vida e trabalho da jovem, artista de rua, é tomado com uma ameaça. Ademais, a experiência de cidade, de rua enquanto um espaço de trabalho e modalidade de existência a partir de jogos de negociações e resistência da jovem aparece não como uma forma distinta de acompanhar a população nos espaços da cidade, mas se configura como um exame/punição de não permanência fixa em um espaço, ressoa em dois pontos que se amalgamam: o afastamento da jovem/mãe do espaço da cidade/espaço de trabalho, e o distanciamento do bebê do seu único convívio familiar.

Isso implica argumentar que a cidade vai se constituindo como elemento necessário para a conjuntura de poder que se organiza e inclui a vida, o vivente, nos mecanismos de gestão. Ademais, tais percursos e modos de governo também produzem efeitos em termos da

cidade habitada por usuários e não usuários das políticas públicas, como podemos ver comentários de um blog de mães sobre a pretensão de levar filhos ao trabalho.

Alguém mais leva o filho pro [sic] trabalho? Comecei hj [sic], dou aula numa escola de música e a dona da escola me deixou levar meu pimpolho, vai até comprar berço pra [sic] deixar lá pra ele! O negócio eh [sic] que estou morrendo de medo dele resolver dar trabalho no meio da minha aula... Apesar dele ser bem bonzinho, sei que uma hora ou outra isso acontecerá. Alguma mãe nessa situação tb[sic]? Já há um tempo o tenho acostumado a ficar sozinho no carrinho, normalmente ele fica, mas hj [sic] por exemplo, está chorando mais, querendo mamar a toda hora (Flordacorte, 2012, “*post.*”, para. 1).

Destaco, no entanto, que não concerne a um julgamento de valor onde o usuário seria menos livre do que o não usuário, uma vez que todos somos, em alguma medida, sujeitos das Políticas Públicas. Cabe pensar, já que estamos analisando o modo como o dispositivo de catequização emerge, as formas como este opera enquanto elemento que administra a vida no campo da assistência social e seus efeitos, neste ponto da discussão, nisso que denominamos cidade.

Eu tb [sic] levo meu Rafa pro trabalho. Ele tem um berço desmontável no escritório. Já foi algumas vezes e se comportou bem...mas ainda faço a maioria do trabalho em casa, enquanto estiver muito frio. Sou advogada...e ele terá que ir sempre comigo pois não tenho ninguém para ficar com ele.... escolinha só ano que vem... (DebieCris, 2012, “*comentários*”, para. 5)

Veja-se o modo como se produz a ideia de população atrelada à sua inscrição em um território. Enquanto temos uma linha de ação que julga a mãe pela forma de fixação no território, a partir da qual também avalia a criança no que se refere a sua vulnerabilidade e segurança, outros grupos da população se quer tem suas vidas iluminadas a possível vulnerabilidade de seus filhos no trabalho. A narrativa da jovem mãe-artista difere totalmente em termos de forma de governo das outras mães de classe média que levam seus filhos ao trabalho, a jovem mãe-artista de rua não se torna alvo da política pela sua condição de vulnerabilidade, mas pela não fixação no território, ou seja, pela forma de existir neste ínterim de experienciar e habitar a cidade. A ironia parece, novamente, quando uma política que deveria acolher essas diferentes formas de afirmação da vida, pauta-se em lógicas

neoliberal/neopentecostal de que existe uma forma mais apropriada e segura de uma mãe desenvolver suas atividades laborativas. O que está em jogo aqui é justamente a condição de uma suposta “precarização” do trabalho – artista de rua, frente a uma outra condição de trabalho – advogada e professora. A primeira, dentro de uma racionalidade da prosperidade, é alguém que falhou, na medida em que seu empreendedorismo não permite que a criança “habite” um espaço protegido.

Se por um lado essa estratégia permite a otimização das intervenções, gestão dos elementos próprios da vida e localização nos diversos espaços da cidade, o que levaria em consideração a heterogeneidade da expressão cultural, as singularidades do processo de apropriação da terra, as particularidades em termos de investimentos econômicos que permitem ou não o desenvolvimento e aperfeiçoamento de um determinado setor, seja saúde, assistência, segurança, educação, nesse espaço; por outro é possível analisar essa estratégia de delimitação territorial em termos do que Agamben (2007) problematiza como operação religiosa que se vinculada à forma de administração, já discutida na presente tese, fundada na *oikonomia* que não é somente a administração dos espaços, mas estes enquanto condição para a incidência do poder sobre a vida/existência.

Para compreender melhor, Agamben (2007) afirma que a etimologia do termo *religio* não se vinculada a *religare*, isto é, ligar/unir o humano e o divino, no entanto, de *relegere* que “indica a atitude de escrúpulo e de atenção que deve caracterizar as relações com o deus” (p. 66), isto é, aquilo que deve ser atentado, observado, cuidado para que homens e deuses mantenham-se separados, cisão entre sagrado e profano. Portanto, “*Religio* não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos” (p. 66). A estratégia de descentralização e circunscrição territorial por parte das políticas públicas é fundamental para a efetivação de seu princípio: acesso e garantia de direitos dos indivíduos. Para que essa efetivação se dê, faz-se necessário que o sujeito seja incluído nos mecanismos das políticas, a partir de uma série de práticas tais como o Cadastro Único, como já mencionado anteriormente neste texto.

No entanto, argumentamos, baseadas nos estudos de Giorgio Agamben sobre os paradigmas de governo que operam no ocidente, que tanto a circunscrição territorial, quanto o processo de vinculação do sujeito à política, a partir de estratégias de inclusão, operam, na verdade, a manutenção da cisão/separação entre o vivente e a lei/acesso ao direito. Ou seja, se as políticas públicas se constituem, a princípio, segundo a máxima de ligar o sujeito ao

direito, garantir direitos e operacionalizar o acesso, o dispositivo de catequização organiza o cotidiano através do indiscernimento entre o sujeito de direito e o sujeito da benesse. Nesse sentido, o fim da ação eventualmente será o acesso a bens, serviços ou elementos necessários à vida, tal como no caso do Sr. Fulano que teve acesso à moradia (direito constitucional), no entanto, o dispositivo de catequização opera na medialidade, na forma como esse acesso será, de fato, efetivado. Não foi por ser um sujeito de direito que o Sr. Fulano teve uma casa garantida, ou a sua concepção de casa respeitada, foi por ser um sujeito de necessidade, em situação de carência. Nesse momento, direito e benesse se indefinem.

O direito/lei, operacionalizado pelo dispositivo de catequização, portanto, não vai ser - como se tende a atribuir a ele - aquilo que liga/eleva o vivente (humano) a uma outra condição, qual seja a de sujeito de direito, mas aquilo que incessantemente o separa dessa possibilidade; ou ainda, separa o vivente do sujeito de direito. Ou, ainda, em última instância faz da política, tal como a tese foucaultiana indica, o lugar no qual a vida natural do homem passa a ser alvo dos cálculos de poder (Foucault, 2008a, 2008b, Agamben, 2014).

Cabe pontuar uma diferença importante entre os estudos de Michel Foucault e Giorgio Agamben, muito embora ambos sejam tomados como pensamentos importantes para a construção da presente tese. Se por um lado Foucault (2008a, 2008b) indicou o investimento na vida da população para o fortalecimento do Estado e, posteriormente, da economia, e o desinvestimento a partir da lógica de racismo de estado, estratégia biopolítica na qual se deixa uma parcela da população morrer em função da proteção de outra parcela; Agamben (2004, 2014) aponta uma lógica na qual a morte e abandono de uma parcela da população não está atrelada a lógica biopolítica que implicaria uma inclusão da vida na política – muito embora saibamos que mesmo nessa lógica existem práticas de produção de morte e abandono - como aponta Foucault (2008a, 2008b), mas é uma estratégia tanatopolítica.

Por uma lógica tanatopolítica se deve entender aquela que não apenas deixa morrer, mas faz morrer. Isto é, há um projeto político em que estratégias de morte são operacionalizadas à população. Tomemos os dados do Atlas da Violência em paralelo com a proposta de excludente de ilicitude. O Atlas aponta um perfil de morte letal empreendidas por agentes do Estado – forças policiais – que se constitui pelo seguinte: das 6.220 pessoas que morreram em razões de intervenções policiais, 99,3% eram do sexo masculino, 77,9% tinham entre 15 e 19 anos e 75,4% eram negros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Esses dados apontam não apenas para uma realidade conhecida no cenário brasileiro, mas quando associado à proposta de ampliação da possibilidade de matar sem ser imputável, escancara-se um projeto tanatopolítico de sociedade. A proposta para instituir “a excludente de ilicitude nas ações de agentes públicos de operação policial” (Projeto de Lei nº. 9064 de 2017) já havia sido realizada em 2017 e voltou a ser encaminhada em 2019. Cabe destacar que o código penal prevê excludente de ilicitude em três ocasiões: estado de necessidade, legítima defesa e/ou em cumprimento de dever legal. As alterações contidas na proposta visam ampliar essas possibilidades de não haver incriminação do agente em caso de ação letal.

Se por um lado os estudos que discutem sobre criminalidade, violência urbana e segurança apontam que ações repressivas por parte de força policial e práticas de encarceramento não resolvem o problema (Foucault, 1975/2009, Campos & Silva, 2018, Scisleski, Galeano, Silva, & Santos, 2014), por outro o que vemos a partir dos dados mencionados anteriormente e a referida proposta é o empreendimento de ações que vão na contramão desses estudos. Associados a isso temos a progressiva retirada de direitos que impossibilita investimentos concretos em ações de segurança, educação e infraestrutura nas regiões que apresentam vulnerabilidade, no entanto, sabe-se que o policiamento ostensivo em áreas vulneráveis é não apenas incentivado, mas opera como estratégia de vigilância que atrela, novamente, perigo e pobreza.

Vê-se com esses dois elementos uma das formas políticas efetivas de morte que operam no Brasil. Outros exemplos, que não são foco da presente tese, mas que operam de formas transversais para compreender o modo como opera o dispositivo de catequização, são o extermínio da população LGBTQI+, o crescente número não apenas de denúncias, mas, infelizmente, casos fatais de feminicídio e produção de morte das populações tradicionais indígenas. E o que vemos em operação são estratégias de destituição de direitos, táticas de governo que legitimam outras formas de matar, práticas que transversalmente se conectam pelas Políticas Públicas, sejam da Assistência Social e/ou Segurança Pública entre outras, mas que sem dúvida dizem respeito a uma política de gestão para população. Todo esse conjunto de questões se liga ao que Giorgio Agamben (2004, 2014) problematiza quanto a relação entre vida e direito.

Para pensar a existência de ações que separam vida e direito, Agamben (2004) toma a questão da exceção e afirma que “o que foi posto em ‘bando’ é remetido à própria separação

e, justamente, entregue à mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluso e incluso, dispensado e, simultaneamente, capturado” (Agamben, 2014, p. 116). Como é possível ver, diante do acontecimento descrito na narrativa sobre o Sr. Fulano, sua vida é capturada pelo direito em uma atuação vertical e normativa, isto é, em um movimento realizado em uma única direção, intervenção de prática higienista visando não um aspecto que levaria a uma multiplicidade de autocriação do Sr. Fulano, já que em nenhum momento fora perguntado acerca do desejo pela reforma, mas sim, partiu-se da ideia de necessidade de uma casa adequada, limpa e de como esta deveria ser habitada. Essas ações desconsideraram a vida do Sr. Fulano em termos de sua singularidade, visando unicamente um fim, isto é, a efetivação do direito. A forma, entretanto, como o aparato governamental foi operacionalizado visibiliza, por sua vez, o tensionamento do acesso ao direito por meio de ações caritativas, filantrópicas, cujo artifício utilizado tem sido a ideia de salvação.

Práticas como essa se avizinham com outras materialidades já discutidas. Primeiramente, não está em jogo a autonomia do sujeito enquanto sujeito de direito, visto que, diante da nossa análise, o dispositivo de catequização se engendra em um discurso que opera a partir de algo dimensionalmente maior que indetermina o acesso e garantia de direitos e a salvação do sujeito, como no sentido da passagem bíblica que nos diz: “vos ameis uns aos outros” (Bíblia Sagrada/João 15:12, 2015, p. 1644) em um sentido de ajuda caritativa de uma ação que ressoa como “vos ajudeis uns aos outros”.

Assim, a salvação operada por meio do dispositivo é um artifício que não apenas justifica e legitima a união dos sujeitos em prol de supostos direitos, mas também um regime de verdade que se cria para conduzir a conduta da população. Essa operação permite, então, que o direito seja não deixado de lado ou ignorado, mas suspenso.

Nas palavras de Agamben:

Não é a exceção a que se subtrai à regra, mas a regra que, suspendendo-se, dá lugar à exceção e somente deste modo se constitui como regra, mantendo-se em relação com aquela. O particular ‘vigor’ da lei consiste nessa capacidade de manter-se em relação com uma exterioridade. Chamemos relação de exceção a esta forma extrema de relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão (Agamben, 2014, p. 26).

Podemos retomar aqui a PEC do fim do mundo, supracitada como a Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 241/2016, aprovada no Senado como PEC nº 55/2016, configurando-se na Emenda Constitucional nº 95/2016, como uma estratégia de suspensão do ordenamento jurídico, pois se suspende o direito da população, as leis pré-estabelecidas de investimento na vida. Nesse sentido, passa-se a operar uma força-de-lei, que é justamente o caso proposto e aprovado da PEC: um projeto de emenda constitucional que institui, e a partir de determinado momento, o jogo é outro, um congelamento nos investimentos que, por lei, são previstos, tendo então como efeito a desproteção de certa parcela da população, abandonando-a, produzindo, então uma lógica de fazer morrer, pois a longo prazo com a precariedade de acesso à saúde, à assistência social e educação desse grupo específico das Políticas Públicas não terá condições de vida. Nesse sentido, ainda, aponta para uma lógica na qual a vida é inclusa pela exclusão, isto significa que a vida só foi inclusa no ordenamento por se situar fora do mesmo (Agamben, 2014).

Tomemos as populações atendidas pelas Políticas de Assistência Social. Majoritariamente, temos pessoas que demandam que o Estado, através da política, supra suas necessidades básicas de existência, tais como moradia e alimentação. A princípio, aquilo que deveria existir enquanto proporcionado pelo Estado, seriam as condições para que as pessoas pudessem, através de meios próprios, ter moradia e alimentação. Na ausência dessas condições é que essas pessoas são capturadas pelas Políticas de Assistência. Diferentemente da Política de Saúde que é uma política cujo acesso é para todos os indivíduos da população, a Assistência Social é direcionada para aqueles a quem dela necessitar.

Esse caráter de necessidade é aquilo que permite, primeiramente, a inclusão pela exclusão e, em segundo lugar, a possibilidade de suspensão dos direitos aos quais se teria acesso pela captura pela política. Nesse segundo caso, a política que seria o elemento que aproximaria o sujeito do direito - tal como explicitado em outro ponto desta escrita, no entanto, se retomarmos algumas das questões feitas no início desta escrita, quais sejam “quais condições permitem que sejamos afastados dos nossos direitos? ” e “quais discursos sustentam tais práticas? ” Veremos que a forma como o dispositivo de catequização opera é, justamente, pela produção de um modo de gestão em que se opera a suspensão dos direitos. Essa possibilidade de suspensão se produz por encontros de forças que se agitavam no diagrama e tomam forma no dispositivo. Essas forças se atualizam pelas matérias formadas da junção do neopentecostalismo com o neoliberalismo.

E quando no capítulo 2 apresentávamos as agitações de alguns elementos do diagrama, a exemplo sobre o discurso “o Estado é laico, mas eu não”, não havíamos dado conta de quanto tais agitações se fariam presentes em nosso cotidiano sustentadas pelo amalgamento dos “neos”, como podemos ver, atualmente, nas diretrizes do partido política Aliança pelo Brasil:

Respeito a Deus e à religião; Respeito à memória, identidade e cultura; Defesa da vida desde a concepção, legítima defesa, direito de portar armas para sua defesa e a dos seus; Garantia da ordem, da representação política e segurança; Defesa do livre mercado, da propriedade privada e do trabalho (Pompeu, 2019, para. 7).

Não estamos apresentando qualquer proposta de diretriz de partido, a materialidade em questão se torna capturável nesta investigação, pois emerge como forma de materialização formalizada do dispositivo de catequização relacionada a agitação, práticas isoladas de gestão colada a religião como na discussão de “o Estado é laico, mas eu não”, e quando nos interpelamos por quais condições permitem que sejamos afastados dos nossos direitos? Essa materialidade nos permite ver, por meio da operacionalização do dispositivo de catequização, práticas de gestão através de rationalidades pautada na conexão do neopentecostalismo e neoliberalismo quando todas as práticas que vinham se forjando em diferentes espaços são localizadas em uma única diretriz que tem por finalidade apresentar o regime de verdade ao qual os gestores estão subjetivados e forma pela qual vão pensar a gestão da população.

Tal afirmação sobre a forma de gestão pode ser realizada de modo contundente, não somente por se tratar do partido do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, mas porque, no decorrer desta tese, temos demarcado a emergência e proveniência de uma série de acontecimentos que se materializam na forma de dispositivo de catequização e dizem respeito a nova política gestão. Como a reforma da previdência que se encontra como uma das formas administrativas de contenção e reordenação de gastos públicos, aumentando o tempo de contribuição para aposentadoria, diminuindo em até R\$ 150,00 o auxílio-acidente do segurado depois a aprovação da reformas (Varella, 2019), ou, então, conforme aponta a medida provisória nº 905/2019 que revoga como acidente de trabalho, o acidente sucedido no percurso de deslocamento entre residência e local de trabalho ou o contrário, independente do meio de locação até mesmo veículo de propriedade do segurado.

A reforma da previdência, assim como a medida provisória, também parece ter sua estratégia de gestão bem direcionada para um determinado grupo da população, a população mais vulnerável, trabalhadora de classe baixa. Diante das novas medidas, terão que trabalhar mais por menos, e ainda assim, em um momento de necessidade como auxílio-doença ou auxílio-invalidez não terá mais seus direitos assegurados integralmente. Temos visto a especificidade de certas ações que se direciona para um grupo populacional mais vulnerável, deixando-os ainda mais vulneráveis legalmente, diante de uma lógica que se pode realizar uma batida policial em jovens em situação social e econômica vulnerável, somente por aparentemente serem de periferia em centro comercial chamado Shopping Campo Grande, e no mesmo, algumas semanas depois, nada é feito quando jovens brancos, de classe médios se encontram dispersos pela Shopping com suas bíblias. Estamos diante da operação do dispositivo de catequização de uma gestão neoliberal e neopentecostal, na qual há uma criminalização dos direitos sociais por se enquadarem em uma lógica antieconômica para o Estado.

Esse dispositivo está inserido em todo um conjunto de investimento em lógicas que buscam por privatizações, já que o desmonte das políticas públicas abrem espaços para que práticas privadas ofertem serviços, ou mesmo, organizações não governamentais destinem serviços dentro de órgãos públicos que deveriam ser executados, prioritariamente, pelo próprio Estado. E podemos ver isso na proposta de diretriz do partido que não deixa de ser de governo, então, o dispositivo de catequização emerge justamente como uma resposta de criar regimes de verdades que permitam conduzir restrições e destituições de direitos uma parcela muito específica da população, pautando-se nessa intersecção neoliberalismo e neopentecostalismo.

Vemos, assim, a operacionalização da terceira característica do dispositivo de catequização: rede que articula, indeterminando, discursos de cunho jurídico-legal e religioso, cuja urgência a qual visa responder é a produção de tecnologias de gestão facilmente acopladas à ideia de necessidade atrelada não só às condições de existência, mas dos próprios sujeitos. Não se trata tanto de gerir melhor, com mais eficácia e otimização de recursos; tampouco se constitui como uma estratégia caritativa legitimamente operacionalizada por instituições religiosas. O dispositivo de catequização tem sua particularidade no fato de operar enquanto gestão cuja máxima é a indefinição entre sujeito de direito e sujeito da benesse, direito e caridade, assistência social e assistencialismo, no cotidiano das Políticas Públicas de

assistência social. Veja-se a íntima relação entre as igrejas neopentecostais e o neoliberalismo, especialmente a partir da ideia de prosperidade.

Pensar a questão da vida, proteção e desproteção, em um contexto de estado de exceção, como propõe Giorgio Agamben, implica olhar para uma “falha” no funcionamento da política, não como falha, mas como proveniente de uma lógica. Ou seja, se por uma perspectiva, a fala sobre a laicidade do Estado é assegurada, mas a ação individual do sujeito que ocupa função pública permite, no exercício de seu cargo, que tal ação seja não laica, temos não um erro em termos individuais, mas a demonstração do modo como a própria política opera no cotidiano da cidade.

Já mencionamos que para Agamben (2004, 2014) existe, na atual configuração do governo dos homens, uma lógica tanatopolítica, ou seja, investimento na produção efetiva de morte. Ademais, Agamben (2004) aponta para o fato de que dentro dessa lógica de fazer morrer as práticas de abandono da vida são possibilitadas pelo paradigma de governo que opera em Estado de Exceção. Isto é, temos a suspensão das normas jurídicas e operacionalização de práticas que têm força-de-lei, contudo, não são leis. Força-de-lei é uma estratégia na qual a norma em vigor não se aplica, não tem força. Esse tipo de relação implica uma relação com a vida que se dá não para proteção, mas para desproteção, para o abandono (Agamben, 2004).

Se, como afirma Foucault (2005), a cidade aparece como um problema, justamente em razão das formas de gestão que devem incidir sobre esse espaço, podemos pensar que não apenas a cidade não é uma unidade fechada e pronta, isto é, é histórica e, portanto, produzida a partir das relações estabelecidas para com ela; mas, também, que é na cidade que se tornará possível dar visibilidade ao regime de verdade no qual se pauta as práticas pela cidade onde é possível ver a operacionalização do dispositivo da catequização tem cada vez mais se amarrado a desproteção e abandono da população em situações de vulnerabilidade, operando até mesmo com uma política de morte como estratégia de melhor gestão para o Estado.

4.2 A produção do borramento do sujeito de direitos das políticas públicas pelo dispositivo de catequização

Já percorremos por uma série de discursos que nos mostram pistas de desproteção e abandono, como o sobrevoo de helicóptero do governador do Rio de Janeiro com policiais de

elite com armamento pesado com a proposta de resolver a criminalidade (Freitas, 2019), então, é na esteira de materialidades elencadas e discutidas nesta tese que nos abre para o pensamento de uma relação estreita com o que temos nomeado como dispositivo de catequização. No qual o limite entre vida e direito se encontra em um espaço aberto pela exceção e que permite, portanto que o “Estado é laico, mas eu não”, ou então, o “Agora, sou um Presidente que diz que o Estado é laico, mas ele é cristão” (Vitorio, 2019, para. 5).

Consideramos que o dispositivo de catequização emerge de elementos heterogêneos no governo da população e gestão das territorialidades, sendo operacionalizado a partir da articulação de outros modos que não aquele previsto na forma-de-lei, a exemplo na política pública de assistência social, mas que são provenientes de ações que se aproximam de práticas assistencialistas.

Esse processo de gestão é possível de ser visibilizado operando no cotidiano da cidade, que se constitui enquanto matéria forma e função formalizada. A cidade se torna, assim, não apenas o espaço da política, mas o espaço no qual a política recai e a conforma a partir do encontro e das afetações das forças. O modo de recair e conformar marcará trajetos, circulações, composições mediante as quais a vida vai sendo gerenciada por diferentes estratégias de investimentos nas vulnerabilidades e prosperidades: a cidade se torna um instrumento no qual a vida é normatizada e normalizada. Aqui podemos nos recordar da narrativa do Sr. Fulano, que teve sua vida intervida por não se encontrar de acordo com os padrões normais de condições sanitárias de habitação. As práticas assistencialistas também fizeram e ainda fazem parte desse arranjo do espaço de composição das cidades quando assumem a função de acolhimento, escuta, levantamento das necessidades e gestão da pobreza, pontos em comum entre as igrejas e as Políticas Públicas. Com o aparecimento das Políticas Sociais, passa-se a organizar a cidade de modo a esquadrinhar a população dentro de níveis de normalidade, o que torna possível visibilizar instrumentos desenvolvidos dentro da Política da Assistência Social básica, tal como o Cadastro Único - CadÚnico, que pode ser como uma grade de inteligibilidade (Foucault, 2008a, 2008b). Com isso se quer apontar para sua função tanto estatística e diagnóstica que possibilitará conhecer determinada realidade inscrita em um determinado território e atravessada por certa formação discursiva e condições próprias. O CadÚnico como grade de inteligibilidade permite, desse modo, estabelecer um campo de relações de força que produzirá possibilidades de intervenções de acordo com as necessidades de uma lógica vigente.

Nesse sentido, tal instrumento da Política Pública possibilitaria que a vida de diversas famílias seja visibilizada mediante o contato com o poder (Foucault, 2003b). É através da identificação pelo CadÚnico que se destinará estratégias de intervenção e Políticas Sociais, educacionais e de saúde para essa população. Os dados produzidos pelo esquadrinhamento justificam estratégias direcionadas e efetivadas no corpo das comunidades/populações através das práticas dos CRAS e dos CREAS. Entretanto, essa forma de organização da política se encontrará com outras forças. Quando a política começa a esquadrinhar a população, dois elementos emergem no cotidiano: a visibilidade das desigualdades e as respostas do Estado, considerando que essas desigualdades são responsabilidades do próprio Estado. Ao se produzir um outro jogo de afetações pelas forças do diagrama, esses elementos da visibilidade das desigualdades e as respostas/responsabilidades do Estado, começam a ser repositionados pela estabilização no dispositivo. Essa estabilização produzirá outras estratégias de normação e normalização apoiadas no encontro dos “neo”.

Quando Michel Foucault situa os conceitos de normação e normalização, aponta para alguns elementos fundamentais de seus funcionamentos no que tange aquilo que tomava como campo de análise – sociedade jurídico-legal, disciplinar e de segurança. Ao discutirmos conceitos de normação e normalização podemos ver suas correlações. Sendo que o primeiro se refere a estabelecer o que é normal e anormal a partir de uma norma, para, posteriormente, operar com técnicas de normalização disciplinar, podendo assim, determinar estratégias de intervenção, individualizar casos, coletivizar fenômenos, integrar no campo dos fenômenos coletivos casos individuais. Por meio de estratégias de normalização, a partir de uma normatização é que se torna possível o esquadrinhamento da população. A partir deste emergem, então, saberes como a estatística que permite calcular riscos de morbidade e mortalidade, grupos etários, taxas de natalidade e, a partir disso, definir os espaços de circulação de determinada população, diante de uma normação que vai dizer sobre uma operacionalização dentro da norma (normal) ou sobre não estar dentro da norma (o anormal). Vemos, então, a emersão do governo de uma população e não mais simplesmente um governo do território como na lógica da soberania ou uma simples gestão tutelada da população pobre. Tanto normação quanto normalização foram considerados por Foucault (2005, 2001/2011) como formas de regulação da população, mas, especialmente aqui, como forma de considerar a conformação das cidades. Assim, essas práticas tornaram-se condições para a emergência das cidades e sua articulação com a formação dos Estados Nacionais. Conforme escrito

anteriormente, a cidade se co-engendra com as Políticas Sociais e com a figura do Estado, por meio de um conjunto de práticas de normação e normalização.

Assumamos um caminho junto às análises de Michel Foucault nos anos de 1975 a 1976 no livro *Em Defesa da Sociedade* (Foucault, 2005) e 1977 a 1978 em *Segurança, Território e População* (Foucault, 2008a), para pensar as condições de possibilidades para emersão da cidade como espaço de gestão e regulação da vida pelo exercício de tecnologias de governamentalidade, que tomam forma no dispositivo de catequização do cotidiano.

Foucault (2008a) nos mostra três mecanismos que se correlacionam e nos permitem visualizar e percorrer um caminho para pensar modelos de operação da cidade, a partir de uma tecnologia que vai se produzindo diante das práticas de comércio, de uma administração da circulação, isto é, o que pode e o que não pode circular.

Não estamos tratando de trazer a cidade igual aponta Michel Foucault a partir de elementos jurídico-administrativo, disciplinar e de segurança, descrever ou discorrer sobre a cidade como um objeto já pré-formado e moldado no qual as coisas acontecem, mas sim, de mostrar por meio dos agenciamentos desses mecanismos, ao se juntarem e se encontrarem com os elementos da catequização, torna-se um espaço importante de densificação, no qual veremos o dispositivo operar.

As políticas públicas emergem nesta gestão da circulação na cidade com um papel fundamental junto aos mecanismos de normalização em termos de direitos e deveres, que na compreensão do autor davam condições para a regulação da população. A partir disso, ou seja, desse modo de articulação da gestão, Política Pública, população e cidade, compreende-se, hoje, que o Estado enquanto gestor de uma Política Social possa atender a população que se encontra em situação de vulnerabilidade com benefícios eventuais: é necessário ter um cadastro socioeconômico e um parecer psicossocial no qual se atesta a eventual necessidade, ou mesmo, quando família são beneficiárias do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família, o qual também necessita de um cadastro socioeconômico, denominado Cadastro Único (CadÚnico).

Uma breve pausa para recordarmos a articulação entre ambos elementos. O CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais é um programa do governo federal gerenciado pelo sistema da Caixa Econômica Federal que visa conhecer a população de um determinado território a partir de um esquadriamento sociodemográfico a fim de identificar necessidades e gerenciar estratégias de intervenções via Políticas Públicas. Uma dessas estratégias mais

conhecidas é da transferência direta de renda que buscava promover o auxílio para redução da margem de extrema pobreza, assim como potencializar o acesso a direitos sociais básicos na área de saúde, educação e assistência social, o bolsa família.

O CadÚnico realiza um levantamento do perfil da família, uma vez com o perfil para recebimento do programa bolsa família, a família se compromete a cumprir certas condicionalidades estabelecidas pelo programa, como manter as crianças frequentando a escola, o acompanhamento na saúde de pesagem, preventivo e vacinação.

A Política Pública junto a cidade emerge como prática de regulamentação se compõe por uma sociedade de direitos, como preza o art. 194 que se refere “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Constituição Federal, 1988/2017, p. 151), no entanto, mesmo competindo ao Poder Público organizar a seguridade social, o inciso VII do art. 194 demonstra a ver deveres também, “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados” (Constituição Federal, 1988/2017, p. 152).

Esses mecanismos de regulação podem emergir de diferentes formas sendo um que age sobre o território na forma de lei proibindo e punindo (mecanismo jurídico-legal); outro que age sobre o indivíduo de modo a disciplinar, por meio de correções e vigilância (mecanismo jurídico-disciplinar); outro mecanismo, cujo objetivo não é proibir nem muito menos prescrever, mas que de alguma forma opera com instrumentos que podem vir a proibir e prescrever com objetivo de anular, limitar ou regular a realidade (dispositivo de segurança) (Foucault, 2008a). E mesmo tendo aparecido em outros momentos, ainda se fazem presente nos dias de hoje.

Ao pensarmos isso nas práticas não se trata de fazer uma simples transposição, mas de pensar como tal lógica pode vir operar em nosso presente, quando consideramos a montagem do dispositivo de catequização. A própria Política Pública se inscreve como um mecanismo jurídico-legal, não somente por se instituir enquanto lei que dispõe o proibido e o permitido, mas pelo fato de regular determinados espaços referente ao que se faz permitido ou não. Para entender melhor trazemos para nosso campo de análise dois elementos: o CadÚnico e bolsa família para pensar tais mecanismo.

Para ter acesso ao bolsa família, o/a responsável familiar tem que buscar um setor de cadastramento municipal com documentos exigidos pelo programa, em cidades como Campo Grande – MS a indicação é para que busque o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social que atende certa demarcação territorial, isto é, cada CRAS tem sua lista de abrangência, bairros aos quais atendem, sendo assim, a família pertencente a um certo território tem como referência um determinado CRAS ao qual pode buscar atendimento quando necessário. Do mesmo modo o CRAS poderá buscar a família quando necessário do ponto de vista da Política Pública. Cabe lembrar e evidenciar que estamos assumindo apenas um elemento de intersecção para esse ponto da análise, o território, tanto o CadÚnico quanto o bolsa família se conectam por outros pontos.

Dito isso, vamos considerar que uma família que se enquadra nos critérios do bolsa família e recebe o benefício está se mudado para um bairro vizinho, por exemplo. O CRAS, por meio de visita técnica, busca a família, mas não a encontra, tenta buscar o novo endereço na escola, na unidade de saúde, via telefone e vizinhos, todavia, sem sucesso. O técnico do CRAS pode solicitar o bloqueio temporário do benefício da família devido a desatualização cadastral, no caso de mudança de endereço, sendo que existem outros motivos que podem levar ao cancelamento, tais como, mudança na composição familiar, renda ou escola da criança, como estratégia de fazer com que o/a responsável familiar busque o CRAS para atualização, passando por um atendimento com o técnico que foi em visita. A partir dessa estratégia de intervenção, via Política Pública, podemos dizer que temos mecanismos que agem sobre o território para melhor governar apoiado em um direito social. É claro que não é somente o mecanismo jurídico-legal que se engendra nesta prática, mas adotamos essa compartmentalização de um elemento para melhor visualizar e analisar como certos fragmentos vão se conectar e forjar uma prática no campo da Assistência Social que nos permite a compreensão do dispositivo de catequização.

É claro que o caráter atualizado dos dados contidos no CadÚnico recai sobre o sujeito, principalmente aquele que recebe o bolsa família, bem como sobre os técnicos do CRAS de forma disciplinar, pois é necessário corrigir os dados junto ao programa sempre que ocorrer mudança ou a cada dois anos. É necessário, também, por parte do CRAS a vigilância do cadastro, como, por exemplo, ao se identificar a não atualização do endereço, busca-se a escola da criança e se deixa um comunicado com a mesma para entregar ao responsável para que procure o CRAS para realização da atualização cadastral, para que, assim, possa executar

o acompanhamento familiar. Ou até mesmo quando tratamos das condicionalidades de saúde e educação a serem cumpridas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família, não deixa de ser uma forma de prescrever uma certa conduta para família e de vigiar. Caso a família não cumpra com as regras pode vir a ser sancionada com o bloqueio, suspensão e até cancelamento do programa, porém, há todo um mecanismo de vigilância e correção que opera junto a família, por parte da equipe técnica do CRAS, que se denomina por Acompanhamento de Condisionalidades do Programa Bolsa Família. Aqui temos, então, uma intervenção via Política Pública relacionada a um mecanismo que age sobre o indivíduo, um mecanismo jurídico-disciplinar.

Podemos realizar a análise, também, pelo mecanismo do dispositivo de segurança, já que o CadÚnico faz parte de uma Política Pública e, como tal, tem por objetivo o investimento na vida da população, isto é, um investimento biopolítico que esquadriinha a população por meio de um questionário que torna possível conhecer suas principais características e, a partir disso, tomar como estratégia política e de segurança para população. Cabe ressaltar que práticas como essas também se engendram em outras Políticas Públicas, ações, intervenções, entretanto aqui nos interessa pensá-las em relação a um certo campo social que produz regimes de verdade: a assistência social.

As Políticas de Assistência Social, como dito em outro ponto deste texto, diferentemente das Políticas de Saúde que são universais e, portanto, para todos, destinam-se aos sujeitos de quem delas necessitar. Esse estado de necessidade, não raro, está atrelado às condições de vulnerabilidade socioeconômicas, situações de violência, dentre outras. Ao tomar as ações de transferência de renda e realizar uma análise unicamente pelo viés neoliberal, essas práticas seriam antieconômicas do ponto de vista do sujeito ser autônomo/independente em relação à intervenção estatal e garantia de bem-estar social. Realizando, entretanto, a análise, como temos feito, a partir do atrelamento da lógica neoliberal com a neopentecostal teremos o deslocamento dos direitos sociais enquanto elementos fundamentais vinculados às obrigações estatais, para sua operacionalização enquanto favores com vistas a gerar/produzir prosperidade. O borramento entre os direitos sociais/justiça social e os favores/prosperidade é possibilitado pela operacionalização do dispositivo de catequização que, pelo encontro do neoliberalismo com o neopentecostalismo, produzirá a gestão das vidas não apenas em termos econômicos/financeiros, mas a partir de uma gestão que recaia no sujeito enquanto questões morais da conduta.

Veja-se a ação realizada pelo projeto social “Unidos pela Fé” realizada no município de Água Clara.

[...] os atendimentos da equipe do projeto social Unidos pela Fé, mantido pelo **deputado estadual** Lidio Lopes. A ação foi realizada em **parceria com a igreja Assembleia de Deus** Missões. “É uma prioridade ajudar o próximo dentro do possível, porque assim como existe o pecado de ação, há também o pecado de omissão e muitos não se preocupam com pecado de omissão, que é quando você pode fazer e não faz. E com o apoio do deputado Lidio estamos hoje conseguindo atender a população que mais precisa, por meio do ônibus do projeto social, com atendimentos odontológicos, jurídicos e médico” (Chagas, 2017, para. 1, grifo nosso).

A ideia de parcerias nos mostra o estabelecimento de uma relação pessoalizada e privatizada no tensionamento das redes da Política Pública, isto é, neopentecostalismo e neoliberalismo. Os efeitos disso nos espaços urbanos têm ressonância no que concerne a uma política do estado que dependente de quem esteja no comando para continuar existindo, ou seja, não são práticas que se encontram asseguradas enquanto direitos e sobre as quais é possível recorrer/exigir juridicamente que estejam conforme se preconiza nos documentos oficiais. Quando falamos de parcerias, ao contrário do que estabelecem as Políticas Públicas, lida-se com algo efêmero, pois sua operacionalização dependerá dos contatos, das boas relações, de um jogo de ganhos que mantém ou não certas parcerias, tensionando, novamente, a relações entre direito/justiça social e favores/prosperidade.

O que também se amarra como justificativa a esse campo problemático é a questão do não funcionamento da rede ou da política que, visibilizado em falas tais como a cegueira da justiça, a demora no acesso aos direitos ou a falha na rede, dão abertura para que as ações de cunho assistencialista pareçam ser mais efetivas. Não é raro que tais falas emergam quando a tentativa da população em acessar direitos ou solucionar demandas buscando ações do Estado, via Políticas Públicas, não são alcançadas. Assim, quando não se consegue sanar uma necessidade, quando os procedimentos se arrastam no tempo, ou ainda quando não há efetivo profissional ou estrutural para atender às demandas da população, as ações “resolutivas” advindas de parcerias são tomadas como “bons negócios”. No entanto, essa conjuntura permite uma inversão perigosa no âmbito da gestão das políticas, qual inversão? Ora, na operacionalização da Política Pública que não se dará via acesso e garantia de direitos para

proporcionar melhores condições de vida, mas se amalgama na operacionalização que será viabilizada por instituições privadas, projetos sociais vinculados a instituições religiosas, quando há uma destituição e desmontagem das Políticas Públicas. Essa inversão é colocada em funcionamento pelo dispositivo de catequização que parece expropriar a questão pública enquanto direito social, e abrir espaço para que ações de organizações não-governamentais, projetos sociais operem via instituições de direito, porém não operacionalizando o direito.

O que emerge desse jogo não é o acesso a melhores condições de vida por isso ser um direito fundamental garantido na Constituição e que cobraria do cidadão uma conduta concernente aos seus deveres diante da lei, mas sim a filantropia publicizada em ações em parceria a instituições estatais, que cobra do sujeito não apenas uma obediência negociável (como no caso da lei), mas, também, fidelidade inquestionável, tal como a relação com a fé. Cabe ressaltar que nosso ponto de crítica não é que as parcerias e práticas assistencialistas e filantrópicas não possam existir, mas de marcar que o ponto problemático é quando tais práticas se engendram nas Políticas Públicas como formas de gestão da população pelo dispositivo de catequização. No que concerne as ações filantrópicas, diferentemente das caritativas, não basta mais a salvação ou o reino dos céus aos justos, ou aqueles que dividem o que tem, o ganho tem que ser terreno e tem que ser em moeda com juros e correção monetária, tem que ser agora, como propaga a teoria da prosperidade.

Um dos pontos problemáticos nessas articulações estatais e filantrópicas é a forma como o Estado vai, progressivamente, cedendo espaço/sendo habitado por práticas que não são de direito, mas operam nos âmbitos do direito. Veja-se, nessa esteira de pensamento, a questão da política social enquanto relacionada ao modo como o Estado se organiza. Ora, o fato de que há pessoas demandando assistência do Estado, denuncia as fragilidades de organização do mesmo, implicando que o próprio Estado deva responder a essas fragilidades; ou seja, o Estado tem que assumir que é responsável pela produção da desigualdade e ao mesmo tempo tem que se responsabilizar em mitigar as desigualdades.

No entanto, em uma lógica neoliberal, o Estado tem que ter responsabilidades apenas com a segurança e a proteção do livre mercado, de resto é cada um por si. Mas isso só tem alcance com uma certa parcela da população – aquela que não depende de Políticas Sociais; para ter alcance com toda a população é preciso um outro apoio para se justificar, aí aparece a figura do cidadão privilegiado pelos direitos sociais. O que ocorre é que, com a junção do econômico com o moral, orquestrada pelo dispositivo de catequização, teremos um cisão no

acesso ao direito que, para alguns (aqueles que não demandam as políticas sociais do Estado e são, portanto, cidadãos por mérito), corresponderá ao *status* de cidadão que tem sido, progressivamente, privatizado e financeirizado em uma lógica neoliberal dos direitos, para outros implicará uma outra forma de gestão que caracterizará o sujeito privilegiado que, por incapacidade, tem acesso aos direitos via filantropia.

Derivado deste todo aberto (Kastrup, 2010) que possibilita fazer crescer a pesquisa por todos os sentidos, alguns elementos foram se aproximando para compor a tese e se tornaram percursos a serem percorridos. Um deles tem sido a cidade na articulação com a assistência e o direito, e um elemento de análise que pode ser feito sobre essa articulação é acesso a moradia, o que auxilia a compreender alguns elementos de composição do dispositivo de catequização. Os direitos sociais passam a ser vistos como privilégios não por uma alteração na ideia de caridade, ou no fato de que não se devam empreender ações assistencialistas, mas, sim, por uma modificação na lógica dos direitos, ou melhor, em um processo de financeirização da cidadania e, portanto, da figura do sujeito de direito. Se o cidadão é aquele que por méritos próprios é capaz de suprir suas necessidades, se é o sujeito que se dedica a um trabalho rentável e que, portanto, não “precisa” do Estado; o sujeito “privilegiado” por benefícios sociais é aquele que por incapacidade - e não ação/omissão no próprio Estado em prover as condições para que esse sujeito pudesse suprir suas demandas por conta própria - onera e depende das instituições públicas.

Novamente, aparece a ideia de necessidade atrelada à figura do sujeito que é capturado pelas Políticas Públicas, especialmente a Política de Assistência Social. Essa é a brecha, como já mencionado em outro ponto deste texto, para a efetiva operacionalização do dispositivo de catequização, uma vez que a ideia de necessidade/urgência permite que práticas com força de lei sejam direcionadas à vida (Agamben, 2004). O autor afirma que em casos de necessidade - veja-se a discussão já realizada sobre o estado de exceção como lógica de governo - ações que não estão determinadas em lei operam, no entanto, como se tivessem tal legitimidade. O dispositivo de catequização se insere nessa ordem de ações especialmente quando se trata do caráter decisório com relação à vida.

Assim, dentro da lógica do privilégio do acesso ao direito, o caráter decisório opera na determinação das formas de existência daqueles que demandam por intervenções do Estado, via Políticas de Assistência. Em se tratando, então, do atrelamento de instituições de cunho religioso a partir do qual se operam práticas dentro das Políticas Públicas, temos um duplo

imbricamento: por um lado, a lógica meritocrática que financeiriza o direito/cidadania; por outro, a fé como artifício para o acesso a bens, serviços e condições que, a priori, estariam circunscritas no âmbito jurídico-legal.

Nesse sentido, mais do que uma decisão sobre a vida em termos de fomento como aquelas da biopolítica foucaultiana temos, então, práticas tanatopolíticas como aponta Agamben, uma vez que em termos de fim das ações, esses sujeitos têm acesso aos direitos que supririam suas necessidades. Temos uma medialidade em que o dispositivo de catequização expropria o sujeito da possibilidade de vinculação com o direito e permite que decisões arbitrárias possam ser subsidiadas por qualquer que seja a justificativa, religiosa ou não, uma vez que a situação de necessidade/estado de urgência demanda ações extraordinárias, dentre as quais a coexistência, na ordem do direito, de ações que não garantem seu acesso, mas - talvez paradigmaticamente - permitem que o direito continue operando.

4.3 Política de vida e política morte? : a que se presta o dispositivo de catequização

Observar e analisar como certos discursos têm emergido em nosso cotidiano, e como são operacionalizados na cidade nos permitiu, através das práticas indiscerníveis entre o direito, Assistência Social, e filantropia, tecer linhas que compõe o dispositivo de catequização, e agora nos perguntamos: a que se presta o dispositivo de catequização no que concerne as racionalidade e tecnologia de governo?

Como mostramos anteriormente nas forças que se agitavam na construção do diagrama, a assistência social acompanhou o levantamento de mais de 30 famílias que viviam em situação irregular em uma área invadida e que através da intervenção das políticas públicas teve acesso ao direito à moradia, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, por atender aos diferentes critérios de seleção estabelecido pelo Decreto nº 12.163 de 03 de julho de 2013, dentre eles o critério nacional que se refere a “Famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres” (Decreto nº. 12163, 2013, p. 2). O acesso ao direito de moradia se faz presente, mesmo quando ainda circunscrito por práticas assistencialistas, como também supracitado, no que concerne a intervenção do Fundo de Apoio à Comunidade – FAC, que nos permite considerar que existe uma outra montagem de gestão do que consideramos como direitos sociais. Por esse motivo operamos com a

construção da imagem do contraste, pois tal imagem nos possibilita visualizar ambas as práticas operando conjuntamente.

Ao abrir espaço para uma cogestão, neste caso assegurada pelo Estado, na qual podemos visualizar paralelamente Políticas Públicas e assistencialismos operando sobre as mesmas práticas com as mesmas ferramentas, já que o carro com a equipe da FAC, que levara cobertores e cestas básicas às famílias – serviços assegurados pelas Políticas Públicas enquanto benefícios eventuais – era o mesmo carro com adesivo do programa bolsa família da equipe do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

A análise se pauta sobre o modo como certas ações podem acabar por enfraquecer a necessidade das Políticas Públicas, na direção que “o Governo Federal corta o Programa Minha Casa Minha Vida para os mais pobres e o Governo do Estado tem apostado suas ações na implantação das Parcerias Público-Privadas” (Rede Brasil Atual, 2018, para. 19) as quais não buscam garantir o acesso a população mais vulnerável, mas que subsidiam o enriquecimento de empreiteiras e donos de imóveis, penalizando a população de baixa renda não garantindo à moradia enquanto um direito social, assumindo-o como um privilégio enquanto outros, o Poder Judiciário recebe auxílio moradia, o mesmo que se posiciona pelo despejo e remoção de famílias que acabam por agravar a desigualdade social. Tais práticas fundamentam narrativas como “O governo não nos ajuda, então Deus é a única opção para os pobres” (Lara, 2017, para. 6) e abrem espaço para montagem de outra gestão que não a garantia de direitos, através da operacionalização de um dispositivo de catequização que parece vir a responder uma tecnologia de gestão, que se apoia no discurso religioso acoplado aos discursos políticos.

Vemos o neoliberalismo operar, atualmente, junto a uma lógica em que qualquer Política Pública que opere em termos de justiça social e universalidade de acesso é antieconômica, prova disso são as iniciativas de privatização e concessões de espaços e instituições públicas. Enquanto isso, práticas religiosas, especificamente dentro da corrente do neopentecostalismo, visam segurar inequidades, ou seja, não está em jogo a igualdade social, mas a caridade social sem compromisso social, atuando dentro de uma lógica que aquilo que difere tem que ser extermínado. Extermínio não só de vidas, mas também de práticas que visibilizam o dispositivo de catequização como um modo de desmontagem da própria lógica da política social dentro de uma perspectiva de dispositivo de segurança. O extermínio é possível dentro do neoliberalismo em termos de extinguir os elementos que onerariam a

maximização dos ganhos, em termos de Políticas Públicas isso se refere ao problema da população em situação de vulnerabilidade que demanda investimentos em Políticas Sociais. O direito ainda opera fazendo com que as Políticas Públicas se mantenham de algum modo e impedindo, em certa medida, o completo sucesso do neoliberalismo em termos de projeto político de sociedade.

Falamos em completo sucesso, porque a associação entre neoliberalismo e neopentecostalismo faz com que as práticas assistencialistas mesmo não sendo da ordem do direito, constituam-se, no presente, como práticas vinculadas à estabelecimentos do Estado, como já evidenciamos a prática do Fundo de Apoio à Comunidade – FAC, por isso tomamos como ferramenta o contraste do cotidiano, pois neste podemos evidenciar que as duas lógicas se forjam em um mesmo plano e são operacionalizadas conjuntamente na gestão da vida na cidade.

Desse modo, não é equivocado levantar a questão de que existe um projeto político cuja finalidade não é assegurar o acesso ao direito, pelo menos não o direito da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e que, de algum modo, tem se produzido uma outra forma de subjetividade que não o sujeito de direito. Tal forma de subjetivação é imanente a uma outra racionalidade de governo da população no qual podemos ter ao mesmo tempo discursos como:

Quando o justo governa, o povo se alegra”, disse Feliciano. O parlamentar também afirmou que “chegará um tempo no qual o Brasil terá orgulho de ouvir a voz do País” e que o presidente começará sua fala “pregando as palavras de Deus (Vitorio, 2019, para. 3).

Esses discursos se constituem por marcas de um discurso religioso operando conjuntamente ao governo, ressaltamos que a Constituição Federal assegura a qualquer pessoa a liberdade de expressão religiosa, conforme art. 5º, inciso VI “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Constituição Federal, 1988/2012). O que colocamos em jogo aqui é essa inseparabilidade entre a figura religiosa e o Estado que tem aparecido de forma incisiva e frequente “Todos sabem que o nosso país tem problemas seríssimos de moral e de economia, mas nós entendemos que podemos reverter isso. Um país que tem Deus acima de tudo, tem tudo para dar certo”, (Vitorio, 2019, para. 6)

A moral e a economia, como problemas de desenvolvimento do País, são proveniências que justapõe uma certa economia política como o neoliberalismo com uma economia moral como o neopentecostalismo, e que tem produzido formas de governo da população no qual se atrela especificamente não só a um direito à vida e morte, mas gera uma política de morte, já que amalgamada a esta forma de governos temos discurso como “bandido bom é bandido morto” (Alves, 2016, Endireita Pernambuco, 2016), bem como, "Armar o cidadão de bem é a solução contra o crime" (Redação Spbancarios, 2018).

A fronteira ou dicotomia entre o cidadão de bem e o criminoso é ilusória – muito embora opere de modo eficaz – e facilmente falseável se analisarmos o jogo no qual ela se produz, pois, o dispositivo de catequização que opera como política de morte para um, só pode existir se for subjetivado por outros para sua operacionalização, "a coisa que uma mãe mais quer é ver um filho ser educado para ser um cidadão de bem" (Carpanez, 2018, “*Presença garantida nos discursos*”, para. 5), então, estamos tratando de uma produção imanente de uma racionalidade que atualmente tem se estrategizado sob uma lógica neoliberal e neopentecostal que vai afirmar a possibilidade de morte por exceção “A vida do cidadão de bem não tem preço. Aqueles que estão à margem da lei, paciência” (Rede Brasil Atual, 2019b, para. 1). De fato, a vida – e os corpos – não tem preço, especialmente, se tomarmos a lógica do neoliberalismo em que os processos humanos ligados à produção de bens, serviços e aos assuntos concernentes ao mercado como um todo, têm tornado progressivamente os próprios humanos desnecessários, ou como afirma Mbembe (2019, “*você pode elaborar um pouco mais sobre isso?*” para. 1) “produção em escala massiva de corpos ‘descontáveis’, uma humanidade residual que é vista como descartável”.

Ao conectar a materialidade com as discussões de Achille Mbembe podemos apontar e reafirmar a articulação entre o neopentecostalismo e neoliberalismo para operacionalização do dispositivo de catequização. Quando entendemos que o que está em jogo no neoliberalismo é a autossuficiência do sujeito, pela busca individual do seu crescimento, a ideia do empreendedor de si. Podemos, então, até certo ponto, fazer alusão a essa figura neoliberal colada ao cidadão de bem quando nos referimos a uma categoria de pessoa de boa índole, bom pai/mãe de família, temente a Deus, pessoa trabalhadora que quando não consegue empreender essa autossuficiência, não é por falha de acesso, é por falha dele mesmo, e apesar disso, de forma honesta e honrosa vai buscar outras formas de acender, tratando-se, portanto, de uma política de vida, biopolítica que opera por um deixar morrer, já que o investimento

neoliberal é justamente em termos liberdades para acendermos economicamente – cada um por si.

Diante dessa lógica podemos afirmar que no neoliberalismo por si mesmo não há uma política direta de produção de morte, a produção de morte opera por um deixar morrer e por um recrudescimento das desigualdades sociais. Contudo, quando o neoliberalismo se encontra com o neopentecostalismo, forjando o dispositivo de catequização como política de governo da população, é que a produção de morte assume uma forma. Já que no neoliberalismo, não existe nem o bem nem o mal, o que está em questão é o que impossibilita produzir e o que possibilita produzir, já o neopentecostalismo vai se deter a esse ponto: do bem e do mal.

Entendendo que no neopentecostalismo aqueles que não prosperam é porque são “desviantes”, “aqueles à margem da lei”, que não seguem a moral que deveriam seguir, ao contrário do neoliberalismo, aqui deve se investir em “Deus” - pagando dízimos, forma pela qual o fiel vai usufruir de uma espécie de prosperidade física e material - para se libertar das próprias falhas; então, quando o sujeito não prospera, é porque não investiu o suficiente. Tem-se assim duas relações com o investimento: uma em si mesmo outra em “Deus”, quando não se acende a nenhuma das duas, trata-se de uma exceção, pois todas as “condições” foram dadas: liberdade e acesso ao Deus, mas há só uma forma para acender a Deus (trata-se de uma forma hegemônica). Portanto, pode-se deixar morrer ou fazer morrer, pois se torna tanto antieconômico (depender do Estado) quanto um desviante da palavra de Deus. Nesse caso, não se está matando alguém, está-se matando aquilo que excede as possibilidades de estar dentro – prosperar por si mesmo.

É nesse sentido que podemos compreender que o discurso atrelado à figura do “criminoso” aqui é reguladora do “cidadão de bem”, aquele sujeito neoliberal que basta a si mesmo, pois o criminoso é aquilo que deve ser combatido porque excede em alguma dimensão dessas: ou é antieconômico, ou desviante como produzido pelo discurso “O Estado é laico, mas eu não”. Desse modo, o “cidadão de bem” se configura em um enunciado mais próximo do neopentecostal do que propriamente do neoliberal, pois para o neoliberalismo não tem bandido bom ou bandido morto, ele não se responsabiliza por isso, e como podemos ver nas materialidades que sustentam esses genocídios, são discursos que se embasam no bem e no mal, o que se aproxima muito mais ao neopentecostalismo do que ao neoliberalismo, que se amalgaria a um discurso sobre o aumento de armas “Polícia Federal concedeu 44 mil

autorizações de posse para "cidadãos comuns" entre janeiro e novembro deste ano" (Agência O Globo, 2019, *"Chamada"*).

O cidadão comum aqui se atrelada à ideia do cidadão de bem que, pela operacionalização do dispositivo de catequização, evidencia-nos a racionalidade do regime de verdade imanente sobre bem e mal, sobre a zona de indiscernimento entre o direito e filantropia, entre a prosperidade e o desmonte das Políticas Públicas, entre a coexistência de práticas laicas e religiosas, e a proliferação de discursos que criminalizam os direitos humanos e sociais, que os situa como desvios, produzindo sujeitos que se tornam alvo em termos de políticas de morte: os sujeitos em situação de vulnerabilidade que são capturados pelas Políticas de Assistência Social, de saúde, dentre outras, bem como, produzem aqueles sujeitos que circularão de outros modos pelos espaços institucionais e da cidade,

É um projeto para fazer com que, ao defender sua propriedade privada ou sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude, ou seja, ele responde [um processo], mas não tem punição. É a forma que temos para quem do outro lado, que não teme em desrespeitar a lei, temam vocês, temam o cidadão de bem, e não o contrário (Rede Brasil Atual, 2019b, para. 1).

O discurso do atual presidente, Jair Bolsonaro, visibiliza a estabilização de um modo de gestão imanentes ao dispositivo de catequização, fundamentada na proteção do cidadão de bem, e operacionalizada por práticas fascistas de forma a explicitar a "implosão de qualquer possibilidade de solidariedade social com grupos historicamente vulneráveis, uma noção paranoica de nação e o culto da violência são a verdadeira tônica" (Safatle, 2019, para. 3). Isso nos permite ver a emergência e proveniência pela qual se estabiliza o dispositivo de catequização nos jogos de forças que pareciam operar de formas distintas e distantes das práticas neoliberais e neopentecostais, mas que forja uma nova política de gestão das populações, uma tecnologia de gestão de produção de morte pautada na eliminação desse mal, que não é próspero e se configura como inimigo interno do Estado.

Traduzindo em termos de investimento de Política de Segurança, temos opção pelo controle, ou poderíamos dizer de forma direta pelo extermínio de segmentos à margem social, política e economicamente, em nome da proteção de outros grupos. Diante dessas análises, poderíamos apontar não somente com Foucault e Agamben, mas também com Mbembe (2016), no que concerne a operacionalização de práticas que fragilizam as Políticas Sociais e a

figura do sujeito de direito, e que aderem uma racionalidade que opera, como um investimento na morte, em vidas matáveis. Perante, a essa operacionalização vemos que o dispositivo de catequização vem responder a uma urgência nesse novo cenário brasileiro, no que diz respeito a forjar uma nova política de gestão da população e das Políticas Públicas, não simplesmente no que se refere à apostila do desmonte de Políticas Sociais, especialmente, as da Assistência Social, mas apostila principalmente no aniquilamento de vidas desqualificadas, tornadas vidas matáveis, quando se opera um lógica de governo atrelada entre o neopentecostalismo e neoliberalismo.

Então, diante das práticas operacionalizadas nas Políticas Públicas de Assistência Social e de gestão, consideramos nesta tese que o atrelamento da lógica neoliberal com a neopentecostal produz o dispositivo de catequização, enquanto tecnologia de gestão da vida e da morte nas Políticas Públicas brasileiras, constituindo duas figuras fundamentais de investimento: o cidadão de bem e o sujeito de privilégios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim deste relatório de pesquisa, contudo, afirmamos que se trata de um final potente que não se limita por alcançarmos um ponto de chegada, mas devido a nossa trajetória de investigação, que éposta a funcionar pelo método cartográfico, abre-nos e nos conduz para um campo múltiplo de possibilidades de produção de conhecimento.

Um campo que deriva desta pesquisa cujo objetivo foi visibilizar, por meio de uma grade de inteligibilidade sobre políticas sociais e políticas de gestão situada no campo da Assistência Social, o modo de composição do dispositivo de catequização e certas formas de produção de subjetividade. Nossas problematizações se apoiaram nesse objetivo e tornaram possível a formulação da seguinte pergunta de pesquisa: a partir de um cotidiano virtual capaz de fazer emergir dispositivos, como se torna possível forjar o dispositivo da catequização proveniente de práticas da Política de Assistência Social e políticas de gestão?

Nosso objetivo e questão de pesquisa situam a produção de conhecimento em Psicologia no que concerne às nossas preocupações com as diferentes formas de subjetivação que compõem a nossa atualidade. Ou seja, objetivo e problema de pesquisa auxiliam uma trajetória de investigação a partir de diagnóstico do presente. Considerar o dispositivo de catequização como um dos elementos que compõe a nossa atualidade faz parte de uma estratégia que localiza a Psicologia no campo de um pensamento sobre a ontologia do presente: como nos tornamos o que somos e o que estamos em vias de deixar de ser. Isso implica um compromisso ético-político da disciplina na medida em que nos provoca a pensar sobre o que fazem e o que fazemos de nós mesmos e dos outros, ou seja, a se ocupar dos diferentes mecanismos que nos governos e nos constituem. Essa ontologia, na área de concentração do Programa em que esta tese se desenvolve, é feita por meio da necessidade de, na saúde, considerar as distintas formas de produção e gestão de vida e de morte, que marcam os modos como vivemos e habitamos o mundo.

Ao iniciar o percurso de pesquisa, não poderíamos imaginar que a relação entre as lógicas neopentecostais e neoliberais emergiria como elemento fundamental para a formação do dispositivo de catequização como tecnologia de gestão das Políticas Públicas brasileiras. Essas duas lógicas amalgamam práticas filantrópicas/assistencialistas e de direito/políticas no âmbito das Políticas Públicas. O efeito dessas operacionalizações é, progressivamente, tanto a fragilização da doutrina de direitos, quanto da modificação do que se tem sido produzido enquanto cidadania.

Essas questões só foram possíveis de se ver e enunciar devido ao nosso caminho rizomático pelas práticas cotidianas da Política Pública de Assistência Social e gestão, as quais foram possíveis sobrepor, colocadas em contraste como forma de considerar que no nosso cotidiano vinha se produzindo um conjunto de forças e formas não-formalizadas, mas que mostravam indícios do avizinhamento de ações filantrópicas religiosas e práticas asseguradas por direitos sociais engendradas nas Políticas Públicas.

Compreender as distintas e distantes práticas em um cotidiano diagrama pelo contraste nos permitiu ver que não se tratavam das mesmas práticas filantrópicas de cunho religioso anteriormente operacionalizadas, mas que pelo amalgamento de lógicas neoliberais e neopentecostais que constituiu se tem a formalização de práticas que são operacionalizadas na cidade e conformam o dispositivo de catequização como uma nova política de gestão.

Nesta tese, como foi possível percorrer em seu desenvolvimento, propomos um processo de desterritorialização e reterritorialização do elemento da catequese – regime de verdade engendrado na doutrina católica cristã – entender como, pelo atravessamento de alguns indícios de urgência, produziu-se em nosso pensamento uma bifurcação que possibilitou cunhar o termo catequização enquanto um dispositivo que opera como regime de verdade amalgamado à doutrina religiosa neopentecostal e ao neoliberalismo como forma de condução da conduta da população.

Desse modo, o que se visibiliza é que a desterritorialização da catequização enquanto uma prática de conversão da fé, e a reterritorialização como uma catequização como a produção do amalgamento das lógicas neopentecostais e neoliberais enquanto produção de estratégias de condução da conduta da população como forma de governo que demarca vidas que são desqualificadas, passíveis de morte para um melhor gerir do Estado através de práticas fascistas, evidencia-nos efetivamente a urgência a qual o dispositivo de catequização vem responder neste novo cenário brasileiro.

Ao longo do relatório da tese, marcamos diferenças entre o sujeito de direitos e o sujeito da benesse, e nos questionamos com relação à produção de outra modalidade de subjetivação diante do regime de verdade do dispositivo de catequização: cidadão de bem e sujeito de privilégios. Nossa construção analítica dessa nova tecnologia de gestão, permitiu-nos considerar que estamos perante um novo momento histórico, um novo diagrama de táticas de governo da população que não é mais pautado em uma subjetividade produzida unicamente

pela lógica dos direitos vinculados às Políticas Públicas, tampouco unicamente pela filantropia e assistencialismo; mas sim pelo indiscernimento entre essas duas zonas.

Neste momento, portanto, é possível apontar enquanto análise que o dispositivo de catequização, ao ser operacionalizado de modo a gerir as populações, constitui modalidades de subjetivação que são legitimadas e se situam no borramento das fronteiras entre as lógicas neoliberais e as lógicas neopentecostais. Nesse âmbito, as demandas por investimentos Estatais em Políticas Sociais emergem como inadequadas ao amalgamento dessas duas lógicas, uma vez que, no caso do neoliberalismo aparecem como onerosas e antieconômicas e, no caso do neopentecostalismo, a operacionalização, fortalecimento e garantia de direitos exporia a fragilidade das justificativas referentes às parcerias estabelecidas entre o Estado e as organizações não governamentais atreladas ao pentecostalismo, ou ainda à empresas, como no caso da proposta não efetivada do Bolsa Dignidade.

Tal borramento, constituído pelas processualidades de pesquisa e pelos rastreios e acompanhamentos das Políticas de Assistência Social e gestão, apontam pistas de uma subjetividade pautada em uma racionalidade de desinvestimentos em Políticas Sociais e investimento em uma política de morte para a população mais vulnerável em prol da proteção de uma população empreendedora de si, produzindo por hora um sujeito passível de destituição de direitos. Nessa configuração, os direitos sociais serão, ao mesmo tempo, desinvestidos e tornados privilégios para aqueles que tem acesso, produzindo o usuário da Política Pública enquanto sujeito privilegiado. Por sua vez, a população empreendedora de si será constituída enquanto sujeitos cidadãos de bem, como já explicitado, uma vez que corroboram com as aspirações pautadas na aproximação entre neoliberalismo e neopentecostalismo.

Para finalizar, esta tese apresenta desafios para Psicologia enquanto ciência e profissão, uma vez que o campo das políticas públicas tem sido cada vez mais habitado pelos (as) psicólogos (as). Nós, enquanto profissionais, habituamo-nos ao discurso dos direitos e temos estabelecido lutas em prol do acesso e garantia dos mesmos e contra a perpetuação de práticas assistencialistas que configuravam o período anterior à criação das políticas. O desafio que se vizibiliza aqui é, justamente, em relação a essa nova forma de estabelecimento de parcerias público-privadas que, diferentemente do contexto brasileiro anterior em que era possível distinguir ações caritativas de ações de direito, produz um campo de indiscernibilidade entre os mesmos. Ademais, o contexto dessas relações fica ainda mais

delicado quando em se tratando do encontro entre as lógicas neoliberais e neopentecostais discutidas ao longo do trabalho, as quais produzem uma forma específica de governo da população pela gestão do dispositivo de catequização dentro das Políticas Públicas. O desafio junto a todos do campo das Políticas Públicas é problematizar as formas como as suas práticas profissionais podem vir a se constituir enquanto resistência a essa nova racionalidade que controla e determina as maneiras pelas quais as políticas públicas devem ser operacionalizadas.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2004). Estado de Exceção. I. D. Poletti (Trad.). (2. ed.). São Paulo: Boitempo. (Estado de Sítio).
- Agamben, G. (2007). Profanações. S. J. Assman (Trad. e Apres.). (1. Ed.). São Paulo: Boitempo. (Marxismo e literatura).
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. V. N. Honesko (Trad.). (1. ed.). Chapecó, SC: Argos.
- Agamben, G. (2011). O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo. S. J. Assmann (Trad.). São Paulo: Boitempo. (Estado de Sítio).
- Agamben, G. (2014). Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua. (2. ed.,H. Burigo Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Humanitas).
- Agência O Globo. (2019, dezembro 27). *Registro de armas no Brasil dispara sob Bolsonaro; foram cinco por hora*. [Website Exame]. Recuperado de [https://exame.abril.com.br/brasil/registra-cinco-armas-por-hora-para-pessoas-fisicas-em-2019/](https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-registra-cinco-armas-por-hora-para-pessoas-fisicas-em-2019/)
- Além do Óbvio. (2013, junho 06). *Votação do processo de Impeachment - 17/04/2016 – Completo*. [Website YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=wcxN2WZRcEU>
- Alves, S. (2016). *Brasiliense defende que “bandido bom é bandido morto” e post viraliza*. [Website Metropole]. Recuperado de <https://www.metropoles.com/distrito-federal/brasiliense-defende-que-bandido-bom-e-bandido-morto-e-post-viraliza/amp>
- Antonio, G. H. B. de & Lahuerta, M. (2014, maio/agosto). O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 1(14), 57-82.
- Azevedo, R. (2014/2017). *O Bolsa Família e os “vagabundos” de Lula, que não plantavam mais macaxeira*. [Website Veja Abril]. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-bolsa-familia-e-os-vagabundos-de-lula-que-nao-plantavam-mais-macaxeira/>
- Baptista, Luís Antônio. (2010). Mesa - Impactos da (i)mobilidade na produção da subjetividade. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos* (pp. 213-219). Brasília: CFP.
- Benjamin, W. (1933/1986). Experiência e pobreza. In W. Benjamin, *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (pp. 195-198). C. H. M. Ribeiro de Sousa (Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. (1936/2012). O narrador. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 213-240). S. P. Rouanet (Trad.). (8. ed.). São Paulo: Brasiliense.

- Bernardes, A. G. & Marques, C. F. (2016). Psicologia da saúde: articulações entre vida e política. *Quaderns de Psicologia*, 18(3), 69-81. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.136>
- Bíblia Online. (n.d.). *Bíblia: Provérbios*. Nova versão internacional. Recuperado de <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/pv/31>
- Bíblia Sagrada. (1991). A igreja e os pagãos: O conflito gera concílio. Atos dos Apóstolos - At 10:34-43 I. In Bíblia Sagrada. *Bíblia Sagrada Edição Pastoral: Novo e Velho Testamento* (pp.1405-1406). I. Storniolo & E. M. Balacin (Trad.). Brasília: Sociedade Bíblica Católica Internacional/Paulus.
- Bíblia Sagrada. (2015). *A Bíblia Sagrada*. Contendo o velho e o novo testamentos. Com notas explicativas e referências cruzadas das obras-padrão. Versão traduzida. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias: Salt Lake City, Utah, EUA. Recuperado de https://www.lds.org/bc/content/shared/content/portuguese/pdf/language-materials/83800_por.pdf
- Boca do Povo News. (2019, Abril 22). *Lidio Lopes leva projeto social Unidos pela Fé para a região do Conesul*. [Website Boca do Povo News]. Recuperado de <https://bocadopovonews.com.br/lidio-lopes-leva-projeto-social-unidos-pela-fe-para-a-regiao-do-conesul/>
- Bolsa Família. (2018, março 13). *Bolsa Dignidade pode ser o novo nome do Bolsa Família*. [Blog post Bolsa Família]. Recuperado de <https://bolsafamilia.blog.br/noticias/bolsa-dignidade/>
- Brasil. (2005/2009). *Política Nacional de Assistência social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Reimpressão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Cabral, A. (2016, maio 13). *Dados econômicos da era Dilma: De chorar!* [Website Estadão]. Recuperado de <https://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/dados-economicos-da-era-dilma-de-chorar/>
- Campos, G. A., & Silva, F. M. S. P. (2018). Policia e Segurança: o Controle Social Brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(núm.esp.2.), 208-222. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0208.pdf>
- Campo Grande Notícias. (2017, abril 25). *Primeira-dama e madrinhas dão largada oficial à 18ª edição da tradicional feijoada do fac*. [Website CG Notícias]. Recuperado de <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/primeira-dama-e-madrinhas-dao-largada-oficial-a-18a-edicao-da-tradicional-feijoada-do-fac/>
- Carlotti, T. (2016, julho 20). *O que está por trás do 'Escola Sem Partido'?* [Website Carta maior]. Recuperado de <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>

- Carpanez, J. (2018, setembro 8). *O que está por trás do termo 'cidadão de bem', usado pelos presidenciáveis?* [Website UOL São Paulo]. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/08/o-que-esta-por-tras-do-termo-cidadao-de-bem-usado-pelos-presidenciaveis.htm>
- Carvalho, Paola Loureiro. (2018, Março 13). “*Bolsa dignidade*”? *A nova maldade de Temer.* [Website Sul21]. Recuperado de <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/03/bolsa-dignidade-a-nova-maldade-de-temer-por-paola-loureiro-carvalho/>
- CG Notícias. (2019). *Bolsa família atende mais de 30 mil famílias em Campo Grande.* [Website CG Notícias]. Recuperado de <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/bolsa-familia-atende-mais-de-30-mil-familias-em-campo-grande/>
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (1983). *Catequese Renovada: Orientações e Conteúdo.* Itaici: 21ª Assembléia Geral da CNBB, em Recuperado de http://www.arquidiocese-braga.pt/catequese/sim/biblioteca/publicacoes_online/385/catequese_renovada.pdf
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Igreja Católica Apostólica Romana (2008, setembro 02). A *Catequese.* [Website CNBB]. Recuperado de <http://www.cnbb.org.br/a-catequese/>
- Chagas, A. R. (2017, Outubro 23). *Equipe do projeto social Unidos pela Fé, mantido por Lídio Lopes atende em Água Clara.* [Website Assembleia Legislativa]. Recuperado de <https://al.ms.gov.br/Noticias/78830/equipe-do-projeto-social-unidos-pela-fe-mantido-por-lidio-lopes-atende-em-agua-clara>
- Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. (1988/2017). Atualizada até a EC n. 97/2017. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Recuperado de <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
- Couto, Berenice Rojas. (2015, out./dez). Assistência social: direito social ou benesse? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, 124, 665-677.
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. de F. (2014). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In N. M. F. Guareschi & L. R. Cruz (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp. 13-40). Petrópolis – RJ: Editora Vozes.
- DebieCris. (2012, Julho 18). Mamães que levam ou pretendem levar o bebê pro trabalho. [Web log Comentário - blog baby center]. Recuperado de <https://brasil.babycenter.com/thread/86225/mam%C3%A3es-que-levam-ou-pretendem-levar-o-beb%C3%AA-pro-trabalho>
- De Certeau, M. de. (1990/1998). *A invenção do Cotidiano: artes de fazer.* (3. ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Decreto nº 12.107, de 20 de fevereiro de 2013. Aprova o regimento interno da coordenadoria de suporte às ações do fundo de apoio à comunidade – FAC e dá outras providências. *Diário Oficial de Campo Grande – Diogrande*, Campo Grande-MS, p. 1. Secção 1.

Decreto nº 12.163 de 03 de Julho de 2013. Ratifica os critérios adicionais municipais para inclusão de beneficiários no Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, aprovados pela deliberação nº 001, de 6 de junho de 2013, do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação - FUNDHAB. *Diário Oficial de Campo Grande – Diogrande*, Campo Grande – MS. Recuperado de <http://portal.capital.ms.gov.br/diogrande/diarioOficial>

Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In G. Deleuze. *O Mistério de Ariana* (pp. 83-96). Lisboa: Veja/Passagens.

Deleuze, G. (1999/2012). Bergsonismo. (2. ed., L. B. L. Orlandi Trad.). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. (1985/2013). *El saber: Curso sobre Foucault – Tomo I*. Buenos Aires: Cactus.

Deleuze, G. (1992/2013). *Conversações*. (3. ed.) São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. (1986/2014). *El Poder: Curso sobre Foucault – Tomo II*. Buenos Aires: Cactus.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1972/2010). *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. (Vol. 1., L. B. L Orlandi Trad.). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1980/2014) *Mil Platôs*. (2. ed., 1. Reimpr., Vol. 1). A. L. de Oliveira, A. N. Guerra Neto & C. P. Costa (Trad.). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1980/2015) *Mil Platôs*. (2. ed., 1. Reimpr., Vol. 3, A. N. Guerra Neto, A. L. de Oliveira, L. C. Leão & S. Rolnik Trad.). São Paulo: Editora 34.

Digiácomo, Murillo José & Digiácomo Amorim, Ildeca. (2013). *Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado*. (6. Ed.). Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente.

Emenda Constitucional nº 55 de 15 de dezembro de 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, p. 2-3. Secção 1.

Endireita Pernambucano. (2016, janeiro 26). *Bolsonaro defende que 'bandido bom é bandido morto'*. [Youtube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=SthiUdn0Cbo>

Ferrari, H. (2019, agosto 10). *Bolsonaro diz que ideologia de gênero é do 'capeta' em Marcha para Jesus*. [Website Correio Brasiliense - Política]. Recuperado de

https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/10/interna_politica,776530/bolsonaro-diz-que-ideologia-de-genero-e-do-capeta-em-marcha-para-jesus.shtml

Flordacorte. (2012, Julho 17). Mamães que levam ou pretendem levar o bebê pro trabalho. [Web log post - blog baby center]. Recuperado de <https://brasil.babycenter.com/thread/86225/mam%C3%A3es-que-levam-ou-pretendem-levar-o-beb%C3%AA-pro-trabalho>

Freitas, F. da S. (2019, maio 06). *Governador Witzel publica vídeo dentro de helicóptero que atirou sobre comunidade no RJ.* [Website Justificando]. Recuperado de <http://www.justificando.com/2019/05/06/governador-witzel-publica-video-dentro-de-helicoptero-que-atirou-sobre-comunidade-no-rj/>

Folhapress. (2019, abril 08). *Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico.* [Website GMC Online]. Recuperado de <https://gmconline.com.br/noticias/policial/exercito-dispara-80-tiros-em-carro-de-familia-no-rio-e-mata-musico>

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. (16. ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979/1990). Omnes et singulatim: por uma crítica da "razão política". H. Jahn (Trad.) NOVOS ESTUDOS, (26), 77-99. Recuperado de <https://joaocamilopenna.files.wordpress.com/2015/11/foucault-omnes-et-singulatim.pdf>

Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In M. Foucault. *Ditos & Escritos IV: Estratégia poder-saber* (pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2005). *Em Defesa da Sociedade:* curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1966/2007). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* (9. ed., S. T. Muchail, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população.* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *O Nascimento da Biopolítica.* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1975/2009a). *Vigiar e punir: nascimento de prisões.* (37. ed., R. Ramalhete, Trad.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (1984/2009b). *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1984/2009c). *História da Sexualidade III: O cuidado de si.* (M. T. da C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1980/2010a). Conversa com Michel Foucault. In M. Foucault. *Ditos & Escritos VI: Repensar a Política* (pp. 289 - 347). Rio de Janeiro: Forense Universitária

- Foucault, M. (1988/2010b). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2008/2010c). *Do Governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2001/2011). Os Anormais: *curso no Collège de France (1974-1975)* E. Brandão (Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2012/2014). *Do Governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. E. Brandão (Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Igreja Videira. (2018). *Slogan da Igreja Batista Imperial em Células*. [Website Igreja Batista Imperial em Células]. Recuperado de <https://igrejabatistaimperial.com.br>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro.
- Kant, I. (1783/1784). *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”*. A Mourão (Trad.). [Website Lusosofia]. Recuperado de http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf
- Lagasnerie, G. de. (2013). A última lição de Michel Foucault: Sobre o neoliberalismo, a teoria e a política. A. Telles (Trad.) São Paulo: Três Estrelas.
- Lara, M. (2017, novembro 21). *As Igrejas Evangélicas nas Favelas do Rio*. [Website Medium]. Recuperado de <https://medium.com/@laramarina/as-igrejas-evang%C3%A9licas-nas-favelas-do-rio-e61974ef52b2>
- Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. (1993). Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília – DF.
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília – DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/Lei/L12435.htm
- Lefebvre, H. (1974/2013). *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swiny.
- Lisboa, G. (2016, fevereiro 27). *Projeto Ação POP beneficia famílias carentes do bairro Parque do Sol*. [Website Capital News]. Recuperado de <http://www.capitalnews.com.br/politica/projeto-acao-pop-beneficia-familias-carentes-do-bairro-parque-do-sol/28846>

- Maia, Suzanir Fernanda. (2018). *Problematizando o acesso às políticas sociais no campo da educação superior.* (Tese Doutorado em Psicologia – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande).
- Marcello, F. de A. (2003). *Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência.* (Dissertação de Mestrado - Porto Alegre: PPGEDU/UFRG).
- Marcello, F. de A. (2004, jan/jun.). O conceito de dispositivo em foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade*, 29(1), 199-213.
- Magalhães, R. (2016, abril 18). *IMPOSSÍVEL NÃO SE ARREPIAR VENDO ISSO! Brasil Acordou! O Gigante acordou!! #VemPraRuaBrasil.* [Website YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=JIwhYUwI6wg>
- Marques, C. F., Roberto, N. L. B., Gonçalves, H. S. (2019). O que significa o Desmonte? Desmonte do que e para quem?. *Psicologia Ciência e Profissão*, 9(n.spe2), 1-13. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225552>
- Matos, A. S. de. (2006). O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *FIDES REFORMATA*, 11(2), 23-50. Recuperado de <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2018/11/2-O-movimento-pentecostal-reflex%C3%B5es-a-prop%C3%B3sito-do-seu-primeiro-centen%C3%A1rio-Alderi-Souza-de-Matos.pdf>
- Mbembe, A. (2016, dezembro) Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 122-151.
- Mbembe, A. (2019, outubro 30). *Outras fitas: Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe.* Entrevista concedida a New Frame. A FITA (Trad.,). [Webiste A FITA] Recuperado de <http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/>
- Medida Provisória nº 905 de 11 novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF. Recuperado <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-905-de-11-de-novembro-de-2019-227385273>
- Mendonça, H. (2017, março 16). *As ruas do Brasil voltam a se agitar, agora contra a reforma da Previdência.* [Website El País/Brasil]: São Paulo/Rio de Janeiro. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/15/politica/1489610399_470699.html
- Michaelis. (2018). *Michaelis: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.* São Paulo: Editora Melhoramentos.
- Ministério da Defesa. (2017a, janeiro 20). *Forças armadas vão atuar na região metropolitana de natal por 11 dias.* [Website Ministério da Defesa]. Recuperado de <https://www.defesa.gov.br/noticias/27837-forcas-armadas-vao-atuar-na-regiao-metropolitana-de-natal-por-11-dias>

Ministério da Defesa. (2017b, fevereiro 23). *Forças armadas ficarão por mais 13 dias no espírito santo.* [Website Ministério da Defesa]. Recuperado de <https://www.defesa.gov.br/noticias/28746-forcas-armadas-ficarao-por-mais-13-dias-no-espírito-santo>

Moraes, G. L. de (2010, junho). Neopentecostalismo - um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, 2, 1-19. Recuperado de https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/t_moraes.pdf

Moraes, I. C. S. de, Arruda, J. L. P. de, Locks, G. A., & Zart, L. H. (2017, dezembro). Comunicação e igrejas neopentecostais: a expansão da fé na mídia. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, 5(2), 178-193. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/9536/7018>

Oliveira, C. & Prado, P. (2019, abril 08). *80 tiros: assista a vídeo com imagens exclusivas do carro fuzilado pelo exército no Rio.* [Website The Intercept Brasil]. Recuperado de <https://theintercept.com/2019/04/08/exercito-fuzilou-familia-guadalupe-rio/>

Oliveira, D. M. de (2017, maio/ago.). Os Pentecostais, o Espírito Santo e a Reforma. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor*, Curitiba, 9(2), 539-553.

Passarelli, V. (2019, outubro 04). ‘É uma espécie de chamado’, diz Angélica sobre eventual candidatura de Huck. [Website Estadão]. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-uma-especie-de-chamado-diz-angelica-sobre-candidatura-de-huck,70003037466>

PEC - Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Câmara dos Deputados*, Brasília – DF. Recuperado de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1495741

PEC - Proposta de Emenda à Constituição nº 55, DE 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília – DF. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3877571&ts=1571778208852&disposition=inline>

Pinto, C. R. J. (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, 100(1), 119-153. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>

Pompeu, L. (2019, novembro 21). *Veja a íntegra do manifesto do partido que Bolsonaro tenta fundar.* [Website Congresso em foco]. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/veja-a-integra-do-manifesto-do-partido-que-bolsonaro-tenta-fundar/>

Pontífice João Paulo II. (1992). *Constituição Apostólica do sumo Pontífice João Paulo II - FIDEI DEPOSITUM - Para a Publicação do Catecismo da Igreja Católica redigido depois do Concílio Vaticano II*. Vaticano-Itália: Libreria Editrice Vaticana. Recuperado de http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19921011_fidei-depositum.html

Projeto de Lei - PL nº 193/2016. (2016). Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". *Senado Federal, Distrito Federal - Brasília* <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3410752&ts=1567535329994&disposition=inline>

Projeto de Lei n.º 9.064, de 2017. Altera a redação do art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e do art. 234 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, para instituir a excludente de ilicitude nas ações de agentes públicos em operação policial. *Câmara dos Deputados, Brasília-DF*. Recuperado de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1625390

Público. (2017, maio 25). *Protestos contra Temer no Brasil resultam em 49 feridos e oito detidos*. [Website Público]. Recuperado de <https://www.publico.pt/2017/05/25/mundo/noticia/protestos-no-brasil-pela-saida-de-temer-resultam-em-49-feridos-e-oito-detidos-1773396>

Redação spbancarios - Sindicato do Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Regiões. (2018, outubro 17). *"Armar o cidadão de bem é a solução contra o crime"*. [Website Sindicato do Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Regiões]. Recuperado de <https://spbancarios.com.br/10/2018/armar-o-cidadao-de-bem-e-solucao-contra-o-crime>

Rede Brasil Atual. (2018, maio 02). *MTST e movimentos: ‘Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito’*. [Website RBA – Rede Brasil Atual]: São Paulo. Recuperado de <https://www.redebrasilitual.com.br/cidadania/2018/05/ocupacao-no-centro-de-sp-desabafos-incendio-uma-vitima-foi-confirmada/>

Rede Brasil Atual. (2019a, Outubro 01). *Dieese: diminuir mercado interno, empobrecer população e cortar direitos não levará ao crescimento*. [Website RBA - Rede Brasil Atual]. Recuperado de <https://www.redebrasilitual.com.br/economia/2019/10/dieese-empobrecimento-crescimento/>

Rede Brasil Atual. (2019b, setembro 04). *No Brasil de Bolsonaro, o ‘cidadão de bem’ pode tudo, até praticar atos de corrupção*. [Website RBA – Rede Brasil Atual]. Recuperado de <https://www.redebrasilitual.com.br/politica/2019/09/no-brasil-de-bolsonaro-o-cidadao-de-bem-pode-tudo-ate-praticar-atos-de-corrupcao/>

Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, p. 82-90, 2009. Secção 1. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/11/2009&jornal=1&página=82&totalArquivos=104>

- Rodor, A. A. (2005). A Bíblia e a Inerrância. *Kerygma – UNASP*, 1(1), 16-30.
- Russel. (2018, junho 25). *Pastor coloca à venda ‘igreja montada, com 300 fiéis’ e causa polêmica*. [Website Terra News]. Recuperado de <https://byterranews.com.br/pastor-coloca-a-venda-igreja-montada-com-300-fieis-e-causa-polemica/>
- Safatle, V. (2019, julho 05). *Falar de fascismo no Brasil*. [El País]. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410_719446.html
- Scherer, C. O. (2013, junho 24). *O “gigante” acordou. O que querem os manifestantes?* [Website Aleteia]. Recuperado de <https://pt.aleteia.org/2013/06/24/o-gigante-acordou-o-que-querem-os-manifestantes/>
- Scisleski, A. C. C., Galeano, G. B., Silva, J. L. C. da, & Santos, S. N. dos. (2014). Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 660-675. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000300660&script=sci_abstract&tlang=pt
- Scisleski, A. C. C. & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27.
- Silva, V. G. (2007). Neopentecostalismo e religiões afrobrasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no brasil contemporâneo. *MANA*, 13(1), 207-236.
- Shigunov Neto, A. & Maciel, L. S. B. (2008). O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, (31), 169-189. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>
- Senado Notícias. (2018, julho 05). *Austeridade econômica prejudica políticas sociais, afirmam debatedores*. [Website Senado Federal]. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/07/05/austeridade-economica-prejudica-politicas-sociais-affirmam-debatedores>
- Sedhast-MS - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho – Mato Grosso do Sul, (2015, junho 01). *Sedhast marca presença em Ação Global em Campo Grande*. [Website Sedhast]: Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.sedhast.ms.gov.br/sedhast-marca-presenca-em-acao-global-em-campo-grande/>
- Souza, A. R. de. (2011, julho/dezembro). O empreendedorismo neopentecostal no brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 13, (15), 13-34.
- Torres, I. C. (2002). *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez.

- TV Morena. (2015a, junho 26). *Ação social terá atendimentos de saúde e lazer em Campo Grande*. [Website G1-MS]: Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/06/acao-social-tera-atendimentos-de-saude-e-lazer-em-campo-grande.html>
- TV Morena (2015b, julho 29). *Ação Cidadania será realizada no próximo sábado em Campo Grande*. [Website G1-MS]: Campo Grande – MS. Recuperado de <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/07/acao-cidadania-sera-realizada-no-proximo-sabado-em-campo-grande.html>
- TV Morena. (2017, agosto 17). *Ação Cidadania vai disponibilizar 32 serviços gratuitos a população de Campo Grande*. [Website G1-MS]: Campo Grande –MS. Recuperado de <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/acao-cidadania-vai-disponibilizar-32-servicos-gratis-a-populacao-de-campo-grande.ghtml>
- Valle, C. O. de. (2016). As manifestações políticas no Brasil contemporâneo de 2013 a 2016. In Congresso Latino-americano de Ciência Política, 9. *Anais...* Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP): Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017. Recuperado de <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjMwNTUiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNTImN2FkMzMjMmZjYmU4MTczNjlINjU3MTliOWI2N2UiO30%3D>
- Varella, (2019, novembro). *MP 905 muda o auxílio-acidente e seguro desemprego*. [Jusbrasil]. Recuperado de <https://ianvarella.jusbrasil.com.br/artigos/779817430/mp-905-muda-o-auxilio-acidente-e-seguro-desemprego>
- Vaticano. (1992). *Catecismo da Igreja Católica*. Itália - Vaticano: Vaticano. Recuperado de http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html
- Veyne, P. (1978/2008). *Como se escreve a história Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Youcat. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*. (2011). Paulus: Lisboa.